

NATÁLIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA

A reconstrução identitária e de pertencimento nos processos migratórios:

haitianos em escola pública
do município de Marau/RS



© 2022, Natália Fioravanso Vieira Brizola

Editoração

Alex Antônio Vanin

Álison Wagner Gomes da Silva

Capa

Alex Antônio Vanin

Imagem da Capa

SOUZA, Rafaela. Imigração haitiana no Brasil. Site *UOL Escola Kids*. Disponível em: <https://escolakids.uol.com.br/geografia/imigracao-haitiana-no-brasil.htm>. Acesso em 04 abr. 2022.

Conselho Editorial

Ancelmo Schörner (UNICENTRO)

Eduardo Knack (UFCG)

Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)

Federica Bertagna (Università di Verona)

Helion Póvoa Neto (UFRJ)

Humberto da Rocha (UFFS – Campus Erechim)

João Vicente Ribas (UPF)

Roberto Georg Uebel (ESPM)

Vinícius Borges Fortes (IMED)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B862r Brizola, Natalia Fioravanso Vieira
A reconstrução identitária e de pertencimento nos processos migratórios [recurso eletrônico] : haitianos em escola pública do município de Marau / Natalia Fioravanso Vieira Brizola. – Passo Fundo: Acervus Editora, 2022.
6 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-81266-11-0.

1. Imigração haitiana - Brasil. 2. Escolas públicas - Marau (RS). 3. Haitianos - Reconstrução da identidade racial. 4. Apropriação cultural. 5. Processos imigratórios.
I. Título.

CDU: 981.65

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

As ideias, imagens, figuras e demais informações apresentadas nesta obra são de inteira responsabilidade de seus autores

ACERVUS EDITORA

Av. Aspirante Jenner, 1274 - Lucas Araújo – 99074-360

Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil

Tel.: (54) 99686-9020

acervuseditora@gmail.com

acervuseditora.com.br

NATÁLIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA

A reconstrução identitária e de pertencimento nos processos migratórios:

haitianos em escola pública
do município de Marau/RS



PASSO FUNDO
2022

“Aqueles que não inventaram nem a pólvora nem a bússola
Aqueles que nunca souberam domar nem o vapor nem a eletricidade
Aqueles que não exploraram
nem os mares nem os céus
Mas conhecem o país do sofrimento nos seus mais insignificantes recantos
Aqueles cujas únicas viagens
foram de desenraizamento
Aqueles que foram amaciados pelas genuflexões
Aqueles que foram domesticados e cristianizados
Aqueles em quem inocularam a frouxidão
Sim, todos eles são meus irmãos”

(FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*.
Salvador: EDUFBA, 2008, p. 114).

Não basta reconhecer, não basta aceitar;
é necessário transformar o aluno imigrante no
protagonista de sua própria história.

A autora.

AGRADECIMENTOS

Realizar um trabalho de pesquisa, seja dissertação ou tese, pressupõe uma construção a várias mãos. Sendo assim, ao concluir esse estudo, nos resta agradecer. Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e por nos prover a saúde, física e emocional, mesmo em tempos tão insólitos, para a realização do presente trabalho.

Em segundo lugar, agradeço a minha mãe, Dona Nely, por durante toda a nossa infância e adolescência, repetidamente, nos fazer ouvir: “Vá estudar, minha filha, pois o estudo ninguém te tira”.

Em terceiro, e não menos importante, agradeço o meu esposo, Adriano Brizola, por “despertar-me” para esse caminho; pela compreensão e entendimento das ausências, quando se fez necessário priorizar os textos e os livros.

Agradeço, também, as minhas colegas de profissão e de escola, Adriana Antunes Perin e Carla Cristine Tramontina, as incentivadoras; Andrea Aline Mombach, Carine Priebe Miorando, Diana Gava de Oliveira, Jucélia Schell, Maris Tonial Dias e Miriam Zimmermann, as quais, prontamente, se dispuseram a compartilhar suas experiências docentes com os alunos imigrantes haitianos e, de modo especial, Roberta Fioravanso Vieira Sicheleiro, minha irmã, que além da entrevista concedida,

nos auxiliou com as traduções em língua estrangeira para a elaboração do presente trabalho.

Por fim, agradeço à Secretaria Municipal de Educação de Marau, à Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Oito de Fevereiro, minha escola do coração, à Pastoral da Acolhida de Marau, aos imigrantes entrevistados e todos aqueles que, de uma forma ou outra, contribuíram para a efetivação deste estudo.

Em tempo, agradeço, ainda, ao meu orientador, Prof. Dr. João Carlos Tedesco, pelo incansável, paciente e sempre solícito trabalho de orientação realizado e à Fundação Universidade de Passo Fundo, pela concessão de bolsa institucional, a qual possibilitou o ingresso e a conclusão do curso de mestrado na referida instituição.

A todos, muito obrigada!

SUMÁRIO

Introdução	11
CAPÍTULO 1	
O processo migratório do Haiti para o Brasil: dimensões históricas e diplomáticas	25
CAPÍTULO 2	
Os Haitianos no Brasil: trajetórias, cotidiano laboral e inserção social.....	77
CAPÍTULO 3	
A presença de imigrantes haitianos no Município de Marau/RS: aportes teóricos e realidade social.....	139
Considerações Finais	223
Referências	231
Anexos e apêndice	245

INTRODUÇÃO

O presente estudo busca compreender a imigração haitiana para o Brasil a partir de 2010, mediante uma pesquisa prévia sobre a história daquele país, desde a sua colonização e independência até o período que se seguiu a esta, com a sua afirmação como república livre e independente. Também faz parte do trabalho conhecer os motivos que levaram os haitianos a deixar o seu país de nascimento rumo a uma nova pátria. Além disso, investigar o modo como se dá a inserção de sua cultura e a apropriação da cultura local, de modo especial da segunda geração de imigrantes no Brasil, particularmente no município de Marau – norte do Rio Grande do Sul. Esse contato com grupos sociais distintos vai culminar na formação de novas relações identitárias, especialmente dessa segunda geração, os filhos daqueles que ao Brasil chegaram e hoje fazem parte do grupo discente das escolas públicas. A educação, enquanto disciplinas escolares e muito mais como possibilidade de relacionamentos

interpessoais de uma sociedade, pode constituir uma forma de aproximação entre estrangeiros e brasileiros.

Há muito tempo, as ciências sociais e humanas estudam fenômenos que acontecem na história da humanidade. Um desses fenômenos observados são os processos migratórios, os quais, mesmo estando presentes através das gerações, não possuem uma definição única que contemple todos os aspectos neles envolvidos. Segundo o Instituto de Migrações e Direitos Humanos (IMDH), a imigração é um fenômeno antigo e se repete com variada frequência no decorrer da história. Como causas desses grandes movimentos migratórios ocorridos, podem-se citar as invasões e as conquistas, os êxodos e as mudanças sazonais, a fome e a superpopulação de determinadas regiões, o conhecimento e o povoamento, as catástrofes naturais, a busca por emprego e melhores condições de sobrevivência, entre outras. No Brasil, por sua vez, diversas foram as correntes migratórias que participaram da constituição de seu capital genético em toda a sua colonização, adquirindo uma importância fundamental para o estabelecimento do país: sejam pelos motivos de colonização, ocupação de territórios ou branqueamento da raça (MIRANDA, 2017). Ainda, nos dias atuais, é possível observar a miscigenação¹ e a multiculturalidade² resultantes desses aspectos e daqueles que ainda na atualidade vão compondo a sociedade brasileira, tornando-a uma comunidade de destino.

De acordo com Ribeiro (2015, p. 17), “migrante é aquela

¹ Para fins do presente estudo, apropriar-se-á do termo miscigenação como referência ou no sentido denominado por Lacan de “Immixture” e também abordado por Freud como “pessoas mistas” (PEUSNER, 2001), indicando a fragmentação de culturas e novas combinações de traços culturais, formando novas identidades, característica das sociedades modernas.

² O termo multiculturalidade pode ser interpretado como um pluralismo cultural, pelo qual os códigos se fragmentam e se ressignificam constantemente, produzindo valores, de certa forma, efêmeros, que coexistem e são partilhados nas sociedades modernas (HALL, 2006).

pessoa que se muda de um país ou região que não é o de sua residência habitual pelo período de pelo menos um ano (12 meses), de modo que o país de destino se torne seu novo país de residência”. O geógrafo Ravenstein, ainda, em 1885, já era pioneiro nesse estudo. Segundo Ribeiro, em seu artigo, o autor supracitado atribui quatro classificações distintas ao ser migrante:

I – Migrante local: aquele cujo deslocamento se limita à mesma cidade; II – Migrante de curtas distâncias: aquele que migra para locais bem próximos de seu local de origem; III – Migrante por etapas: aquele que migra em busca de emprego e vai se distanciando aos poucos de seu local de origem e IV – Migrante temporário: aquele que migra por motivos de força maior, pertencendo a “grupos flutuantes”, como se refere o autor. Esse é o caso dos refugiados (RIBEIRO, 2015, p. 17).

O migrante, por sua vez, acaba por adquirir características próprias, podendo estar num local e sentir-se pertencente a outro, o que faz dele um ser contraditório no sentido em que precisa reconstruir a sua identidade, considerando e aliando as suas tradições e seus costumes prévios à cultura do novo lugar. O comportamento oscilante e complexo do ser humano – e nesse caso específico do ser migrante – pode ser justificado pelo estudo de Vygotsky sobre a construção da identidade. Este afirma que “é a sociedade e não a natureza que deve figurar em primeiro lugar como fator determinante do comportamento do homem. Nisto consiste toda a ideia de desenvolvimento cultural” (VYGOTSKY, 1995 apud FREITAS; KULLMANN, 2002, p. 119).

A figura do ser migrante muito se aproxima caracteristicamente do sujeito sociológico defendido por Hall, à medida em que representa a fragmentação de culturas, às vezes con-

traditórias ou efêmeras, mas, em sua maioria, constituindo uma miscigenação de forma a não mais poder separar a cultura de origem e a cultura formada a partir da assimilação do novo: “a identidade torna-se uma celebração móvel, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (HALL, 2006, p. 13). Assim, pode-se afirmar que não existe identidade sem associações com costumes, regras e tradições de determinado lugar, uma vez que o homem migra de um lugar para o outro, passa a internalizar características dessa nova cultura, produzindo uma nova identidade miscigenada e histórica.

Se a efemeridade é uma das condições para o não lugar, ela também o é para a construção do lugar em outro lugar. Lugares e não-lugares são identitários, relacionados e históricos, uns e outros participando das produções identitárias, das produções históricas (GOETTERT, 2010 apud RIBEIRO, 2015, p. 18).

O contexto de vida do sujeito migrante anterior à migração e as consequências após ela influenciam diretamente na formação identitária desse novo indivíduo, o qual deverá se adaptar às leis, à língua e à cultura desse novo lugar. “[...] Sempre quem chega é condicionado às leis, normas, códigos, etiquetas, sotaques, dialetos, visões, divisões e julgamentos em terra estrangeira” (GOETTERT, 2010 apud RIBEIRO, 2015, p. 20). Dessa forma, o imigrante haitiano no Brasil possui características que o diferem do haitiano residente no Haiti, como também do imigrante haitiano residente em qualquer outro lugar do mundo, pois as culturas e as identidades vão sendo formadas a partir

das interações entre os envolvidos no processo de migração.

Como já constatado, os processos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade e hoje, no mundo todo, evidenciam-se como uma das consequências da globalização. Porém, conforme Tedesco (2010b), não se trata da globalização na forma publicizada pela mídia, mas sim de pessoas comuns e suas famílias, que buscam a possibilidade de um futuro melhor e acabam se integrando a processos complexos, em que nem sempre todos os aspectos intrínsecos tornam-se visíveis ao senso comum. Recentemente, observa-se, no Brasil, um fluxo migratório significativo de países com descendência negra, influenciando diretamente nas relações interpessoais e culturais da sociedade, exigindo uma reformulação de conceitos ou “pré”-conceitos, assim como uma reconstrução da identidade dos indivíduos envolvidos. Compreender o processo como um todo se torna essencial para a compreensão das relações sociais na modernidade.

Para que essa compreensão de fato aconteça, evidencia-se a necessidade de esclarecer e interpretar conceitos como o da alteridade, a qual representa o reconhecimento do outro, identificando as semelhanças e as diferenças, assim como as relações entre os sujeitos. O reconhecimento do outro é, portanto, o ponto de partida da subjetividade humana (GRECO, 2011), o que permitirá ao indivíduo reconhecer seu eu no outro. Para Freud (1997), o outro compreende as formas e as manifestações dos próprios sentimentos, das subjetividades e como estas estão incorporadas ou evitadas nos espaços de convivência. Entende-se por espaço de convivência todas as situações ou lugares onde coexistam imigrantes e autóctones³, como espa-

³ Para fins deste trabalho, considerar-se-á o termo autóctone como referência aos habitantes do local de destino, estabelecidos anteriormente à chegada dos imigrantes.

ços laborais, encontros grupais com fins religiosos e, para este estudo, de forma especial, as instituições escolares.

O espaço escolar, em muitos casos, constitui o primeiro lugar onde o indivíduo tem, de fato, contato com as diferenças. Nesse caso, pode-se dizer que consiste num espaço de fronteira para onde convergem as tensões da sociedade e essa pluralidade de identidades se faz mais notável e amplificada. “A fronteira é o lugar da alteridade e do conflito [...] e o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e desencontro, decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos” (GOLIN, 2002, p. 21-22). Segundo Tedesco (2010b), a escola não é uma instância deslocada dos processos sociais em geral, logo, em seu interior, se reproduzem as vivências dos indivíduos de fora dela. No caso dos alunos imigrantes ou seus descendentes, observa-se na escola um certo agrupamento/isolamento dos imigrantes entre si em relação aos demais. As crianças e os adolescentes tendem, num primeiro momento, a formar grupos com seus iguais e afastar-se de seus diferentes, consistindo na reprodução do que também se evidencia na sociedade. Por vezes, acabam negligenciando a presença do imigrante e este, por sua vez, se recusa à integração ao grupo majoritário. Reside nessa tensão de aproximação/afastamento o papel dos agentes da educação. De acordo como Molar (2011, p. 67), “a escola passa a ter entre suas funções a de mediar a alteridade em seu corpo e transportá-la para os sujeitos”. Nessa perspectiva, muitas são as dificuldades e os obstáculos que precisam transpor para desempenhar sua função, que vai desde a dificuldade com a comunicação através da oralidade – a língua – até a ausência de políticas públicas que ofereçam aos agentes desses espaços – professores, gestores e

comunidade escolar em geral – competências para atender a essa demanda cada vez mais crescente.

Molar (2011) afirma que a relação entre o eu e o outro nas sociedades modernas nem sempre é pacífica. Por isso, pode-se dizer que, apesar da relação social entre imigrantes e autóctones ser caracterizada pela bilateralidade e reciprocidade, ela nunca é simétrica: um agente sempre será o dominado e o outro será o dominador. Essas características não se restringem apenas às questões migratórias, mas a toda a formação cultural ocidental que, segundo o autor (2011), teve impostos os padrões europeus como universais e hierarquizantes, na intenção de combater formas inferiores de hábitos e práticas culturais, produzindo a homogeneização da sociedade e excluindo as diferenças. Os imigrantes – assim como todos os grupos minoritários na sociedade – acabam por sofrer diretamente os efeitos desses valores etnocêntricos.

Para que ocorra o reconhecimento da diversidade, é necessária a clareza de que os fatores constituintes das identidades não são rígidos, inflexíveis e estáticos. Pelo contrário, inserem-se no campo da fluidez e da pluralidade, ou, nas palavras de Hall (2006, p. 13) “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente”. Dessa maneira, entende-se a importância que a escola e as manifestações exercem no papel de reconstituição de culturas e conseqüente reconstrução das identidades e sentimento de pertencimento, tanto dos imigrantes quanto da sociedade de destino, uma vez que as transformações ocorridas nunca se dão de forma unilateral nos processos migratórios.

O presente trabalho, como já mencionado, foi motivado

pela observação de uma crescente inclusão de imigrantes haitianos na sociedade e no ambiente escolar do município de Marau/RS, especialmente a partir de 2015. Para que os objetivos pressupostos fossem alcançados, de forma mais ampla, iniciou-se o estudo com uma pesquisa bibliográfica sobre a História do Haiti, sua independência e período posterior até as catástrofes naturais que o vitimaram, as quais culminaram com a migração de um número expressivo de haitianos para alguns países, dentre eles o Brasil. Utilizaram-se, também, dados e informações sobre a diáspora haitiana para o país de destino, inserção e adaptação dos imigrantes na sociedade receptora, assim como entrevistas diretas (fontes orais) e registros fotográficos.

As fontes orais constituem um importante método de pesquisa e obtenção de informações acerca de determinado acontecimento ou circunstância. Por se tratar do relato de experiências individuais, são narrativas singulares, as quais poderão referir questões que para outros sujeitos, alheios ao processo, não teriam notoriedade, embora, de acordo com Alberti (2004), é impossível relatar os fatos contemplando fielmente todos os aspectos intrínsecos a eles. Assim, cabe ao pesquisador considerar os relatos sob os diferentes pontos de vista – no caso deste trabalho, sob a perspectiva imigrante, bem como autóctone - a fim de se obter uma concepção mais abrangente do processo. Da mesma forma, é relevante atentar para os não-ditos, aqueles pormenores deixados na obscuridade, refletidos apenas nas entrelinhas das oralidades. Nas palavras de Bhabha (1998, p. 20), “é crucial a necessidade de passar além das subjetividades originárias e iniciais e focalizar aqueles momentos ou processos que são produzidos na articulação das diferenças culturais”. Faz-se necessário, ainda, considerar que a narrativa passa pelo processo de interpretação do espectador, o qual

também a fará segundo o seu conhecimento relacionado ao assunto, que é de suma importância, para que o trabalho de entrevista oral possa contemplar uma amplitude maior de aspectos. Conforme Alberti (2004, p. 22), “a história oral não é a solução para tudo; convém ter claro que ela pode ser útil e delimitar sobre o que vale a pena perguntar”. Dessa forma, conhecer o assunto e abordar os aspectos que podem efetivamente contribuir à pesquisa realizada é fundamental, uma vez que o trabalho científico não pode se constituir apenas de entrevistas.

Sobre a utilização das imagens e dos registros fotográficos na presente pesquisa, “o argumento bergsoniano reduz à representação em imagem, tornando-a efetivamente estática, inapta a apreender o contínuo” (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 25). Porém, ainda assim, apesar da imagem constituir um registro da memória fragmentado, acredita-se que ela pode representar uma realidade, no caso das fotografias; embora possa, também, configurar uma representação intencionada daquilo que se objetiva mostrar. De qualquer modo, as fotografias permitem considerações acerca do que está retratado. De acordo com Koury (2001), a fotografia pode ser considerada um veículo de apropriação de um registro do real pessoal, como um instrumento de recordação e verificação de pessoas, coisas ou fatos importantes, familiares ou públicos. Além disso, “o uso das imagens pode representar uma forma sofisticada e valiosa para um conhecimento das sociedades estudadas” (DINIZ, 2001, p. 113).

Embora a maioria dos historiadores e cientistas sociais utilize-se das mais variadas fontes, sabe-se que seu treinamento, em geral, conduza sentir-se mais à vontade com os documentos escritos (ROCHA; ECKERT, 2001). Kossoy (1989) atribui a esse dito a justificativa de que a informação registrada visualmente

configura um sério obstáculo para os pesquisadores, justamente por sua “resistência em aceitar, analisar e interpretar a informação quando esta não é transmitida segundo um sistema codificado de signos, como os da comunicação escrita” (KOSSOY, 1989, p. 19). Por outro lado, “as imagens não são dados, meras evidências indiciárias, mas construções imaginárias. [...] Vistas por este ângulo, o que importa resgatar ou discutir é o modo como uma imagem idealiza, metaforiza, constrói um campo de significação” (DINIZ, 2001, p. 115). Ainda conforme o autor,

Toda representação visual é uma projeção imaginária do sujeito sobre um objeto, mesmo aquela que se pretende fundamentada no registro do dado. Nada escapa, portanto, ao processo de elaboração simbólica e de atribuição de significados, mesmo as imagens que perseguem a verdade, ou a reprodução fiel da realidade, como a fotografia (DINIZ, 2001, p. 115).

Segundo Kossoy (1989), os conteúdos das imagens não devem ser vistos apenas como ilustrações. As fontes fotográficas são uma possibilidade de investigação e descoberta. Ademais, conforme Tedesco (2011), a fotografia possibilita a documentação e auxilia na construção da realidade social, à medida em que reproduz e reflete valores, situações e locais concretos. Os invisíveis e indizíveis são evidenciados nas fotografias, podendo esta revelar o ausente, os silêncios e as incertezas. Desse modo, as imagens (fotografias) são sempre mediadoras, auxiliando na “construção social de um mundo simbólico” (SOARES, 2008, apud TEDESCO, 2011, p. 149). “A fotografia é uma forma de conhecer a sociedade, de construí-la, imaginária e simbolicamente” (TEDESCO, 2011, p. 146), assumindo também uma maior importância na construção das identidades. Sendo assim, tanto

as fontes orais quanto os registros fotográficos, para fins deste estudo, representam importantes instrumentos de conhecimento e aprofundamento da pesquisa, à medida em que possibilitam uma análise mais crítica e minuciosa dos detalhes explícitos e, principalmente, dos não-expressos diretamente.

A fim de abranger os aspectos descritos, o presente trabalho está estruturado da seguinte forma: na introdução à pesquisa, apresenta-se a conceitualização do ser migrante e de como ele se estabelece na sociedade de destino, assim como as relações do eu com o outro, necessárias para um entendimento inicial das relações interpessoais nos processos migratórios.

No primeiro capítulo, fundamenta-se a contextualização histórica, os motivos e as causas da imigração haitiana para o Brasil, especialmente a partir de 2010, tendo como metodologia a pesquisa bibliográfica em trabalhos dissertativos científicos, dados de órgãos oficiais e matérias de reportagens, explanando e ilustrando as circunstâncias pelas quais o Haiti se transformou da “Pérola das Antilhas” no país mais pobre das Américas.

Já no segundo capítulo, há uma investigação e um levantamento de informações e dados da chegada desses imigrantes haitianos ao Brasil: os caminhos percorridos, as dificuldades encontradas, como estão inseridos na sociedade brasileira e quais vínculos foram estabelecidos, sejam trabalhistas, afetivos, sociais ou afins. Tais abordagens são feitas a partir de referenciais bibliográficos de variados estudos realizados por pesquisadores em distintas regiões brasileiras, o que possibilita uma análise comparativa de como o processo aconteceu em locais e sociedades diferentes.

O terceiro capítulo, por sua vez, revela a realidade local da imigração haitiana no município de Marau, a inserção social e laboral do imigrante, suas manifestações culturais, englobando

aspectos laborais e religiosos, assim como as tradições e os costumes. Investiga-se o processo de construção da nova identidade do ser migrante, a segunda geração de imigrantes haitianos no Brasil e de que forma estão inseridos no meio escolar. Ainda, procura-se saber sobre o contato com a sua cultura de origem e como se dá a apropriação e a interação com a cultura local.

Para contemplar tais questões, foram utilizados dados fornecidos pela Pastoral da Acolhida – organização sem fins lucrativos, cujo objetivo é atender aos imigrantes no município, mantida e organizada pela Igreja Católica; Secretaria de Assistência Social, e, de uma forma mais específica, da Secretaria de Educação. Posteriormente, foram realizadas entrevistas orais individuais e coletivas com imigrantes adultos, crianças e autóctones, os quais mantêm contato com o público estudado – professores, gestores e sociedade civil - para uma análise da visão do imigrante em relação à sociedade que o acolheu e como esta compreende o imigrante inserido em seu meio. Além disso, fez-se o uso de fotografias, gentilmente cedidas por colegas de trabalhos e buscadas nas redes sociais da escola em estudo.

Essa última etapa perfaz o ápice do presente trabalho, resultando em um mapeamento quantitativo de imigrantes haitianos que adentraram no município em questão, espaços laborais onde estão inseridos e atividades desempenhadas, bem como instituições escolares da rede municipal que atendem a segunda geração. Uma análise qualitativa também é possível, a partir das entrevistas individuais e observação dos grupos focais.

Embora constitua um estudo da área de Ciências Humanas (dissertação de mestrado do programa de pós-graduação em História), acredita-se que a abrangência dos referenciais e resultados apresentados – qualitativos e quantitativos - possam contribuir para outros vieses de pesquisas e práticas além da

própria educação, da arte e da cultura; como também da assistência social e da saúde, dialogando com a psicologia e a saúde coletiva.

CAPÍTULO 1

O processo migratório do Haiti para o Brasil:

dimensões históricas e diplomáticas

Neste primeiro capítulo faz-se a contextualização histórica do Haiti, sua localização, colonização e desenvolvimento político e social, do período colonial até os dias atuais. Através de pesquisa bibliográfica, coleta de dados e informações, pretende-se demonstrar os fatores que levaram a mais rica colônia francesa - a Pérola das Antilhas - a sucumbir a um dos mais pobres países do mundo.

Explana-se, neste capítulo, a história do Haiti, desde a colonização francesa, a libertação dos escravos e o seu processo de independência – em 1804 - até as ocupações e os golpes militares por parte dos Estados Unidos e regimes ditatoriais que se estenderam até o final do século XX. A partir daí, com a intervenção da Organização das Nações Unidas, iniciou-se um trabalho de pacificação e estruturação política, econômica e social do país, até ser atingido por um forte terremoto no ano

de 2010, fazendo com que os haitianos buscassem na migração uma forma de recomeçar suas vidas. Compreender as razões e as circunstâncias históricas pelas quais os fatos foram se desencadeando torna-se fundamental para entender o fluxo migratório originário do Haiti, bem como o presente estudo.

Haiti: fragmentos histórico-geográficos e a questão migratória

Uma das características mais notórias da população haitiana, ao longo de sua história, é a capacidade de resistir. Foram muitos os golpes políticos e sociais sofridos, desde a sua independência em 1804 até a definitiva implantação da democracia, representada pelas eleições de 1990. Além disso, duas catástrofes naturais destruíram o país, em 2010 e, novamente, em 2016, não impossibilitaram seus habitantes de seguir sua luta, sem, no entanto, perder a esperança de uma vida melhor.

Destacam-se, entre os motivos que fizeram os haitianos optarem pelo Brasil, a influência positiva que o país exerceu durante sua liderança da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), missão de paz comandada pelo Brasil, além de outros acordos entre os países envolvidos e a simpatia que os haitianos têm pelo esporte brasileiro, especialmente o futebol.

O Haiti é um país pertencente à América Central, mais precisamente à região caribenha. Juntamente com a República Dominicana, sua fronteira oriental, compõem a Ilha de Hispaniola, ponto de encontro de placas tectônicas¹ – a Placa do Cari-

¹ São imensos blocos sólidos que sustentam os continentes e os oceanos. Com o movimento do magma incandescente do interior da Terra, as placas se aproximam e se

be e a Placa Norte- Americana – o que torna o país muito suscetível a abalos sísmicos. Conforme Corbellini (2009), o clima do país é tropical e o relevo bastante montanhoso, chegando a $\frac{3}{4}$ da área do país. Além do terreno acidentado, o desmatamento causado pelo uso intenso da agricultura – sua principal atividade econômica no período anterior à República – facilita o processo de erosão durante a época de chuvas, desencadeando deslizamentos de terra, colocando em risco a população.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Haiti é um país com população de, aproximadamente, 11 milhões de pessoas, sendo a densidade demográfica de 408,67 habitantes por quilômetro quadrado. Sua capital é Porto Príncipe, com cerca de 1,9 milhão de habitantes². A população é 95% negra, os idiomas oficiais são francês e o crioulo, e as religiões divididas entre católicos e protestantes, embora mais da metade seja praticante de vodu³ (EMBASSY OF THE REPUBLIC OF HAITI, 2013 apud MIRANDA, 2017, p. 58). A economia pouco desenvolvida do país está baseada no setor primário e a instabilidade política dificulta a entrada de investimentos estrangeiros.

Segundo Miranda (2017), em 1492, Cristóvão Colombo chegou à Ilha, denominada pelos seus habitantes nativos de Quisqueya, Bohio e Ayti⁴, renomeando o território de Ilha de Hispaniola. Conforme a autora, no início, os estrangei-

afastam, causando os terremotos e os tsunamis.

² Fonte: IBGE (2019).

³ Religião originária no oeste da África, local de onde partiram muitos dos negros escravizados no Haiti. Prega o culto e a incorporação de entidades, sendo estas representadas como espíritos de familiares ou pessoas notórias que já morreram (INSTITUTO CRISTÃO DE PESQUISA, 2019).

⁴ Ayti, conforme Miranda (2017), significa “país das montanhas” (grifo da autora). Mais tarde, dará origem ao nome no novo país constituído: o Haiti.



Mapa 1: Mapa da América Latina. Fonte: Todo Estudo (2020).



Mapa 2: Localização do Haiti. Fonte: Guia Geo (2020). (Destaque da autora).



Mapa 3: República do Haiti. Fonte: Escola Britannica.com (2020).

ros foram recebidos cordialmente pelos indígenas, os quais, ao tentarem resistir à ocupação, foram dizimados. De acordo com Seitenfus (2014), em 1513, praticamente a totalidade da população, cerca de 600 mil índios, havia sido exterminada. Não encontrando na ilha de Hispaniola o ouro e outros metais preciosos que procuravam, os espanhóis deslocaram-se para outras regiões do continente americano, deixando a área livre para a ocupação francesa.

A partir de 1670, iniciou-se a colonização francesa do que foi chamado de *Saint- Domingue*, transformando o território na principal colônia francesa das Américas, uma das mais ricas do mundo: “a Pérola das Antilhas” (SEITENFUS, 2014, p. 24). Cultivava-se cana-de-açúcar, com a utilização de mão de obra escravizada africana. “[...] cerca de 40 mil plantadores reinavam sobre 30 mil pessoas de cor, mulatos de variados matizes, e sobre meio milhão de escravos negros transplantados do Daomé e do Senegal” (VALLER FILHO, 2007, p. 141). Esse processo de importação de negros africanos escravizados para as Antilhas era possibilitado através do comércio triangular do período colonial, quando as colônias norte-americanas forneciam produtos de suas propriedades às colônias da região caribenha, em troca de açúcar e melão, com os quais produziam rum para exportar à África em troca de mão de obra escravizada. Segundo informações da BBC, em 1789, o Haiti era responsável pela produção de 75% da cana-de-açúcar exportada para todo o mundo⁵.

No entanto, muitos eram os maus-tratos sofridos pelos escravos por parte dos colonizadores franceses. O excesso de trabalho, o descaso com a saúde e as práticas de tortura

⁵ A reportagem “A multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência” foi publicada em 06/01/2019 (BBC NEWS, 2019).

elevavam significativamente a taxa de mortalidade. A expectativa de vida dos africanos escravizados girava em torno de 21 anos. Assim, influenciados pela Revolução Francesa, começaram a questionar-se sobre a aplicação da Declaração dos Direitos Humanos do Homem sobre eles. Conforme Cotinguiba (2019), rituais de vodu organizados pelos negros escravizados profetizando a sua libertação, aliados ao sentimento de revolta pelos maus-tratos, impulsionaram os haitianos em busca de sua liberdade. Foram 12 longos anos de batalhas até tornarem-se libertos, em 1789.

Em 1791, liderados por Toussaint L'Ouverture⁶, os ex-escravos rebelaram-se contra os brancos, queimando plantações, “destruindo engenhos e executando todos os brancos que viviam na região” (COTINGUIBA, 2019, p. 77). Napoleão Bonaparte, líder da França, descontente com os acontecimentos, enviou a *Saint-Domingue* um numeroso exército, o qual foi derrotado pelos negros libertos. De acordo com Miranda (2017), ao negociar com o exército francês, Toussaint L'Ouverture caiu em uma armadilha, foi preso e levado à França, onde foi morto em abril de 1803. Jean-Jacques Dessalines, que havia lutado sob o comando de L'Ouverture, assumiu o comando dos ex-escravos e derrotou “mais de 60 mil soldados franceses” (MIRANDA, 2017, p. 60), proclamando a República do Haiti em 1 de janeiro de 1804, tornando-se o seu primeiro governante. O Haiti foi o segundo país independente de todo o continente americano e o primeiro da América Latina, tornando-se a primeira repú-

⁶ François-Dominique Toussaint foi um escravo negro que supervisionava outros escravos na fazenda onde morava. Na revolução haitiana, liderou um grupo rebelde que lutava pela independência do país. Ficou conhecido como Toussaint L'Ouverture, porque conseguiu descobrir as falhas da defesa do inimigo (“L'Ouverture” vem da palavra francesa que significa “abertura”) (BRITANNICA ESCOLA, 2020).

blica negra das Américas. Conforme Silva (2016), Dessalines mudou o nome de *Saint-Domingue* – dado pelos colonizadores – para Haiti – nome utilizado pelos antigos habitantes da ilha. E, para eliminar a presença francesa no novo país, o governante ordenou que todos os homens brancos que não partissem da colônia, fossem condenados à morte. Assim, entre fevereiro e abril de 1804, ocorreu o chamado Massacre do Haiti. O próprio Dessalines afirma “demos a esses verdadeiros canibais guerra por guerra, crime por crime, indignação por indignação. Sim, salvei o meu país, vinguei a América” (POPKIN, 2012, p. 137 apud SILVA, 2016, p. 39).

Essa atitude de vingança do povo haitiano gerou uma reação de isolamento diplomático e comercial por parte das grandes potências mundiais da época – França e Inglaterra. “[...] As grandes potências buscarão, nas décadas seguintes, por todos os meios, isolar e esmagar o Haiti independente, temendo que o seu exemplo semeasse rebeliões e se espalhassem por toda a América Latina” (ANDRADE, 2016, p. 176). O presidente haitiano até tentou, em vão, reestabelecer a economia agrícola do país, fixando os trabalhadores nas lavouras para reconstruir o que os longos anos de batalhas haviam destruído. Dessalines buscava a igualdade de condições e a distribuição de terras, porém pagou com a própria vida suas intenções, quando assassinado a mando de grandes proprietários, seus antigos aliados. Com a morte do primeiro governante, juntamente com a reconquista da parte leste da ilha pelos espanhóis, novos confrontos ocorreram. Em 1843, ocorreu novamente uma separação, tornando-se a República Dominicana (RIBEIRO, 2015, p. 44). No Haiti, uma nova elite se formava, deixando a maior parte da população sem condições de recomeçar sua vida. Além

disso, mais da metade do total das pessoas antes escravizadas - em torno de 425 mil – após as guerras, ficaram sem condições físicas de voltar a trabalhar⁷.

Devido à sua independência, o Haiti precisou pagar uma alta indenização à França por deixar de ser sua colônia. Em 1825, o presidente Boyer assinou um acordo com o rei da França, através do qual o país francês teria redução das tarifas alfandegárias de importação e receberia uma indenização de 150 milhões de francos (equivalentes hoje a 21 milhões de dólares), para compensar as perdas de lavou- ras e escravos. Em troca, daria ao Haiti o reconhecimento diplomático. O valor pago correspondia, conforme a BBC⁸ ¹³, a dez vezes mais do que a receita arrecadada pelo país, ou seja, tornou-se necessário fazer empréstimos em bancos franceses para pagar a dívida. Em outras palavras, o Haiti comprou a sua liberdade, pagando alto preço por ela.

A luta pela sua autonomia política

O final do século XIX foi marcado pelo Imperialismo⁹ e por disputas entre grandes potências, como Estados Unidos, França e Inglaterra, pela expansão de seus territórios, mercados consumidores, mão de obra barata e matérias-primas para o desen-

⁷ Dados obtidos na reportagem “A multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência” foi publicada em 06/01/2019 (BBC NEWS, 2019).

⁸ Dados obtidos na reportagem “A multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve de pagar por sua independência” foi publicada em 06/01/2019 (BBC NEWS, 2019).

⁹ Período que se estende de 1870 a 1914, caracterizado por um tipo de política expansionista das principais nações europeias, tendo por objetivo ampliar a industrialização dessas potências (FERNANDES, 2020).

volvimento das indústrias que estavam em ascensão na Europa. O Imperialismo só teve fim com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914. O Haiti consistia um país livre e independente desde 1804, porém só foi reconhecido como tal, pelos Estados Unidos, em 1886. “Uma nação negra e livre representava e simbolizava oposição à escravidão que esmagava milhões de homens dentro dos EUA” (ANDRADE, 2016, p. 178). A perda do domínio sobre o território haitiano foi vista como uma ameaça à supremacia da França e demais países desenvolvidos, “os escravocratas temiam que o exemplo haitiano servisse de inspiração para outras revoltas” (SILVA, 2016, p. 40). Ainda assim, o governo americano tinha interesse em anexar a ilha que compreendia o Haiti e a República Dominicana, sendo essa proposta apresentada – e rejeitada - em congresso. Com a construção do Canal do Panamá, os interesses americanos em controlar o Haiti aumentaram, pois reconheceram no país importante oportunidade para ações estratégicas de expansão, aumentando a sua concorrência com as potências europeias.

Entre 1915 e 1934, o país enfrentou uma ocupação por parte dos Estados Unidos, com o objetivo de proteger interesses estadunidenses e estrangeiros. De acordo com Andrade (2016, p. 178), “em 1915, a alfândega era praticamente a única fonte de renda do estado nacional e mais de 80% desta estavam comprometidos com o pagamento de dívidas estrangeiras, sobrando cerca de 20% para todas as outras despesas do estado”. A proposta do governo americano era fazer no Haiti o que fazia em outros países: controlar a renda da nação – no caso do Haiti, os tributos alfandegários – em troca do pagamento das dívidas com bancos estrangeiros.

No cenário mundial, desencadeava-se a Primeira Grande Guerra e as grandes potências disputavam entre si maiores

áreas de domínio. No Haiti, o poder era assumido por setores da burguesia, os quais, de certa forma, tinham o apoio da população. No entanto, foram hostilizados pelos grandes proprietários e pelos bancos estrangeiros. Nesse contexto, em dezembro de 1914, um grupo de fuzileiros estadunidense confiscou o estoque de ouro do Banco do Haiti, levando-o em um navio de guerra à Nova Iorque para “saldar dívidas do governo haitiano” (ANDRADE, 2016, p. 180). Dessa forma, mais uma vez, a nação percebeu-se em situação de vulnerabilidade política e econômica e, apesar da resistência e revolta dos haitianos, após 22 mudanças de governo, em 1915, os EUA efetivaram a ocupação militar no Haiti. De acordo com Ribeiro (2015), os EUA alegaram auxílio no combate das instabilidades políticas e justificaram o uso da força e violência para a manutenção da ordem no país. Era o contexto propício para que tal ação fosse desencadeada sem maiores barreiras, uma vez que as grandes potências europeias estavam envolvidas na Grande Guerra que eclodia naquele continente. As províncias eram administradas com poder de polícia e as instituições ficaram nominalmente com os haitianos, entretanto, na verdade, o comando efetivo era exercido pelos EUA.

A ocupação americana foi apenas mais uma das tantas intervenções sofridas pelo pequeno e vulnerável país. Os estadunidenses impuseram ao Haiti as modificações necessárias ao atendimento de seus interesses, encontrando apoio na própria elite haitiana que, esperançosa de acumular riquezas com a estabilidade trazida pelos EUA, reagia indiferente ao sofrimento de sua população, buscando manter seus privilégios. Os EUA pretendiam que os haitianos acreditassem em suas boas intenções de defender os interesses políticos e econômicos da nação, e, para isso, precisavam nomear um presidente haitiano,

que aceitasse exercer o cargo de forma simbólica. Foi assim que, em 12 de agosto de 1915, após muitas recusas de outros candidatos, o presidente do senado, Philippe Sudre Dartigue-nave, aceitou a presidência, declarando que “o país não poderia continuar discriminando as bem-intencionadas e positivas ações dos capitais estrangeiros” (ANDRADE, 2016, p. 182).

As pequenas lavouras de subsistência dos camponeses foram sendo substituídas pela agricultura comercial, implantando as lavouras de exportação, logo enfraquecendo os pequenos produtores. Destes muitos passaram a trabalhar para os americanos na construção de estradas, bem como em outras atividades, conseqüentemente, gerando desemprego. Os EUA chegaram para ficar longos anos, mudar as estruturas econômicas e sociais, introduzindo um novo modelo político. Contavam, para tanto, além da aprovação de setores da burguesia haitiana, com o apoio da hierarquia católica, que esperava erradicar o vodu, e dos comerciantes, os quais esperavam o favorecimento de seus negócios, conforme Andrade (2016). Sucederam-se, a partir de então, perseguições e prisões de jornalistas, líderes comunitários e sacerdotes praticantes de vodu. A religião, entretanto, não foi erradicada, conforme desejava o alto clero, apenas passou a ser praticada de forma clandestina. Serviços de saúde pública, educação e infraestrutura foram minimamente desenvolvidos. Ainda de acordo com o autor, somente em 1941 os Estados Unidos deixaram de controlar a alfândega haitiana, porém continuaram a supervisionar suas operações fiscais até 1952.

Dessa forma, evidencia-se a real intenção dos Estados Unidos no Haiti, embora disfarçada, acarretando a instabilidade não só econômica, como também política no país, a qual perderia por décadas. O desenvolvimento político do Haiti sempre se deu de forma violenta, baseado na cultura opressora, em que

os interesses particulares prevaleciam sobre o senso comum. As instituições haitianas, quando existiam, eram muito enfraquecidas, uma vez que “o chefe supremo se preocupava mais com a permanência de sua autoridade do que com o bem-estar da população” (CORBELLINI, 2009, p. 56). Além disso, os anos de luta e resistência do povo haitiano contra a repressão e as invasões estrangeiras geraram outra consequência extremamente negativa para a nação. Não bastasse o desequilíbrio econômico e a instabilidade política, a sociedade haitiana também sofreria com a imagem a seu respeito difundida mundialmente.

Os massacres (de brancos) causaram um choque num mundo eurocêntrico [...] a imagem de um país violento foi criada e alimentada pelos jornais franceses e as disputas internas por poder que se sucederam no Haiti foram utilizadas para agravar ainda mais a imagem do país como incapaz de se autogerir e a caminho do barbarismo (SILVA, 2016, p. 41).

Sob essa perspectiva conturbada e sangrenta, o Haiti segue tentando se consolidar como nação, buscando sua autonomia e estabilização, resistindo às ocupações e opressões estrangeiras, bem como construindo e reconstruindo o que os anos de exploração e massacre, por pouco, não vieram a destruir: a sua identidade.

A Revolta dos Cacos

Conforme já exposto, a partir da independência do Haiti, em 1804, e do governo de Dessalines, buscava-se a igualdade na distribuição de terras. No entanto, o ocorrido foi que grandes proprietários conseguiram apropriar-se da maior parte

delas, sendo que apenas pequenas propriedades agrícolas de subsistência foram cultivadas por camponeses com a entrada dos americanos e a inserção das políticas mercantilistas. Assim, essa pequena gama de haitianos promoveu o que, na verdade, marcou todo o período das primeiras décadas de existência do Haiti: a revolta generalizada à nova política instaurada no país. Um agravante para a eclosão da revolta e do declínio comercial da burguesia haitiana foi o aumento da corrupção governamental, instabilizando ainda mais o sistema político, gerando o empobrecimento geral das classes trabalhadoras. Além disso, os conflitos internacionais também causaram reflexos no Haiti.

A maior desaprovação contra o novo regime de governo foi justamente por parte dos pequenos camponeses, visto que os proprietários das grandes porções de terra tinham seus interesses, de certa forma, protegidos. Assim, iniciaram a formação de pequenos núcleos de resistência armada e de 1918 a 1920, a revolta tomou maiores proporções. Em 1918, um maior número de camponeses - liderados por Charlemagne Pèralt, pequeno produtor e ex- oficial do exército haitiano – uniu-se e venceu a batalha. Pèralt constituiu um novo governo no Haiti e declarou sua intenção de “fazer qualquer sacrifício para libertar o território haitiano” (ANDRADE, 2016, p. 187). Pèralt foi capturado e morto, assim como seu sucessor no comando da resistência, Benoit Brataville. Ainda, conforme o autor, estima-se que 50 mil haitianos morreram nessa batalha, número expressivamente maior do que de combatentes estadunidenses. Houve, também, no decorrer da história, uma terceira fase da revolta, quando, em 1929, os EUA passaram a aplicar novas taxas aos pequenos produtores da região sul do país, causando falências e emigração de trabalhadores para Cuba e República Dominicana. Nessa nova fase, somou-se às revoltas dos campo-

neses uma greve de estudantes contra as políticas educacionais da ocupação americana.

A revolta dos Cacos evidenciou a desaprovação dos invasores americanos por parte da população haitiana. O disfarce inicial de “defender interesses dos haitianos” não teve credibilidade junto aos pequenos camponeses. Estes, em várias demonstrações de força e resistência, lutaram por suas terras e pela autonomia de seu país. É fato que, sem a superioridade militar dos Estados Unidos nem o apoio internacional, dificilmente os camponeses haitianos sairiam vitoriosos. A Revolta dos Cacos mostrou a vulnerabilidade política, social e econômica da nação, mas também, por consequência, instigou a busca pelas raízes africanas, o nacionalismo e a reconstrução da identidade haitiana. O reconhecimento do negro, a valorização da língua crioula e da religião vodu, e a proximidade com as tradições populares fizeram nascer escritores, historiadores e artistas que “se tornaram ativos politicamente e unidos na sua reação contra o fascismo e as forças de ocupação” (ANDRADE, 2016, p. 190). Assim, o povo haitiano, mais uma vez, ofereceu ao mundo exemplo de coragem e nacionalismo.

O regime ditatorial de “Papa e Baby Doc”

O fim da ocupação americana não representou o término da intervenção dos Estados Unidos sobre a política e as relações econômicas do Haiti. “O uso constante da violência e sua suposta eficácia em controlar continuou sendo um traço marcante nas administrações do país que surgiram” (CHAVES JÚNIOR, 2008, p. 60). Desde 1916, a população haitiana exercia o direito ao voto, entretanto a esse direito excediam-se alguns grupos: mulheres,

criminosos, “idiotas”¹⁰ e pessoas em situação servil. Tais grupos, somados, correspondiam a 97% da população (MIRANDA, 2017, p. 63). Aptos a votar estavam, portanto, apenas 3% da população. Em 1957, o direito ao voto passou a ser universal, podendo exercê-lo todos os haitianos com idade superior a 21 anos. Assim, em 1957, a população elegeu o médico François Duvalier como governante, instalando um severo regime ditatorial, baseado na repressão, perseguições e massacres. O presidente eleito declarava-se “defensor dos interesses da maioria negra” (MIRANDA, 2017, p. 63), fato que o fez receber apoio e admiração da sociedade haitiana, chamando-o de *Papa-Doc*¹¹.

Ao assumir o poder, Duvalier buscou eliminar, através de repressão e violência, toda e qualquer oposição ao seu governo – inclui-se aqui as frágeis instituições nacionais e a própria igreja. Com o apoio dos Estados Unidos, em 1962, fundou o “Corpo de Voluntários da Segurança Nacional – os Tonton Macoutes”¹² (SILVA, 2016, p. 46). Esse exército popular se transformou no instrumento de controle do governo de *Papa Doc*. Conforme Ribeiro (2015), tão logo *Papa Doc* assumiu o governo, o Haiti passou a integrar o quadro de países mais pobres do mundo. Com a sua morte, em 1971, Jean-Claude Duvalier – o *Baby Doc*, seu filho – assumiu o poder, dando continuidade ao autoritarismo e à repressão implantados pelo pai.

¹⁰ O termo, grifado pela autora, refere-se à porcentagem da população não alfabetizada. Nem todas as pessoas tinham acesso à educação formal no período colonial e início da república no Haiti. Nas escolas, ensinava-se o francês, enquanto que, informalmente, as pessoas praticavam o crioulo. Este somente seria reconhecido como língua oficial do Haiti, como o francês, muitos anos mais tarde.

¹¹ O termo *Papa-Doc* atribuído a François Duvalier significa Papai-Doutor. Seu filho, Jean-Claude Duvalier, sucessor no governo do país, seria chamado de *Baby Doc* – Bebê Doutor.

¹² Na língua crioula haitiana, *Tonton Macoute*, significa Bicho Papão (SILVA, 2016, p. 46).

Nesse período, intensificou-se um fluxo migratório do Haiti iniciado ainda na década de 50, atraindo a atenção mundial para os acontecimentos do país. Não contentes com o regime ditatorial, políticos da alta classe, estudantes e intelectuais partiram do Haiti, principalmente com destino à Cuba, Bahamas, Canadá e Estados Unidos (RIBEIRO, 2015; MIRANDA, 2017). A causa provável que impulsionou a migração haitiana, especialmente aos Estados Unidos, foi a estabilidade e a força econômica apresentadas pelos americanos a partir da ocupação no Haiti. Era evidente a sua superioridade em todos os sentidos, fazendo do país um destino atraente para um recomeço de vida.

Com a crise afetando vários setores, pobreza e fome da população, processos migratórios para outros países, o governo de *Baby Doc* começou a se enfraquecer. Segundo Silva (2016), a partir de 1977, os Estados Unidos retiraram lentamente o apoio à ditadura no Haiti levando, conforme Ribeiro (2015), *Baby Doc* a buscar exílio na França, fugindo do Haiti com o apoio dos EUA, em 1985.

No período que se sucedeu à saída de *Baby Doc*, mais precisamente entre 1986 e 1990, uma série de governos provisórios assumiu o poder no Haiti, porém nenhum deles obteve sucesso, uma vez que persistiam os atos de violência e os interesses particulares permaneciam acima das instituições. A recém-criada constituição, que incluía a realização de eleições, não foi cumprida. A pobreza também se elevou, assim como a migração, associada à instabilidade do país, à falta de oportunidades e a dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho (CHAVES JÚNIOR, 2008).

De acordo com Silva (2016), somente em 1990, realizou-se a primeira eleição livre da República do Haiti, sob supervisão internacional, a fim de evitar fraudes, através da qual o

padre Jean-Bertrand Aristide tornou-se presidente, com 67% dos votos (SILVA, 2016, p. 47). Ainda segundo o autor, o padre esquerdista tinha poder ativo na política e se tornou fundamental para os acontecimentos que, posteriormente, levaram a ONU a intervir no país. O presidente eleito tinha como principal preocupação atender as necessidades da população das regiões mais pobres: “Não queremos piedade, queremos direitos” (MACÊDO, 2019, p. 55). Aristide criticava o capitalismo e o domínio estrangeiro. Por esse motivo, ainda no mesmo ano, seu governo sofreu novo golpe militar e o presidente foi deposto, retornando a ditadura. Conforme Miranda (2017), no período entre 1991 e 1994, o país foi governado por uma junta militar, enquanto diversas intervenções internacionais buscavam encontrar uma solução. Devido a sua popularidade e a forma de governo contrária aos interesses americanos, Aristide atraiu a oposição dos Estados Unidos. Inúmeros protestos violentos nas ruas, deixando o país à beira de uma guerra civil, fizeram com que a Organização das Nações Unidas intervisse através de medidas políticas e sociais no país, e, em 1994, o presidente eleito reassumiu o cargo. Em outubro deste mesmo ano, uma “força multinacional composta por 21 mil homens chegou ao Haiti com a missão de restaurar o cumprimento da Constituição” (MIRANDA, 2017, p. 64). Assim, com o exercício da democracia aparentemente estabilizado, em 1995, uma nova eleição designou René Preval como sucessor de Aristide (MACÊDO, 2019, p. 56).

Segundo Seitenfus (2014), no mundo ocidental, o nível de violência política é inversamente proporcional à riqueza material da sociedade, de modo que, em sociedades, profundamente empobrecidas como a do Haiti, o controle dos escassos recursos do Estado se constitui na única fonte de riqueza. Desse modo,

é notável e justificável a constante desestabilização e desestruturação política, econômica e social da nação haitiana, a qual sempre se viu vulnerável aos golpes e às ocupações estrangeiras. Essa realidade fez com que muitos haitianos arriscassem suas vidas tentando migrar do país, lançando-se ao mar ou atravessando fronteiras ilegalmente, na busca desesperada por melhores condições de sobrevivência. Torna-se facilmente compreensível que, sem ajuda externa, o Haiti não teria condições de reestabelecer a ordem pública e reestruturar sua sociedade.

Em 2001, Jean Bertrand Aristide é novamente eleito presidente do Haiti, mas com a criminalidade e a violência nas ruas aumentando, ressurgia no país o tráfico de drogas como fonte de renda e a pressão pela renúncia do presidente se intensificava. Vários e fracassados acordos foram tentados. Segundo Macêdo (2019), o próprio presidente fez um apelo: “Para que os pobres tenham boa comida para comer, não bloqueie meu país” (MACÊDO, 2019, p. 59). Ainda, conforme a autora, em abril de 2004, Aristide foi sequestrado por um navio americano e escoltado por marines até a República Centro-Africana, onde foi obrigado a assinar um termo de renúncia e de onde não retornaria ao seu país. Com a saída de Aristide, o presidente da suprema corte, Bonifácio Alexandre, assumiu a presidência e solicitou ajuda da ONU (Organização das Nações Unidas).

De acordo com dados divulgados pelo IBGE (2019), em 2018, o Haiti era um dos países mais pobres do mundo, possuindo o menor índice de desenvolvimento humano das Américas. Ainda, ocupava a 168ª posição mundial dentre 196 países, abaixo da vizinha República Dominicana e do Brasil, e mais distante ainda da Noruega, primeiro colocado no ranking. Tais índices podem ser visualizados no Gráfico 1:

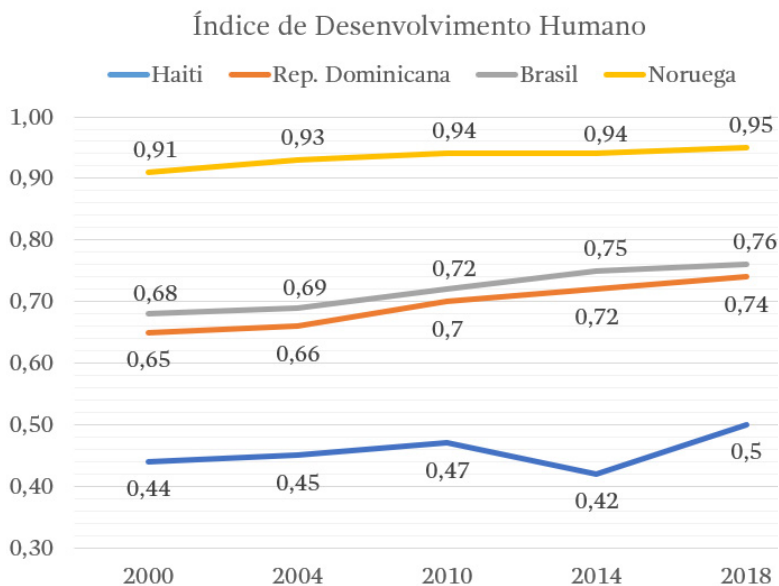


Gráfico 1: Comparativo de IDH do Haiti em relação à República Dominicana, Brasil e Noruega entre 2000 a 2018. Fonte: Elaborado com base em dados do IBGE (2019).

Analisando o Gráfico 1, nota-se que, enquanto a Noruega – país com o mais elevado índice de desenvolvimento humano no mundo - teve um aumento de 0.91 pontos no ano 2000 para 0,95 em 2018, o Haiti passou de 0,44 para 0,5 no mesmo período de referência. Verifica-se que, mesmo a variação do índice sendo próxima (0,04 e 0,06, respectivamente), é inegável que o Haiti se encontra muito abaixo do primeiro colocado, também de outros países em desenvolvimento como a vizinha República Dominicana e o Brasil, por exemplo.

Por todos os aspectos e dados explanados, evidencia-se a importância da intervenção da ONU no Haiti, de modo a buscar e a implantar meios de reestruturação e estabilização daquele país.

A Organização das Nações Unidas e as Missões de Paz

A ONU – Organização das Nações Unidas – é uma organização de países que, voluntariamente, se reuniu, a fim de trabalhar pela paz e desenvolvimento daqueles que necessitam de ajuda, especialmente os mais prejudicados pelas consequências das duas guerras mundiais. Dentre seus objetivos está o de preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra; reafirmar a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano; na igualdade de direitos dos homens e das mulheres; assim como das nações grandes e pequenas, estabelecer condições sob as quais a justiça e o respeito às obrigações possam ser mantidos; promover o progresso social e melhores condições de vida. Uma missão de paz objetiva auxiliar países devastados por conflitos – guerras ou catástrofes - a criar condições para que a paz e a segurança sejam alcançadas no local. Assim, com a estabilidade reestabelecida, o país pode se recuperar e voltar a se desenvolver. De acordo com informações oficiais da ONU, publicadas em 11 de janeiro de 2016, a primeira missão de paz desenvolvida ocorreu em 1948, logo após a criação da organização, na guerra árabe-israelense (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2020).

Para que uma missão de paz seja instaurada, são necessários alguns quesitos, sendo o primeiro deles a concordância das partes envolvidas, a fim de, após iniciada, não ser interrompida sem ter cumprido o seu objetivo. Cabe salientar que a organização preza pela imparcialidade, ou seja, não interfere para umas das partes ser vencedora dos conflitos, mas sim para que as boas relações sejam implementadas e mantidas.

O Haiti, apesar de ter sido pioneiro no continente americano a conquistar sua liberdade, não se tornou um país efetivamente livre. Toda a bravura e a resistência de seu povo não foram suficientes para reerguer a nação após tantos anos de batalhas e duros golpes sofridos. Com a atitude de acionamento da ONU, por parte do presidente, Bonifácio Alexandre, em 2004, cumpria-se um requisito necessário para que uma Missão de Paz fosse criada, mas o envolvimento das Nações Unidas no Haiti, todavia, data de período anterior.

Conforme Macêdo (2019, p. 61), na década de 1990, o Haiti recebeu quatro operações da ONU, sem, no entanto, nenhuma delas contar com a participação do Brasil, como se pode constatar no Quadro 1.

Dessa forma, constata-se que não foram poucos os esforços da ONU em benefício da nação haitiana. Tais esforços, no entanto, nunca tiveram seus objetivos totalmente concretizados. Devido ao fracasso das operações temporárias no Haiti, a ONU resolveu investir em uma missão de caráter permanente, visando “facilitar a prestação de assistência humanitária e o acesso de trabalhadores humanitário internacionais ao povo haitiano em necessidade” (MACÊDO, 2019, p. 62).

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – CSNU – pela Resolução 1.542 de 30 de abril de 2004, criou a MINUSTAH, com o objetivo de garantir a estabilidade, apoiar a reconciliação política e promover a retomada do desenvolvimento do país. (VALLER FILHO, 2007, p. 16).

Data	Missão	Objetivo
1990	ONUVEH - Grupo de Observadores das Nações Unidas para a Verificação das Eleições no Haiti.	Observar a preparação e a realização das eleições no Haiti.
Fevereiro 1993	MICIVIH – Missão Civil Conjunta das Nações Unidas - OEA no Haiti.	Promover e proteger direitos humanos no país, sob a junta militar francesa, comandada por Raoul Cédras.
Setembro 1993	UNMIH – Missão das Nações Unidas no Haiti.	Devido à falta de cooperação das autoridades, a missão não pôde ser totalmente implantada naquele momento. Somente, em 1995, assumiu integralmente suas funções.
Julho 1994	Implantação de força multinacional de 20 mil soldados.	Facilitar o retorno das autoridades legítimas do Haiti. Manter um ambiente seguro e estável no país. Promover o estado de direito.
Julho/1996 a julho/1997	UNSMIH - Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti.	Auxiliar o governo na profissionalização da polícia e na manutenção de um ambiente seguro e estável. Promover as instituições. Construção, reconciliação nacional e reabilitação econômica do Haiti.
Julho 1997	UNTMIH – Missão de Transição das Nações Unidas no Haiti.	Treinamento de unidades especializadas da polícia nacional do Haiti em controle de multidões, força de reação rápida e segurança.
Outubro/1999 a março/2000	MIPONUH – Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti.	Ênfase especial à assistência no nível de supervisão e ao treinamento de unidades de polícia especializada. Orientar o desempenho da polícia nas tarefas diárias. Manter coordenação com os assessores técnicos da polícia, financiada pelos Estados Unidos.

Quadro 1: Missões da Organização das Nações Unidas no Haiti entre 1990 a 2000. Fonte: Elaborado com base em referências de Macêdo (2019, p. 61), Brasil (2020) e Peacekeeping (2020).

Conforme Corbellini (2009), após ser autorizada pelo Conselho de Segurança da ONU, em abril, a MINUSTAH teve seus trabalhos iniciados em 1 de junho de 2004, e até o seu encerramento, em 2017, esteve sob o comando do Brasil, o qual desempenhou importante trabalho juntamente com outros 15 países. Essa missão, MINUSTAH, tinha o objetivo inicial de levar ajuda humanitária para o país mais pobre da América, o qual possuía quase 60% da população abaixo da linha da pobreza¹³, além de promover a normalidade institucional do país, reestabelecer a segurança e proteger os direitos humanos. A missão também auxiliaria na reconstrução da infraestrutura, atendimento médico e odontológico, distribuição de roupas e alimentos e na manutenção das escolas.

Esses primeiros anos do século XXI foram marcados pela cooperação técnica e pelo diálogo entre Brasil e Haiti. Antes mesmo da implantação das Missões de Paz mencionadas, ambos países já formalizavam o interesse em relacionar-se política e socialmente, conforme demonstrado no Quadro 2.

Dessa forma, a MINUSTAH foi efetivamente implantada, tendo objetivos amplos e essenciais à reestruturação do Haiti, que foram desde a garantia da segurança, estabilidade e ordem pública, através de programas de desarmamento, proteger a população até auxiliar a realização de eleições justas. Conforme dados do Ministério da Defesa (BRASIL, 2020), a Missão foi autorizada a incluir até 6.700 militares, 1.622 policiais, cerca de 550 funcionários civis, 150 voluntários da ONU e cerca de 1.000 funcionários civis locais. Ao longo de 13 anos, cerca de

¹³ CENTRAL DE INTELIGÊNCIA AMERICANA *Biblioteca*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

37,5 mil militares das Forças Armadas Brasileiras (incluindo 213 mulheres) e 550 de Nações Amigas integraram as tropas da MINUSTAH. Em várias ocasiões, a MINUSTAH teve seus objetivos e prazos reajustados para se adequar à realidade que ia se concretizando no Haiti, até que pudesse ter obtido êxito na missão inicial de estabilizar o país. Os primeiros anos da MINUSTAH foram os mais conturbados e violentos de todo o período de execução da missão. O povo haitiano tomava as ruas, na única e pura intenção de resistir à invasão estrangeira, a qual, mais uma vez, se fazia presente na história do país. Era preciso ganhar a confiança da população. Para amenizar a resistência foi proposta uma partida de futebol entre as seleções dos dois países. No ano de 2004, marcando a implantação da MINUSTAH no Haiti, a seleção brasileira promoveu um jogo de integração contra a seleção haitiana, na capital Porto Príncipe e que ficaria conhecido como Jogo da Paz. A ideia teria partido do então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e foi prontamente aceita pela CBF¹⁴ e pela FIFA¹⁵. A partida aconteceu em 18 de agosto de 2004, sendo que a população haitiana, em massa, acompanhou o desembarque dos jogadores brasileiros, fazendo com que a sua simpatia pelo Brasil fosse favorecida. “Durante todo o percurso, as bandeiras brasileiras tremulavam na rua, nas mãos de haitianos, amarradas aos postes e nas bicicletas daqueles que tentavam acompanhar o comboio militar em seu trajeto até o estádio” (SILVA, 2016, p. 78).

¹⁴ Confederação Brasileira de Futebol.

¹⁵ Federação Internacional de Futebol.

Período	Acontecimento
1928	Estabelecimento de relações diplomáticas.
1982	Visita do ministro das Relações Exteriores do Haiti, Jean Robert Estimé, à Brasília - Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica Bilateral.
2004	Estabelecimento da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), sob comando do Brasil.
2004	Jogo da Paz, entre a seleção brasileira e seleção do Haiti, marco inicial da MINUSTAH.
2008	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Porto Príncipe.
2010	Participação do residente René Préval na I Cúpula Brasil - CARICOM.
2010	Contribuição financeira do Brasil ao Fundo de Reconstrução do Haiti (FRH), no montante de US\$ 55 milhões.
2011	Visita do Ministro Antônio de Aguiar Patriota ao Haiti.
2011	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Antônio de Aguiar Patriota, ao Haiti.
2011	Visita, ao Brasil, da Primeira-Dama do Haiti, Sophia Martelly.
2012	Visita da presidente Dilma Rousseff ao Haiti.
2013	Visita oficial do primeiro-ministro do Haiti, Laurent Lamothe, ao Brasil, onde cumpriu agenda em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.
2013	Visita do Ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo Machado, a Porto Príncipe.
2014	Inauguração do Hospital Comunitário de Bon Repos e do Instituto Haitiano de Reabilitação.
2014	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Culto do Haiti, Embaixador Duly Brutus.
2017	Visita do ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, a Porto Príncipe, no contexto do encerramento da MINUSTAH.

Quadro 2: Cronograma das Relações Bilaterais entre Brasil e Haiti, a partir do século XX. Fonte: Elaborado com base em Brasil (2020).



Imagem 1: A recepção à Seleção Brasileira nas ruas de Porto Príncipe em 2004, quando realizado o Jogo pela Paz. Fonte: CBF (2004a).

Através da Imagem 1, percebe-se a adoração do povo do Haiti em relação à seleção brasileira. Nota-se, claramente, o entusiasmo dos haitianos, o que, conhecendo um pouco de sua história, ousa-se afirmar que corresponde à esperança de iniciar um novo ciclo no país.



Imagem 2: Atletas haitianos e brasileiros juntos antes do Jogo Pela Paz, em 2004. Fonte: CBF (2004b).

A partida foi vista como um presente pelo povo haitiano, que já era admirador do futebol brasileiro. Muito além disso, constituiu o início da construção de uma imagem positiva do Brasil, ou, “um lembrete que os soldados brasileiros não estavam no país para ocupar, mas para ajudar uma nação-irmã” (SILVA, 2016, p. 78). Conforme Macêdo (2019), o exercício da liderança da MINUSTAH, durante toda a sua vigência, projetou o Brasil como potência regional, capaz de exercer influência positiva na América Latina. Como consequência, oportunizou treinar as Forças Armadas Brasileiras, “que desde a Segunda Guerra Mundial não deslocara um número tão grande de militares para outro país” (NETO, 2012 apud MACÊDO, 2019, p. 62).

Um país devastado

Ao ser formada, a MINUSTAH tinha previsão para ser encerrada assim que suas atribuições fossem concluídas. Conforme declaração do almirante Ademir Sobrinho, chefe do Estado-Maior do Conjunto das Forças Armadas para a Agência Brasil Brasília, “A partir de 2008, o Haiti estava pacificado. Estávamos prontos para sair. A ONU já ia encerrar a missão, quando houve o terremoto. Aí, a missão passou a ter um caráter policial humanitário. Depois, era necessário realizar as eleições e elas foram adiadas muitas vezes”¹⁶.

A MINUSTAH foi implantada com o principal objetivo de auxiliar na pacificação da nação. No entanto, às 16h53min, do dia

¹⁶ Em entrevista concedida ao repórter Jonas Valente da Agência Brasil - Brasília, publicada em 16/10/2017 (AGÊNCIA BRASIL. ONU encerra missão no Haiti comandada pelo Brasil. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/onu-encerra-missao-no-haiti-comandada-pelo-brasil>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

12 de janeiro de 2010¹⁷, o chão do Haiti tremeu. Em segundos, o tremor de magnitude 7 na escala Richter destruiu boa parte das edificações de Porto Príncipe. O país, que já se encontrava em situação de pobreza extrema, com baixos níveis de saúde, desemprego, dificuldades de acesso à rede de água e saneamento teve sua capital praticamente destruída. Conforme Cotinguiba (2019), o abalo sísmico deixou mais de 200 mil mortos e mais de um milhão de desabrigados. Dentre as vítimas fatais estavam também brasileiros a serviço da ONU. Tal fato levou o Conselho da Organização das Nações Unidas a renovar a MINUSTAH, para que as tropas militares pudessem auxiliar na reconstrução do país. A partir dessa catástrofe, a missão aumentou o número de soldados e passou a realizar buscas por sobreviventes, remoção de escombros e corpos, distribuição de alimentos, além de auxiliar na construção de obras de infraestrutura.



Imagem 3: Igreja do Sacré Coeur (Sagrado Coração)¹⁸. Fonte: Globo (2013).

¹⁷ Reportagem do Correio do Povo (2017).

¹⁸ Essa edificação desabou durante o terremoto de janeiro de 2010 e provocou a morte

Pela imagem apresentada, é possível mensurar o tamanho do desastre em Porto Príncipe. Na Imagem 3, observa-se as ruínas da Igreja do Sagrado Coração, considerada uma mais bonitas do Caribe, a qual permanece, pelo menos até 2017, sem reconstrução¹⁹. Chama a atenção, no entanto, um crucifixo ao lado das ruínas que permaneceu intacto ao abalo sísmico. “Desde aquele dia 12 de janeiro de 2010, há continuamente pessoas ou grupos de pessoas que ali vão rezar, numa demonstração evidente da fé inabalável do povo que, apesar de todo sofrimento, continua cada vez mais forte e esperançoso” (MOREIRA, 2017). Já na Imagem 4, o que restou de uma das principais ruas da capital do Haiti, região central de Porto Príncipe.



Imagem 4: Boulevard Jean-Jacques Dessaline, Porto Príncipe, Haiti²⁰. Fonte: Globo (2013).

da missionária brasileira Zilda Arns - então coordenadora internacional da Pastoral da Criança. O prédio ficava localizado na região de Turge.

¹⁹ Informações extraídas de: ARQUIDIOCE JUIZ DE FORA. Missão Haiti: parte 2. 2017. Disponível em: <<https://arquiocesejuizdefora.org.br/missao-haiti-parte-2/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

²⁰ A via foi uma das mais atingidas pelo terremoto de janeiro de 2010 e, na ocasião, muitos de seus prédios ficaram em ruínas.

O terremoto ocorrido, em 2010, deixou o Haiti em situação de calamidade, especialmente sua capital, Porto Príncipe, atingindo repercussão mundial e causando comoção em vários países, que logo se prontificaram em enviar ajuda humanitária à ação abalada. Conforme Ribeiro (2015), a partir de 31 de março de 2010, foi criado o Plano de Ação para a Recuperação e o Desenvolvimento do Haiti (PARDH), juntamente com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Haiti, com o objetivo de assistência a longo prazo.

Surto de Cólera

Ainda em 2010, após o terremoto, um surto de cólera²¹ se espalhou pelo Haiti. Segundo Seitenfus (2014, p. 288), “o Haiti é um país que ao longo de toda a sua história, jamais havia sofrido com a cólera”. A falta de condições de higiene e saneamento contribuíram significativamente para a sua disseminação. Os advogados de milhares de vítimas no Haiti acusam a ONU como a responsável pela epidemia, “quando permitiu que o esgoto não tratado de uma base de capacetes azuis egressos do Nepal contaminasse o rio Artibonite, a maior fonte de água potável do País”²². A organização das Nações Unidas, por sua vez, eximiu-se da responsabilidade, alegando que a culpa

²¹ A cólera é uma doença que, geralmente, surge em contextos que envolvem superlotação e acesso inadequado à água limpa, coleta de lixo e banheiros. A doença causa diarreia e vômitos que podem levar à morte por desidratação intensa, por vezes, em questão de horas (MEDICOS SEM FRONTEIRAS, 2018). Fonte: MEDICOS SEM FRONTEIRAS. Cólera. 2018. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/colera>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

²² Conforme reportagem publicada em 30/09/2020 (BRASIL, 2020). BRASIL. Fonte: BRASIL. Epidemia de cólera no Haiti leva ONU ao banco dos réus. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3wHg7II>>. Acesso em: 01 out. 2020.

pelo surto foi da falta de condições sanitárias do país caribenho (SILVA, 2016, p. 106). Advogados entraram com um processo na justiça, em outubro de 2018, pedindo uma indenização de US\$ 100 mil a cada vítima da doença, por “negligência grave e conduta imprudente” (BRASIL, 2020). O texto do processo refere que as Nações Unidas, há tempos, sabiam que a precária infraestrutura de água e saneamento do Haiti criavam uma grande vulnerabilidade a doenças transmitidas através da água, mas não conseguiram exercer o devido cuidado para evitar o surto devastador. Sobre o assunto, a ONU manifestou-se alegando comprometimento em prover as condições de assistência e melhorar a infraestrutura e serviços a todos.

Os filhos abandonados da MINUSTAH

Em 2011, a organização da MINUSTAH recebeu o primeiro registro de abuso sexual. Conforme divulgado por Moraes (2011), o caso envolveu militares uruguaios. A partir dessa denúncia, outros casos foram surgindo e sendo investigados, inclusive envolvendo soldados brasileiros, por acusações de agressão, denúncias de abusos e incentivo à prostituição, oferecendo alimentos em troca de favores sexuais. O periódico *El País*, na edição de 21 de dezembro de 2019, trouxe o resultado de pesquisa realizada com aproximadamente 2500 haitianos sobre as experiências de mulheres e meninas de comunidades onde a MINUSTAH esteve inserida. Entre os entrevistados, 265 prestaram seus depoimentos (percentual equivalente a 10% do total). Foram 265 crianças haitianas deixadas para trás por seus pais, supostamente militares enviados pela ONU para o cumprimento da MINUSTAH (LEE; BARTELS, 2019).

Marie²³ tinha 14 anos e frequentava uma escola cristã quando conheceu Miguel, um soldado brasileiro enviado ao Haiti como parte das forças de paz da ONU, um contingente conhecido como Capacetes Azuis²⁴. Logo eles iniciaram um relacionamento. Quando lhe contou que estava grávida, Miguel lhe prometeu que ajudaria com a criança, mas voltou ao Brasil. Marie tentou se comunicar com ele através do *face book*, mas o militar nunca respondeu (LEE; BARTELS, 2019).

O caso acima descrito, infelizmente, não é raro. Conforme dados apurados pela pesquisa, meninas de apenas 11 anos eram abusadas pelos soldados da ONU. Do total das histórias, 28,3% envolveram soldados uruguaios e 21,9% brasileiros. Ao saberem da gravidez, os soldados eram deportados ao seu país de origem e as mulheres, futuras mães, eram abandonadas à mercê da própria sorte, em absoluta miséria, desamparadas e sem receber nenhum tipo de ajuda. Aquelas que eram acolhidas ou recebiam ajuda de seus familiares eram exceção. “As circunstâncias de que o pai estrangeiro esteja ausente e que o nascimento da criança ocorra fora do casamento geralmente desembocam em situações de estigma e discriminação” (LEE; BARTELS, 2019). Além de mulheres e meninas, homens e meninos, embora em número menor, também sofreram violência sexual por parte dos “capacetes azuis”. Em qualquer dos casos, a consequência real é que muitas jovens tiveram seu futuro abortado, ou como se refere um dos entrevistados:

²³ Marie é um nome fictício preservando a verdadeira identidade da entrevistada no original.

²⁴ Os capacetes azuis eram a identificação dada às tropas de diversos países enviados pela ONU ao Haiti para auxiliarem no cumprimento das Missões de Paz.

(...) estas jovens poderiam ter se tornado advogadas, médicas ou alguma outra coisa que pudesse ter servido de ajuda ao Haiti no dia de amanhã. Agora, podemos ver muitas vagando pelas ruas ou pela feira com um cesto na cabeça e vendendo laranjas, pimentões e outras coisas para criar os filhos que tiveram com os soldados da MINUSTAH (LEE; BARTELS, 2019, p. 08).

Vários são os relatos e as evidências do abuso e da exploração por parte dos militares apontados pela pesquisa. Às vezes em troca de um prato de comida, às vezes por dinheiro (fala-se aqui no equivalente a menos de vinte reais), por terem um envolvimento sentimental ou ainda para “terem filhos bonitos”. Diante do exposto, percebe-se claramente a ambiguidade na relação da MINUSTAH e seus agentes com a população do Haiti. Um povo vulnerável financeiro, física e emocionalmente torna-se evidentemente presa mais fácil para oportunistas e deturpadores de valores morais básicos da sociedade.

A cidade-modelo esquecida

Após o terremoto que destruiu o Haiti em 2010, o governo apresentou o projeto de construção de um vilarejo, a 20 km de Porto Príncipe, próximo a Croix Des Bouquets (Imagem 6), com o objetivo de transformá-lo em um modelo de reconstrução e urbanismo. O local recebeu o nome de Lumane Casimir, em homenagem a uma cantora haitiana e, inicialmente, recebeu 50 pessoas incapacitadas após o terremoto. Conforme reportagem da revista Exame (2020), “o projeto era atraente: o local teria 3 mil casas construídas à prova de abalos sísmicos,

um mercado, uma zona industrial, uma delegacia, um quartel dos bombeiros, uma escola e um posto de saúde”. A obra foi financiada pelo fundo Petrocaribe²⁵, programa assistencial criado pelo então presidente venezuelano Hugo Chávez e seria executada por uma empresa dominicana. Denúncias de corrupção envolvendo o projeto e o congelamento de bens da empresa fizeram com que a obra fosse abandonada em 2014, com menos da metade do que previa o contrato concluída e assim, o objetivo nunca foi atingido e a construção nunca aconteceu.

O pequeno vilarejo de Lumane Casimir é um conjunto de casas coloridas e enfileiradas, situado numa região isolada geograficamente, o que o torna um ambiente livre da violência. Eis o que declara um senhor²⁶, morador de Lumane Casimir, à reportagem: “Na cidade, entre às 17h e 18h, é preciso ficar dentro de casa, protegido por portas de ferro. Já aqui, tenho uma pequena porta de madeira e as casas sequer tem um muro ao redor para protege-las” (EXAME, 2020). O morador conta que se mudou para o povoado, porque “os alugueis ficaram muito caros” no bairro onde morava. Ele não pagou nada pelo atual local de residência nem imposto pelo seu pequeno negócio informal, apenas mudou-se para uma das casas vazias.

Em contrapartida, Lumane Casimir não constitui o “lugar dos sonhos” para muitos haitianos. É o caso de Herlande Mitile, 36 anos, também citada na reportagem. Antes de 2010, a jovem era comerciante em Porto Príncipe. Oito dias após o terremoto,

²⁵ Petrocaribe foi um acordo entre 14 países da região caribenha, assinado em 2005, pelo qual a Venezuela forneceria petróleo e derivados com preços diferenciados a vários países da região. Fonte: SÁNCHEZ, María E. Acordo entre Chávez e caribenhos cria a Petrocaribe. BBC Brasil, 2005. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/050630_chavezcg>. Acesso em: 08 fev. 2020.

²⁶ Pierre W. 62 anos, morador de Lumane Casimir, em entrevista para a Revista Exame, em 2020.

Herlande foi resgatada dos escombros com vida, porém gravemente ferida: “O médico disse que se eu seguisse um tratamento de fisioterapia poderia voltar a andar, mas, para isso, precisaria fazer o tratamento na cidade. Preciso de dinheiro para o transporte e não tenho nada. Por isso, fico mais incapaz aqui” (EXAME, 2020).

Os habitantes de Lumane Casimir compartilham entre si a dor da lembrança do desastre em contrapartida à esperança de um recomeço para suas vidas. Porém, o sentimento de abandono por parte do governo desanima. “Às vezes quero morrer”, desabafa a cadeirante citada na reportagem, a qual depende das doações de vizinhos para sobreviver e manter as duas filhas, de 12 e 16 anos. E ainda complementa: “Se ficássemos esperando suas promessas (referindo-se ao estado), estaríamos mortos” (EXAME, 2020).

De acordo com Silva (2016), o periódico haitiano *Le Nouvelliste* é um jornal de ampla circulação no Haiti, apesar de sua linha editorial mais contida em relação a outros meios da imprensa escrita haitiana. Trate-se de um jornal que se diz voltado às elites do país e que mantém, diante da MINUSTAH, uma postura de cobrança. Na reportagem Vila Lumane Casimir: seguindo os passos de uma ilusão²⁷, o jornal revela a situação atual do vilarejo Lumane Casimir, no Haiti:

²⁷ Tradução livre da autora. No original: Village Lumane Casimir: Sur Les Pas D'Une Illusion, Le Nouvellist.com. Reportagem publicada em 16/01/2020. Fonte: LE NOUVELLISTE. Lumane Casimir Village: nas pegadas de uma ilusão. 2020. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/article/211108/village-lumane-casimir-sur-les-pas-dune-illusion>>. Acesso em: 08 fev. 2020.



Imagem 5: Vista aérea de Lumane Casimir. Fonte: Le Nouvelliste (2020).

Vista assim, do alto (Imagem 5), o pequeno vilarejo demonstra que a intenção era das melhores. Construções estruturadas, quadras organizadas, com iluminação e pavimentação. Árvores em frente às casas espalhadas em todo o vilarejo expressam a preocupação com a qualidade de vida das pessoas que habitam o local.



Imagem 6: Lumane Casimir: obras inacabadas. Fonte: Le Nouvelliste (2020).

No entanto, ao se observar mais perto (Imagem 6), percebe-se que a boa intenção não foi efetivada. Construções inacabadas, ruas sem pavimentação e arbustos crescendo no local, evidenciam o descaso a que a população de Lumane Casimir foi submetida.

E, como se todo esse sofrimento do povo haitiano no decorrer da sua história já não fosse suficiente, antes mesmo que o país estivesse recuperado do abalo sísmico, outro fenômeno natural aterrorizou os haitianos: o Furacão Matthew. Este foi caracterizado como a maior tempestade caribenha em nove anos. Arrasou, mais uma vez, o país em 2016 (Imagem 7). Dados informam que mais de um milhão de pessoas foram afetadas e mais de 800 mortas.



Imagem 7: Destruição causada pelo furacão Matthew, em 2016, no Haiti. Fonte: Globo.com (2016).

O furacão atingiu a cidade haitiana de Anglais, na costa oeste do país, a aproximadamente 400 quilômetros de Porto Príncipe, com ventos de 230 km/h. Os efeitos da força do furacão puderam ser sentidos a até 100 quilômetros de distância de seu centro. Embora não tenha atingido a capital haitiana, o sul e o sudoeste do país foram amplamente prejudicados (GLOBO.COM, 2016). Com a gravidade da situação, o encerramento da MINUSTAH, mais uma vez, é adiado. Assim, assume importante função no auxílio da assistência humanitária.

A MINUSTAH e a reestruturação política do Haiti

Durante os anos de exercício da MINUSTAH no Haiti, foram realizadas três eleições gerais no país. De acordo com Ferreira (2017), em todos os pleitos houve irregularidades, tornando-se necessária a intervenção das Forças Armadas para assegurar a segurança e a ordem. Em 2016, após vários pleitos e segundos turnos, protestos e adiamentos, foi realizada uma eleição pacífica para presidente, nomeando o empresário Jovenel Moïse²⁸ ao governo do país. Assim, em 2017, os militares das Nações Unidas começaram gradativamente a ser retirados do Haiti, decretando o encerramento das atividades da MINUSTAH naquele país. Um relatório divulgado pela ONU afirmou que “o sucesso das eleições e a transição suave de poder a um novo presidente mostram a maturidade das instituições haitianas e o crescente

²⁸ O referido presidente do Haiti foi encontrado morto em sua residência em 07 de julho de 2021, brutalmente executado por disparos de arma de fogo. Suspeita-se que a autoria do crime seja de um grupo de mercenários colombianos, a mando de um médico haitiano radicado na Flórida, EUA. Fonte: BBC News. Jovenel Moïse: 4 incógnitas sobre o assassinato do presidente do Haiti. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57875162>>. Acesso em: 07 out. 2021.

compromisso dos agentes políticos e sociais com a resolução de diferenças pelo diálogo e pelos canais legais”²⁹.

Não restam dúvidas sobre a fundamental importância da MINUSTAH para a reestruturação do Haiti, apesar de alguns aspectos e avaliações negativas, as quais serão abordadas posteriormente. Para o Brasil, o envolvimento na MINUSTAH gerou repercussão positiva e reconhecimento por parte da América Latina e de grandes potências mundiais. Porém, findada a missão, fazia-se necessária a manutenção dos avanços obtidos, no que diz respeito à organização social e política e segurança da população. Assim, a Missão para a Estabilização do Haiti foi substituída por uma missão menor, mas não menos importante, que concentrará suas forças no apoio à justiça.

Com o fim da MINUSTAH, foi criada a Missão das Nações Unidas de Apoio à Justiça no Haiti (MINUJUSTH), iniciando o seu trabalho oficialmente em 16 de outubro de 2017. Esta, por sua vez, teve a atribuição de, a longo prazo, consolidar o processo de fortalecimento das instituições públicas haitianas, assim como o cumprimento do Estado de Direito no país. Para desempenhar essa função, a MINUJUSTH foi formada por civis e unidades de polícia, não mais por militares.

O subsecretário-geral do Departamento de Operações de Paz, Jean-Pierre Lacroix, demonstrando otimismo, afirmou esperar que a MINUJUSTH “seja a última missão de paz enviada para o Haiti”. Lacroix salientou que “a missão de paz apenas pode ser eficiente se tiver uma boa relação com o governo do Haiti e com o seu povo, com base em solidariedade e respeito

²⁹ Relatório da Secretaria Geral da ONU, de março de 2017, por Jonas Valente, Agência Brasil – Brasília, em reportagem de 16/10/2017 (AGÊNCIA BRASIL, 2017). Fonte: AGÊNCIA BRASIL. ONU encerra missão no Haiti comandada pelo Brasil. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/onu-encerra-missao-no-haiti-comandada-pelo-brasil>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

mútuos”. Complementou, também, que a relação entre e a missão e o governo poderia ter sido melhor no início, mas afirmou estar “muito otimista com os esforços do presidente Moise e do seu governo, para criar um ambiente de mudança”³⁰.

Apesar das dificuldades encontradas, especialmente pela fragilidade das instituições haitianas - como a polícia no combate à corrupção, por exemplo - e a preocupação com uma possível nova crise que ameaçava os avanços alcançados, em 16 de outubro de 2019, a MINUJUSTH foi encerrada, após 24 meses de atividades no Haiti. Em entrevista à revista Exame, publicada em 15 de outubro de 2019, o líder francês Jean Pierre Lacroix ressaltou que agora “a responsabilidade de pôr um fim à situação é dos próprios haitianos”, mas garantiu “continuar o apoio da ONU ao Haiti de outra forma” (EXAME, 2019). Somando-se os períodos de vigência da MINUSTAH e da MINUJUSTH, foram mais de 15 anos de Missões de Paz da ONU no país.

A sociedade haitiana, ao longo de toda a sua história até os dias atuais, foi vítima das desigualdades sociais consequentes de más administrações políticas, golpes e catástrofes. Permeiam nas relações interpessoais, diferenças raciais, de classe, de escolaridade e de religião. De acordo com Cotinguiba (2019, p. 82), o Haiti é um:

Lugar de contradições por excelência, onde se tem um dos maiores feitos da história moderna como a primeira república negra da história e o primeiro lugar a acabar com a escravidão negra nas Américas, todavia ao mesmo tempo é o lugar onde uma elite buscou, com êxito, perpetuar algumas desigualdades com base no passado que aboliram.

³⁰ A entrevista com Jean-Pierre Lacroix foi publicada em 03 de abril de 2018, em ONU News (ONU NEWS, 2018).

Essa realidade social conturbada e fragilmente estruturada haitiana faz com que a esperança de ascensão e estabilidade advinha de forças externas, ou ainda, seja buscada fora dali, impulsionando o fluxo migratório haitiano para outras comunidades e mesmo que o objetivo inicial das missões de paz tenha sido de auxílio e colaboração, elas também tiveram aspectos negativos para o país no decorrer dos 15 anos subsequentes à implantação das MINUSTAH e MINUJUSTH.

Embora a Missão de Paz no Haiti tenha contribuído muito para a redução da violência e estabilidade política do país, as Nações Unidas não conseguiram livrá-lo da situação de miséria que atinge a maior parte de seus habitantes. Essa é a realidade do Haiti. Apesar de todas as lutas, toda a resistência e todas as providências tomadas pela ONU em prol da nação haitiana, ela ainda não conseguiu promover o seu desenvolvimento econômico. Tanto a MINUSTAH quanto a MINUJUSTH desempenharam importante papel, especialmente na reconstrução do país, após as catástrofes e no auxílio à realização de eleições de forma democrática e pacífica, porém, a situação de vulnerabilidade econômica e social continua acentuada, assim como a instabilidade política do país, tendo em vista o assassinato do Presidente da República, Jovenel Moise, em 2021.

Infelizmente, pode-se concluir que o que era para ter sido uma Missão de Paz, no sentido literal da expressão, não teve essa conotação real. Obviamente, a ajuda humanitária prestada pelos soldados, médicos, dentistas, enfermeiros e demais profissionais envolvidos na MINUSTAH foi fundamental para evitar um número ainda maior de mortes. Talvez, sem esse auxílio humanístico, o Haiti levasse mais tempo para conseguir se reerguer. No entanto, como em várias situações no decorrer da história da humanidade, prevaleceu o poder do mais forte sobre o mais fraco. Ousa-se, além disso, afirmar que, disfarçados

de bem-intencionados, os países detentores de maior poder apropriaram-se covardemente da fragilidade e vulnerabilidade eminente de um dos países mais pobres do mundo, agravado pelas catástrofes naturais, para ampliarem o seu domínio e sua influência global, usando ainda o Brasil – país emergente que buscava consolidar-se como nação em desenvolvimento e ganhar visibilidade e reconhecimento no cenário mundial – como subterfúgio para obter êxito.

Estratégias migratórias e os motivos para a escolha e a permanência no Brasil

Por toda a contextualização histórica realizada, justifica-se a grande migração de haitianos para outros países, observada a partir do século XXI. Segundo Ribeiro (2015), até em 2014, têm-se, de um modo geral, dois milhões de haitianos fora do seu país, cerca da metade vive nos Estados Unidos e meio milhão na República Dominicana. Em Cuba, residem quase 300 mil, seguido pelo Canadá com, aproximadamente, 200 mil haitianos em seu território. Cabe salientar que, no decorrer de sua História, os fluxos migratórios foram sofrendo modificações em suas características. Se, inicialmente, o principal motivo das migrações era em torno de fatores naturais ou de guerras, a partir do século XXI, passou também a ser pela busca de melhores condições de vida, incluindo aspectos políticos, econômicos e sociais. Cotinguiba afirma (2019, p. 30) que “as migrações se tornaram reflexos de projetos individuais ou coletivos”. Nesse contexto, a partir de 2010, muitos haitianos partiram de seu país. O Brasil foi o principal escolhido, conforme relatos dos próprios imigrantes, pela oferta de trabalho. É ele, o trabalho, “a base da condição material da vida social das pessoas, pois

a alimentação, os estudos, as viagens fazem parte do universo econômico das trocas numa sociedade que impõe valor venal sobre elas” (COTINGUIBA, 2019, p. 30). O Ministério das Relações Exteriores (MRE), citado por Moraes, Andrade e Mattos (2013), comparou historicamente a migração de haitianos para o Brasil com a de italianos e de japoneses³¹, durante os primeiros anos da República.

Um dos fatores que impulsionaram a vinda dos haitianos para o Brasil foi a ação da MINUSTAH naquele país. As tropas brasileiras em missão no Haiti repassavam muitas informações sobre o Brasil. O país se preparava para sediar a Copa do Mundo de 2014 e havia muitas obras, existindo oportunidades de emprego para mão de obra não qualificada (especialmente na metade sul do país, através de empresas), além da facilidade para se obter vistos.

O Brasil é um dos países que conquistou a simpatia dos haitianos, seja pela ação da MINUSTAH em seu território, seja pela possibilidade da migração, mas também pelos programas e acordos de incentivo ao desenvolvimento mantidos no Haiti. Tais fatos aliados à possível oferta de emprego, à admiração pelo esporte e à recepção amigável por parte dos brasileiros, maximizou a simpatia dos haitianos pelo país.

Como já mencionado anteriormente neste estudo, alguns autores comparam a imigração haitiana para o Brasil, na segunda década dos anos 2000, ao fluxo migratório europeu

³¹ A segunda metade do século XIX foi marcada por vários processos migratórios. Estima-se que, entre 1846 e 1875, cerca de 9 milhões de pessoas deixaram a Europa - principalmente a Itália - e cruzaram o Atlântico na esperança de “fazer a América”. A introdução de asiáticos nas lavouras paulistas somente se consolidaria em 1908, com a chegada do navio japonês Kasato-Marú. Tinha início uma nova e importante fase do processo imigração, com a formação de uma grande colônia japonesa (EDUCAÇÃO UOL, 2012) Fonte: EDUCAÇÃO UOL. Imigração – italianos, alemães e japoneses substituem o trabalho escravo. 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/imigracao-italianos-alemaes-e-japoneses-substituem-trabalho-escravo.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

observado no final do século XIX e início do XX. A diferença é que estes últimos – alemães, italianos e poloneses - chegaram para modernizar as técnicas agrícolas, antes artesanais e de subsistência, para dar origem a maiores latifúndios produtivos e povoar as terras desocupadas, mascarando um real intuito de branqueamento da raça, já que os recém- libertos escravos negros também se inseriam na sociedade da época. Para isso, vários foram os incentivos governamentais, desde a distribuição das sesmarias ao fornecimento de incentivos para serem pagos a longo prazo pelos produtores. Essa tese do branqueamento marcou a discussão da política migratória até meados do século XX, “incentivando a desigualdade racial, e modo que o topo hierárquico era ocupado pelos brancos civilizados, enquanto a base ficava para os negros bárbaros” (MIRANDA, 2017, p. 82). Já no caso das migrações recentes, o objetivo não partiu do governo para consolidá-las, mas do próprio migrante haitiano.

No entanto, diante de tantas dificuldades e adversidades encontradas, o que o levou a permanecer no Brasil, vai além da questão econômica. As redes sociais, possivelmente, foram o principal facilitador para a permanência dos haitianos no Brasil, uma vez que a existência de amigos com moradia fixa atuou como “receptores dos novos imigrantes que chegavam através desta rede” (MACÊDO, 2019, p. 80). As redes formadas para o acolhimento dos imigrantes haitianos também tiveram um papel fundamental, pois sem tais redes, a chegada e os percursos desses imigrantes pelo Brasil teriam sido muito mais dramáticos do que realmente foram, em razão da falta de políticas públicas de acolhimento e de inserção sociocultural (SILVA, 2017).

Alguns anos após o primeiro grande fluxo migratório proveniente do Haiti, em 2010, apesar de ainda existirem imigrantes desse primeiro grupo, notaram-se processos de remigrações, gerando a permanente circulação de indivíduos. Ainda assim, segundo Granada e Pinheiro (2018, p. 151), referindo-se

à região sul do Brasil, muitos continuam chegando “através das redes sociais de contato com amigos e familiares, com recursos próprios ou com auxílio dos que já se encontram instalados”.

A migração dos haitianos para o Brasil teve fases mais intensas e outras mais amenas, como pode ser verificado no Gráfico 2. Observa-se que no período antecedente à Copa do Mundo sediada pelo Brasil, especialmente, a partir do ano de 2013, a imigração haitiana se intensificou no país, mantendo-se dessa forma nos anos posteriores. Embora os dados não sejam comprovadamente exatos, estima-se que hoje, aproximadamente, mais de 100 mil haitianos estejam residindo em território brasileiro (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÂCEDO, 2020). As características do imigrante no que tange ao gênero, à escolaridade e à qualificação profissional, bem como seus aspectos familiares são temas a serem abordados nos capítulos subsequentes deste estudo.

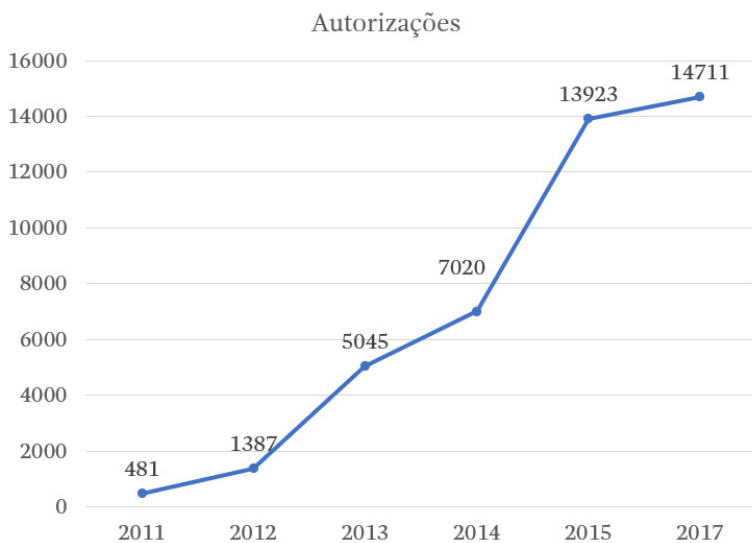


Gráfico 2: Autorizações expedidas para imigrantes haitianos para o Brasil entre 2011 a 2017. Fonte: Elaborado com base em Macêdo (2019), complementado com informações de Brasil (2017b).

Para chegar ao Brasil, os haitianos percorrem um longo e penoso caminho. De acordo com Moraes, Andrade e Mattos (2013), partem provavelmente de Porto Príncipe para a República Dominicana por via terrestre; de lá, embarcam para o Panamá e Equador por via aérea (ou também Peru, uma vez que, até 2012, o país não exigia vistos para haitianos) e, de ônibus, seguem para o Peru ou Bolívia, países fronteiriços ao Brasil. A última etapa da viagem se dá pelos rios ou pela floresta, até as cidades de Tabatinga, no Amazonas ou Brasileia, Eitaciolândia e Assis Brasil, no Acre, as quais fazem fronteira com as cidades de Cobija, na Bolívia e Iñanpari, no Peru. A rota percorrida pode ser demonstrada através do Mapa 4. A partir daí, espalham-se pelo país, em sua maioria para a região Sudeste – São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – e Sul – Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – onde se concentram as maiores quantidades de oportunidades de emprego, sejam na indústria ou na construção civil, ou ainda no setor primário, na produção agrícola.

Em entrevista publicada pela revista IHU On-Line³² (2012), a Ir. Rosita Milesi, diretora-fundadora do IMDH, descreve um pouco do imigrante haitiano:

São pessoas que, em meio à pobreza e os escombros de um país pobre e destruído pelo terremoto de 12 de janeiro de 2010, conseguiram reunir junto a seus familiares e amigos uma quantidade de recursos suficientes para pagar o custoso e explorado deslocamento do Haiti até a fronteira brasileira, passando por vários países. É um trajeto migratório motivado pela busca de trabalho, na esperança de encontrar condições de reconstruir a vida e de ajudar os familiares que deixaram no Haiti (IHU ON-LINE, 2012).

³² A revista é organizada pelo Instituto Humanitas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.



Mapa 4 - Trajeto percorrido pelos imigrantes haitianos. Fonte: Instituto Migrações e Direitos Humanos (2012).

A referida entrevista ainda traz uma diferenciação entre imigrante haitiano e refugiados do Haiti. “O refúgio é um instituto jurídico para proteger pessoas perseguidas que tem sua vida ameaçada e que necessitam de proteção internacional” (IHU ON-LINE, 2012). Esse não é o caso da imigração haitia-

na no Brasil. Os haitianos, como já explanado, em sua maioria, vêm em busca de reconstrução das suas vidas, sejam motivados pelas catástrofes naturais que atingiram o seu país, seja pela instabilidade política e econômica a que eram submetidos, mas em nenhum dos casos sofriam com ameaças ou perseguições, portanto não se enquadram na legislação referente aos refugiados, dada pela Lei nº 9474/97. Assim, seus pedidos de refúgio ao Conselho Nacional de Refugiados (CONARE)³³ são reencaminhados ao Conselho Nacional de Imigração (CNIg)³⁴, para que os estrangeiros consigam permanecer no país por razões humanitárias. “Cada caso deve ser apreciado pelas autoridades brasileiras em sua especificidade”, afirma Irmã Rosita (IHU ON-LINE, 2012).

Embora a MINUSTAH tenha exercido forte influência para a imigração haitiana no Brasil, por conta da imagem criada pelos soldados da missão da ONU e pela divulgação da mídia, esses estrangeiros, ao ingressarem no novo país, também se depararam com dificuldades e aspectos negativos, como a comunicação, o desemprego e, principalmente, o preconceito. Conhecer a história de um povo tão sofrido por conta de duros golpes de governos opressores e catástrofes da natureza, mas, ao mesmo tempo, tão corajoso e resiliente na luta por sua independência e autonomia, é fundamental para entender os motivos e as causas

³³ É o Comitê Nacional para os Refugiados, órgão colegiado vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública que delibera sobre as solicitações de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil, conforme art. 12 da Lei nº 9474, de 22 de julho de 1997. Fonte: BRASIL. *Conare*. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

³⁴ É o Conselho Nacional de Imigração, criado pela lei nº 6815, de 19 de agosto de 1980 e revogado pela lei nº 13445, de 24 de maio de 2017. O Conselho é composto por representantes de órgãos federais, dos segmentos de empregadores, trabalhadores e sociedade civil. Possui entre suas atribuições zelar pelos direitos dos imigrantes, conforme os decretos nº 9199/2017 e nº 9873/2019. Fonte: BRASIL. *Portal de imigração: informações gerais*. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/informacoes-gerais-2>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

desses movimentos humanitários que ocasionam os processos migratórios, especialmente dos haitianos para o Brasil.

Evidenciam-se, assim, os possíveis motivos que levaram os haitianos a migrar para outras partes do mundo, especialmente a partir da segunda década do século XXI. Num país que, não só durante anos, mas em toda a sua existência enquanto colônia e, posteriormente, como “república independente e livre” (grifo da autora), sofreu exploração de mão de obra, golpes políticos e militares, negligência dos direitos humanos, preconceitos e humilhações das mais diversas formas. Nesse sentido, torna-se praticamente impossível o avanço econômico e social, fazendo com que muitos busquem melhores condições de sobrevivência em outras partes do mundo. Esses imigrantes estão inseridos no meio social brasileiro, adaptando-se às regras e às normas, procurando vagas de trabalho, acesso à educação e à saúde, direitos estes amparados em lei. Mais do que isso, esse ser migrante, ao assimilar a cultura do novo local, passa a fazer parte dela, influenciando diretamente em novos valores sociais, como a alteridade e o respeito mútuo.

Percebe-se que o Haiti possui uma história ímpar de luta pela independência, passou por processos políticos ditatoriais e de grande influência imperialista americana, os quais não muito diferente de vários outros países da América Latina. Porém, o que marca a sua história recente são as catástrofes naturais, as epidemias decorrentes destas e o conseqüente aumento da pobreza por todo o país, em particular, na sua capital. Esse processo todo induziu intensos fluxos migratórios para várias partes do mundo, em particular, para o Brasil. Realidade que induziu este a lançar mão de um acordo de refúgio humanitário aos imigrantes daquele país, algo inédito na história diplomática brasileira no tocante ao campo migratório.

Buscou-se analisar alguns aspectos geográficos e históricos, de forma genérica e fragmentada, com a intenção apenas de situar o país e as questões centrais que induziram processos migratórios tutelados para o Brasil. Entretanto, acordos, tutelas, vínculos estatais e afins não garantem processos integrativos harmônicos nem possibilidades vantajosas no mercado de trabalho. Desse modo, pesquisar a imigração haitiana, sua adaptação, sua assimilação do novo no espaço de destino, sua inserção no mercado de trabalho e outros aspectos é fundamental para compreender as relações identitárias estabelecidas, as quais constituem o foco principal dessa pesquisa. A segunda geração, ou seja, os filhos dos imigrantes que se estabeleceram no Brasil, está inserida nas escolas e confronta diariamente a sua cultura de origem com aquela do seu local atual de residência, mesclando traços de ambas para construir sua nova identidade. Todavia, antes de uma análise mais específica das relações identitárias e as segundas gerações, adentrar-se-á em alguns aspectos que, segundo a literatura, caracterizam essa população de migrantes no centro-sul do Brasil.

CAPÍTULO 2

Os Haitianos no Brasil:

trajetórias, cotidiano laboral e inserção social

O presente capítulo objetiva analisar aspectos da realidade do imigrante haitiano em terras brasileiras, através de levantamento e pesquisa de dados e informações referentes às rotas e trajetos percorridos, sua inserção no mercado de trabalho e nos sistemas educacionais, bem como na sociedade de uma forma ampla e genérica, abordando as relações interpessoais dos imigrantes – tanto em seus próprios grupos quanto em relação aos brasileiros - sua convivência e adaptação a novos costumes e tradições. Para tanto, busca-se o levantamento de dados em bases de órgãos responsáveis pelas questões migratórias no Brasil, além do conhecimento de relatos em estudos já realizados acerca dessa temática.

Não se tem a pretensão, neste capítulo, de fazer um compilamento de números, buscando uma exatidão ou unificação de indicadores, uma vez que cada autor explica seu estudo ten-

do em vista o seu objetivo. Tampouco, procura-se estabelecer um comparativo entre culturas ou fazer um julgamento sobre a conduta ou questões comportamentais dos haitianos, mas sim conhecer a forma e em que circunstâncias estes imigrantes adentraram em terras brasileiras, fornecendo uma noção do contingente e demanda inserida. Para contemplar de forma integral as questões migratórias, faz-se necessária também uma contextualização sobre Estado, políticas e o ser migrante em si, pois, como afirma Minchola (2020, p. 64), “é apenas conectando esses fenômenos que conseguimos alcançar uma leitura aproximada do que a imigração representa socialmente”.

Para atender o pressuposto, buscou-se referenciais bibliográficos científicos, de pesquisadores variados, contemplando estudos realizados em regiões distintas, porém enfatizando os dados e as considerações com foco na região sul do Brasil. Também, foram pesquisados dados quantitativos em sites de órgãos governamentais oficiais, como o SINCRE, CONARE e OBMigra (Observatório das Migrações Internacionais), por exemplo. Essas referências são fundamentais para compreender a nova realidade estabelecida a partir das apropriações e inserções consequentes do processo migratório. Dessa forma, uma análise previamente mais ampla e generalizada possibilitará uma melhor comparação e compreensão do exposto no capítulo 3.

O Brasil e a diáspora haitiana nas primeiras décadas do século XXI

O povo haitiano caracteriza-se, como visto no capítulo anterior, por sua luta pela independência e liberdade de seu país. Porém, com o país constantemente em crise - política, econô-

mica e social - em algumas circunstâncias, seus cidadãos viram na migração uma esperança de vida melhor. Conforme já mencionado, a imigração haitiana no Brasil ocorreu, de forma mais evidente, a partir de 2010, ano do terremoto que praticamente demoliu a capital Porto Príncipe e seus arredores. Além deste, outros fatores influenciaram na migração de haitianos para outros lugares do mundo, como a busca de melhores condições de sobrevivência e oportunidades de trabalho e educação. O Gráfico 3 demonstra os principais motivos apontados por imigrantes haitianos para o deslocamento ao Brasil.

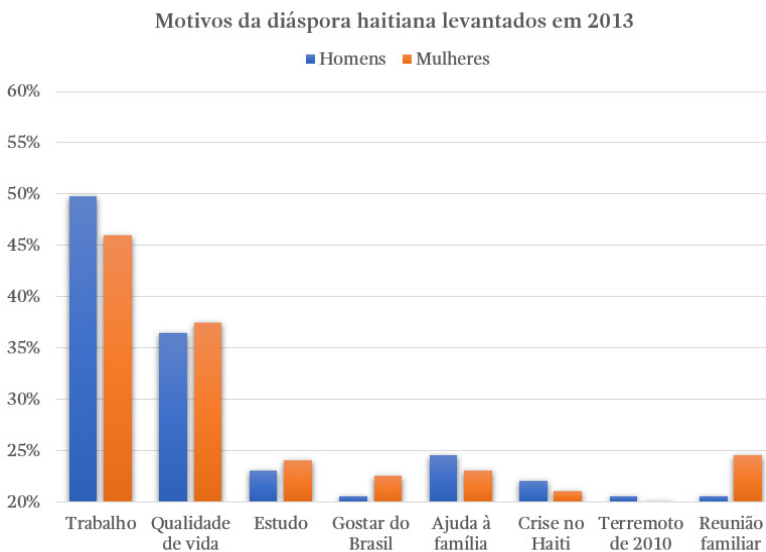


Gráfico 3: Motivos relacionados por imigrantes haitianos em pesquisa realizada no ano de 2013. Fonte: Reeditado com base em Ribeiro (2015, p. 83)¹.

Uma breve reflexão sobre o comparativo permite perceber que a procura por uma melhor qualidade de vida e opor-

¹ A elaboração deste gráfico expressa índices aproximados, meramente para fins de comparação.

tunidades de estudo é predominante entre as mulheres, como também a migração para acompanhar a família (Gráfico 3). No entanto, independente do gênero, a grande maioria dos migrantes parte em busca de oportunidades de trabalho.

Conforme Pachi (2020), aproximadamente, 93 mil haitianos adentraram no território brasileiro no período entre 2010 e 2017. A referida autora denomina esse movimento como “expulsão social”, em que fatores como a pobreza e conflitos políticos, ainda mais agravados pelos desastres ambientais são capazes de impulsionar a expulsão (PACHI, 2020, p. 03). Nos anos de 2018 e 2019, o processo migratório do Haiti para o Brasil continuou ocorrendo, embora em menor intensidade, chegando a uma estimativa que ultrapassa 110 mil haitianos em território brasileiro no ano de 2020, conforme dados de Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2019).

Pimentel² acompanhou o drama da busca de melhores condições de vida dos haitianos desde o início e, segundo dados da pesquisadora, “37.864 haitianos entraram por essa fronteira [referindo-se à tríplice fronteira: Brasil-Peru-Bolívia] de 2010 a 2015, na condição de indocumentados” (SUGIMOTO, 2017). Apesar das evidências indicarem a MINUSTAH, como ter sido a grande facilitadora da diáspora haitiana para o Brasil, outro fato também deve ser considerado. Os primeiros imigrantes vieram ao Brasil na condição de refugiados, mas não tiveram seu visto como tal autorizado, uma vez que não seria legalmente possível devido ao não enquadramento como tal e aos acordos de imigração e Missões de Paz previamente estabelecidos entre Brasil e Haiti. Por esse motivo, as solicitações não foram

² Marília Lima Pimentel Cotinguiba é professora da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e pós-doutoranda do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp.

enviadas para o CONARE, mas sim para o CNIg do Ministério do Trabalho e Previdência Social, convertendoos haitianos em trabalhadores imigrantes no país. Conclui-se que não se trata somente de uma fuga causada por catástrofes naquele país, todavia de um movimento histórico na busca de melhores condições de sobrevivência. Dessa forma, os imigrantes haitianos que ingressaram legalmente no Brasil, o fizeram mais por uma questão de acolhimento do que de refúgio, obtendo assim um visto humanitário, diferentemente de outros fluxos migratórios internacionais. O Gráfico 4 aponta dados sobre as solicitações de refúgio à Polícia Federal entre 2010 e 2014.

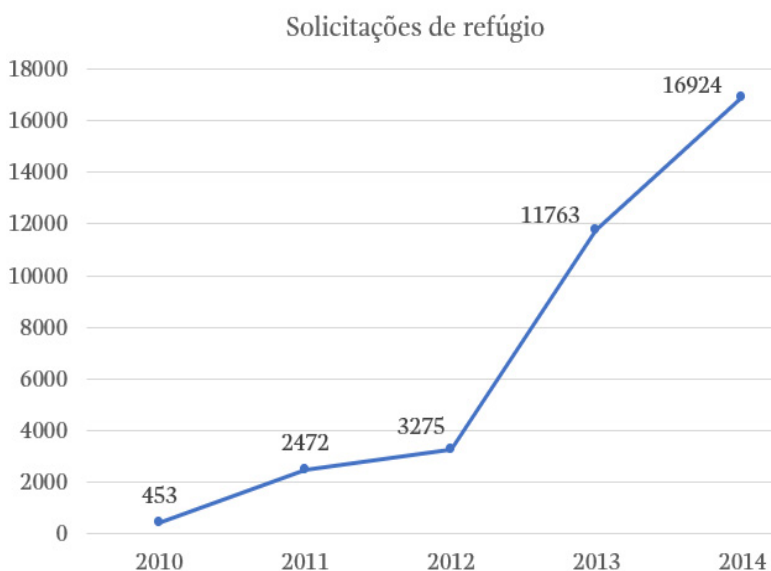


Gráfico 4: Número de solicitações de refúgio recebidos pela Polícia Federal entre os anos de 2010 e 2014. Fonte: Elaboração a partir de dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 28).

Ao se analisar o Gráfico 4, comprova-se o crescente aumento no número de solicitações de refúgio por parte dos hai-

tianos no quadriênio em questão. Os dados mostram que, de 453 solicitações no ano de 2010, o número foi quase 17 mil, somente em 2014. Somando-se todos os números explicitados através do gráfico, tem-se um total de, aproximadamente, 35 mil haitianos solicitando refúgio no Brasil no período de quatro anos. Por não poder ser legalmente atendida a solicitação, houve a necessidade da implementação de leis específicas para tratar desses casos. Como será abordado mais detalhadamente logo adiante, a Resolução Normativa nº 97, implantada em 2012, possibilitou que as solicitações de refúgio fossem convertidas em vistos humanitários, autorizando os imigrantes haitianos a ingressarem no mercado laboral formal brasileiro. Nos anos subsequentes, a demanda de imigrantes haitianos adentrando no território brasileiro pode ser demonstrada através do Gráfico 5:

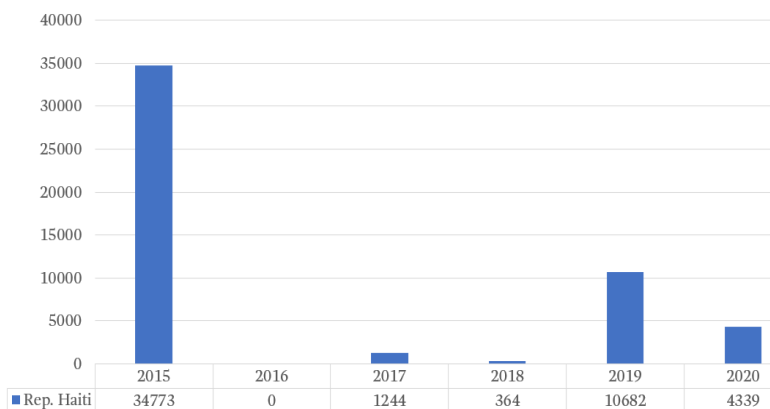


Gráfico 5: Autorizações concedidas pelo MRE no período de 2015 a 2020³.
Fonte: Relatórios Anuais OBMigra⁴ (2016, 2017, 2018, 2019 e 2020).

³ Os dados são compilados de agosto a julho em cada ano.

⁴ Cavalcanti, Oliveira e Araújo (2016); Cavalcanti, et al. (2017); Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2018); Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2019); Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020).

Pelos dados apurados, constata-se que a imigração haitiana permaneceu intensa no ano de 2015, apresentando drástica redução nos registros de 2016, 2017 e 2018, para posterior elevação no ano de 2019. O que mais chama a atenção, entretanto, são os números referentes ao ano de 2020, durante a pandemia do Covid-19, quando o processo migratório continuou ocorrendo, ainda que de forma mais singela se comparado a anos anteriores. Conforme dados de Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), houve o registro de entrada de 35 haitianos no Brasil em abril/2020, 61 em maio, 892 e 949 em junho e julho do referido ano, respectivamente.

De acordo com Macêdo (2019), a imigração haitiana não foi atraída de forma intencional, mas constitui uma consequência da projeção internacional adquirida através da política externa brasileira, cujas políticas migratórias ora atraíram, ora expulsaram imigrantes do país. A migração haitiana, a partir da MINUSTAH, influenciou na formulação de novas políticas migratórias por parte do governo brasileiro. A Política Externa Brasileira (PEB), em sua história, ora adotou medidas mais concretas, como as negociações e a efetivação de acordos; ora objetivou intenções mais abstratas, como a aproximação política e cultural com demais países americanos. Dessa forma, pode-se supor que as relações internacionais brasileiras apresentam caráter multilateral, por vezes mascarando interesses particulares e específicos.

Conforme dados de Miranda (2017), até maio de 2017, a única lei em vigor no Brasil referente à migração era o Estatuto do Estrangeiro, instituído pela Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a qual se referia “à segurança nacional, à organização ins-

titucional, aos interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, bem como à defesa do trabalhador nacional” (BRASIL, 1980)⁵. A fim de assegurar o cumprimento do disposto na referida lei, foi criado o CNIg para, entre outras funções, “definir as normas para a seleção de imigrantes tidos como mão de obra qualificada” (MIRANDA, 2017, p. 87). Para a autora, o imigrante era considerado uma ameaça, “que só seria aceito na sociedade brasileira se trouxesse benefícios econômicos” (MIRANDA, 2017, p. 87).

Posteriormente, com a promulgação da Constituição Federal Brasileira de 1988, alguns aspectos pertinentes às questões migratórias passaram a ter diferente conotação. E a lei anterior, de 1980, conforme Baggio e Nascimento (2018), apresentava vários aspectos contrários à constituição brasileira. Não mais se priorizava o interesse político ou econômico nas relações entre países, mas sim uma preocupação, pelo menos na teoria, com os direitos humanos, em garantia aos direitos universais, em consonância à própria lei suprema brasileira: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988)⁶.

As relações entre Brasil e Haiti, até o terremoto ocorrido em 2010, estavam limitadas ao território haitiano, por conta das missões de paz da ONU, das quais o Brasil fez parte, sendo a MINUSTAH a principal delas. A partir do sismo, segundo Macêdo (2019), repentinamente, deu-se início à transformação,

⁵ Artigo 2º da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, cuja descrição foi revogada por lei posterior.

⁶ Artigo 5º da Constituição Federal Brasileira de 1988.

com a chegada dos primeiros imigrantes haitianos na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia. No Brasil, adentravam nascidades de fronteiras amazônicas de Tabatinga, no Amazonas, Assis Brasil, Brasiléia e Epitaciolândia, no Acre. Segundo Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), a solicitação do visto devia ser feita inicialmente no Haiti, na República Dominicana, no Equador ou no Peru, em suas respectivas capitais Porto Príncipe, Santo Domingo, Quito e Lima, antes de adentrarem no território brasileiro.

No entanto, muitos haitianos que ingressavam no Brasil tinham como destino inicial a Guiana Francesa e a Tríplice Fronteira seria apenas “um corredor de para o destino desejado, mas devido a dificuldades de viagem, tornou-se para a maioria, o destino final” (TONHATI; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2019, p. 65). O governo brasileiro havia prometido, quando da missão de paz comandada no país, “receber os haitianos de braços abertos” (MIRANDA, 2017, p. 97). Entretanto, o que de fato ocorreu, conforme a autora, foi um trajeto de alto custo financeiro, temporal e psicológico – marcado pelo sofrimento, fome e outros perigos, que vão desde extorsões e roubos até estupros e abandono, o que será explanado logo adiante, ainda neste capítulo. Os dados na sequência evidenciam o significativo número de imigrantes haitianos em condições legais no Brasil, ou seja, com direito ao acesso dos serviços públicos básicos – educação e saúde – e, para eles, principalmente, oportunidade de trabalho. Cabe salientar que os números se referem apenas às situações regularizadas, ou seja, boa parte dos imigrantes haitianos que adentraram no Brasil neste período não aparecem nas estatísticas do governo. A partir dos dados apresentados na Tabela 1, é possível verificar o número de vistos emitidos para imigrantes haitianos por embaixada no período compreendido

entre os anos de 2012 e 2016, sendo que, neste último ano, os dados correspondem somente até o mês de maio.

Posto de Requerimento	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Porto Príncipe	1387	5045	7020	13923	12975	40350
Quito	-	1139	3138	3536	2	7815
Santo Domingo	-	112	2	32	6	152
Lima	-	-	24	16	-	40
Buenos Aires (Consulado Geral do Brasil)	-	-	3	-	-	3
Representação do MRE em São Paulo	-	-	1	-	-	-
Total	1387	6296	10188	17507	12983	48361

Tabela 1: Número de vistos emitidos pelo MRE por posto de recebimento entre 2012 e 2016 (maio). Fonte: Reeditada com base em Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 26)⁷.

Devido ao fato de, inicialmente, o Brasil ser considerado como “país de trânsito” (MACÊDO, 2019, p. 71), rumo à Guiana Francesa e, conseqüentemente, os migrantes não portarem vistos, não havia legislação federal vigente para assegurar aos imigrantes os seus direitos. Os municípios por onde adentravam no território brasileiro foram se organizando como puderam para atender tal demanda. Ainda, de acordo com a autora, em Brasileia, no Acre – principal entrada dos imigrantes o Brasil – apesar dos escassos recursos do município, foi fundado um acampamento mantido pelo Governo do Estado, onde se prestava serviços de regularização, para que os imigrantes pudessem ingressar no mercado de trabalho de forma legal,

⁷ Por se tratar de revisão de literatura em pesquisas já elaboradas e publicizadas, os dados explicitados não referem anos recentes, porém são utilizados neste estudo apenas com fins de exemplificação e não necessariamente com a finalidade de um levantamento quantitativo exato.

constituindo-se mínima estrutura para os recém-chegados. Nesses acampamentos, foram atendidos cerca de 40 mil imigrantes, conforme dados de Miranda (2017). No entanto, tais abrigos eram improvisados e, na maior parte do tempo, encontravam-se em situação de superlotação. Ainda que se tentasse organizá-los, a limitada estrutura gerava condições insalubres de sobrevivência. Em consequência, a sobrecarga dos serviços públicos, “comprometeu a inserção social dos imigrantes, que foram, em grande parte, hostilizados pelapopulação” (MIRANDA, 2017, p. 98). Para resolver a situação, os imigrantes foram transportados, através de ônibus fretado pelo governo, às regiões sul e sudeste, especialmente às capitais São Paulo, Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre.

Em contrapartida, no Amazonas, o acolhimento aos imigrantes se deu, principalmente, pela sociedade civil, já que o governo estadual desconsiderou os problemas enfrentados pelos haitianos. Conforme Macêdo (2019), a Pastoral de Mobilidade Humana, juntamente com outras duas igrejas fronteiriças – colombiana e peruana - foi essencial nessa chegada dos imigrantes haitianos à região da tríplice fronteira. Vários projetos foram orientados para o acompanhamento pastoral e para a atenção humanitária aos haitianos, desde a construção de um restaurante comunitário, a fim de oferecer-lhes alimentação pelo menos duas vezes ao dia, contribuição financeira às famílias com crianças e menores de idade para pagar aluguel das casas onde se hospedavam, bem como ajuda econômica para pagar suas viagens de barco até Manaus, para receber documentos que lhes permitiriam iniciar seus processos de regularização migratória no Brasil (LOUIDOR, 2012).

Dinâmica dos vistos e suas diferenciações

Devido ao alto número de solicitações de refúgio de imigrantes que não se enquadravam nos requisitos e à repercussão na mídia, a União viu-se obrigada a tomar providências a respeito dessa imigração no Brasil. Assim, Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 31) destacam como uma das medidas tomadas “a criação do *Humanitarian Visa Application Centre*, em Porto Príncipe, para ampliação do sistema de concessão de vistos humanitários” e a segunda, a concessão de residência permanente por razões humanitárias aos que solicitaram refúgio, mas não foram considerados refugiados.

Por tais motivos, o governo brasileiro, através do CNIg, implementou a Resolução Normativa nº 97, para analisar cada situação individualmente e proceder a resolutividade de cada caso:

No dia 13 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) a Resolução Normativa nº 97, promulgada pelo Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que “dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti”. Consideraram-se as razões humanitárias do fluxo “para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010 (MACÊDO, 2019, p. 72).

Cabe ressaltar a diferença entre asilo, refúgio e visto humanitário para estrangeiros, sendo este último, o que configura o caso da grande maioria dos imigrantes haitianos no Brasil.

Em síntese, o asilo caracteriza uma forma de proteção àqueles que sofrem perseguição política em seu país, impedindo-os de retornarem às suas residências. Já o refúgio consiste no amparo àqueles que têm suas vidas postas em risco em seus países, devido a conflitos ou guerras e conseqüências destes, temendo a “perseguição por motivos de raça, crença, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas e que não podem valer-se da proteção de seu país”⁸ – o que, de fato, não caracteriza a situação dos emigrantes do Haiti. Conforme Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), em 1997, entretanto, nova leitura é dada a essa definição anteriormente expressa no Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu protocolo de 1967, estabelecendo o Estatuto do Refugiado no Brasil, lei nº 9474/97. O novo estatuto abrange a chamada definição ampla de refugiado, considerando a definição da Convenção de Genebra em 1951, somada àquela estabelecida pela Declaração de Cartagena⁹, criando o CONARE (MIRANDA, 2017). O visto humanitário, por sua vez, foi implementado pela Resolução Normativa do CNIg nº 97, de 12 de janeiro de 2012 (BRASIL, 2012)¹⁰, que “julga as situações especiais e os casos omissos, incluindo os casos nos quais o refúgio é negado, mas persistem as preocupações humanitárias” (MIRANDA, 2017, p. 91). Sendo assim, o caso da diáspora haitiana, como já visto

⁸ Fragmento do artigo 1º, parágrafo 2º, das Disposições Gerais da Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, feita em Genebra, em 28 de julho de 1951. Fonte: ONU. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. Série Tratados da ONU, nº 2545, v. 189. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

⁹ A Declaração de Cartagena sobre Refugiados foi elaborada e publicada em 22 de novembro de 1984. Fonte: DECLARAÇÃO DE CARTAGENA, 1984. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_d_e_Cartagena.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

¹⁰ A Resolução Normativa nº 97 de 12 de janeiro de 2012 foi decretada pelo Conselho Nacional de Imigração e sofreu alterações em alguns artigos, dadas por decretos posteriores.

anteriormente, não se enquadra nos critérios de asilo nem de refúgio, pois foi, em grande parte, motivado por catástrofe ambiental. Para Cotinguiba (2014), duas razões estariam por trás da não concessão do status de refugiado aos imigrantes haitianos. O primeiro deles seria que, dar a condição de refúgio a imigrantes oriundos de um país onde o Brasil liderava uma missão de paz, seria confirmar o seu fracasso e, conseqüentemente, de sua liderança. Já o segundo, uma vez concedido o refúgio ao estrangeiro, o país se torna responsável por ele, garantindo abrigo, segurança, alimentação e acesso aos serviços básicos. No entanto, tamanha foi a demanda de imigrantes haitianos entrando no território brasileiro que se fez necessário buscar, de alguma forma, acolhê-los, tratando-se, assim, do visto humanitário ter sido a melhor alternativa encontrada.

Todavia, a promulgação de tal normativa não foi suficiente para atender as questões de regulamentação dos imigrantes no Brasil. Para Baggio e Nascimento (2018), o Projeto de Lei aprovado pelo Congresso Nacional não foi elaborado por especialistas e, agravado pelos vetos do poder executivo, ficou aquém do que era esperado. De acordo com Moraes, Andrade e Mattos (2013), o número de vistos era limitado a 1200/ano, correspondente a 100 vistos por mês para haitianos dispostos a trabalharem no Brasil. Ainda, conforme os autores citados anteriormente, para a obtenção do visto, o haitiano deveria “possuir o passaporte em dia, comprovar residência, apresentar atestado de bons antecedentes e pagar uma taxa de R\$ 200,00 (duzentos reais)” (MORAES; ANDRADE; MATTOS, 2013, p. 11). Tais fatores lhes impossibilitava a obtenção, logo permaneceram na situação de clandestinos. Tal fato pode ser comprovado no Gráfico 6:

Número de vistos para imigrantes haitianos no Brasil em 2012

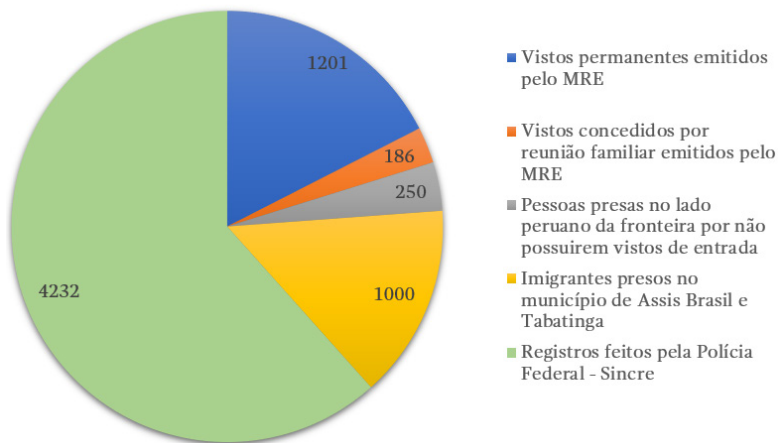


Gráfico 6: Vistos emitidos para imigrantes haitianos em 2012. Fonte: Elaborado a partir dos dados obtidos em Macêdo (2019, p. 73-74).

Ao se analisar o Gráfico 6, percebe-se um desacordo de dados numéricos. Enquanto os vistos emitidos pelo MRE, nas diferentes circunstâncias, somaram 2637, os registros feitos pela Polícia Federal totalizaram 4232. Assim, é possível concluir que a soma de vistos emitidos pelo MRE é muito aquém aos registros feitos pela Polícia Federal, ou seja, a maior parte dos imigrantes em território brasileiro não fez parte das estatísticas oficiais do governo. Ainda, é possível estabelecer, para fins de análise do presente estudo, um panorama dos vistos emitidos no período de 2012 a 2016, considerando as circunstâncias em que aconteceram, de acordo com a Tabela 2:

Tipos de Vistos	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Permanentes	1201	5296	8494	15468	11940	42399
Reunião Familiar	186	1000	1694	2039	1043	5962
Total	1	6296	10188	17507	12983	48361

Tabela 2: Número de vistos emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores, no período de 2012 a 2016. Fonte: Reeditada a partir de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 26).

Ao se examinar os dados apresentados, constata-se que há um grande aumento na expedição de vistos humanitários até o ano de 2015 e, no ano seguinte, 2016, esse número diminui em ambos os tipos de vistos. É relevante salientar, porém, que o aumento considerável observado no ano de 2015 não representa novos ingressos no país. Outrossim, corresponde aos imigrantes que já se encontravam aqui desde 2010, mas que “só tiveram sua situação migratória regularizada em 2015” (TONHATI; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2019, p. 32).

Destaca-se, todavia, o percentual de vistos concedidos por reunião familiar em relação aos vistos permanentes:

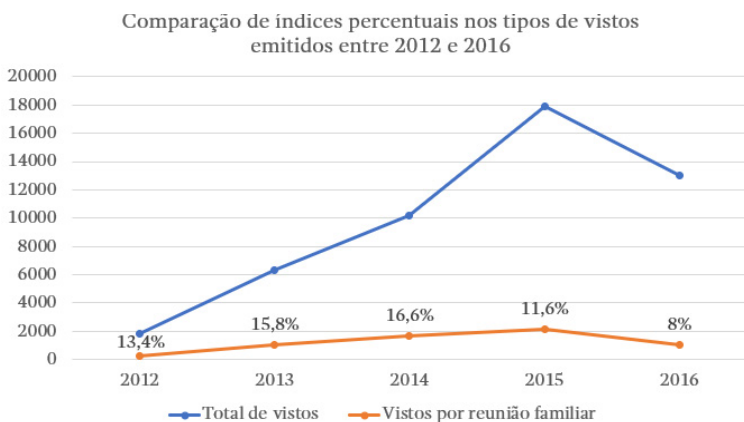


Gráfico 7: Percentual de vistos concedidos por reunião familiar, sob o número total de vistos emitidos no período de 2012 a 2016. Fonte: Elaborado a partir de cálculo de porcentagem com base em dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019).

É notória a diferença no percentual de vistos emitidos por reunião familiar em 2012 comparado ao ano de 2016. Em 2012, do total de vistos emitidos, 13,4% foram por reunião familiar, sendo esse número crescente até 2014, chegando a 16,6%. Nos anos de 2015 e 2016, entretanto, o índice baixou para 11,6% e 8%, respectivamente. Maior ênfase ainda se dá para o número de vistos permanentes nos anos de 2015 e 2016, em relação aqueles concedidos por reunião familiar no mesmo período, enquanto os primeiros tiveram uma redução de 22,8%, os segundos reduziram-se em 48,8%.

Ao se abordar o tópico de vistos emitidos por reunião familiar, garantia dada por lei, conforme já mencionado, há que se referir, também, o tocante à questão do gênero. Historicamente, há uma diferenciação entre eles, especialmente no que tange às condicionantes de cada um: “o que compete ao homem e o que cabe à mulher” (TONHATI; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2019, p. 32). Longe da intencionalidade de discutir tal questão sob o prisma das conotações feministas ou machistas, tampouco esmiuçar tal discussão, pois não se trata deste o foco do presente gráfico e sua interpretação, a qual será debatida em momento oportuno. É necessário, no entanto, considerar esse aspecto que, conforme Ribeiro (2015), apesar da pouca evidência de alguns estudos ou mesmo da mídia, é sempre intrínseco aos processos migratórios.

Constata-se, a partir dessa análise de dados e pontuações de índices, que a imigração haitiana no Brasil teve seu ápice até 2015, sendo que, a partir de 2016, não apresentou a mesma intensidade. Ainda, é possível questionar se, a partir de 2015, o Brasil já não mais representasse uma alternativa tão segura de migração como outrora, a ponto dos imigrantes deslocarem-se com suas famílias. Tais reflexões, as quais puderam ser com-

provadas nos Gráficos 5 e 7, também, serão mencionadas neste capítulo, quando da abordagem de políticas, leis e dificuldades encontradas pelos imigrantes em solo brasileiro.

De acordo com Macêdo (2019), após ingressarem no Brasil e permanecerem algum tempo nas cidades fronteiriças até a obtenção dos vistos humanitários, os imigrantes foram enviados a São Paulo ou para a região Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), a fim de trabalharem na agroindústria (de abate de frangos) e construção civil, sendo que a primeira constitui a principal atividade laboral exercida pelas mulheres imigrantes e a segunda, pelos homens (TONHATI; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2019). Em São Paulo, a prefeitura implementou uma política municipal de acolhida aos imigrantes, realizando um mutirão para inscrição de imigrantes e refugiados no Cadastro Único, registro federal que “permitia ao imigrante acessar diferentes programas sociais como Bolsa Família, Tarifa Social de Energia Elétrica, Telefone Popular, entre outros” (MACIEL, 2014). De acordo com Pachi (2020), a pastoral da Igreja Nossa Senhora da Paz, no Glicério, região central de São Paulo, também desempenhou importante função de acolhida aos imigrantes. Devido ao deslocamento de parte desses imigrantes em direção ao sul do país, São Paulo, apesar de ser polo receptor da imigração e oferecer maiores oportunidades de trabalho, também passou a ser local de trânsito para outras cidades do sul e sudeste.

Mesmo com várias contradições e contrapontos nas políticas de migração brasileiras e desacordos entre países-destino, percebe-se que o Brasil foi um dos que mais facilitou a entrada e a permanência dos imigrantes no seu território. Em novembro de 2015, um ato conjunto entre Ministério do Trabalho e da Justiça, concedeu 43.871 vistos de permanência a todos os imigrantes haitianos que ingressaram pelo Acre, a partir de 2010

e não estavam em situação de refugiados (MIRANDA, 2017; MACÊDO, 2019). Essa medida determinava o prazo de um ano para que os imigrantes providenciassem os demais documentos e regularizassem sua situação. Entretanto, devido aos altos custos e a burocracia envolvidos no processo, tal fato tornou-se inviável para muitos. Dessa forma, a medida foi prorrogada por seis meses, como também a RN nº 97 foi postergada por diversas vezes, na expectativa da aprovação de nova lei que regulamentasse as questões migratórias no país.

De acordo com Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), os haitianos foram a quinta nacionalidade em importância no volume de estrangeiros registrados pelo Sistema Nacional de Cadastro de Registro de Estrangeiros (SINCARE), entre 2000 e 2014, sendo verificado um considerável aumento entre 2012 e 2016, conforme demonstra o Gráfico 8:

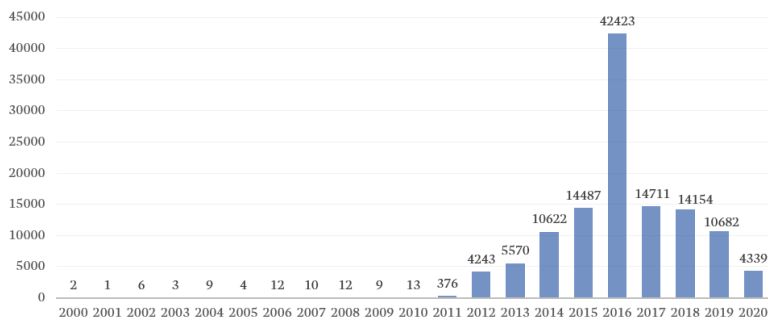


Gráfico 8: Autorizações de permanência concedidas a imigrantes haitianos por ano de registro, entre 2000 e 2020. Fonte: Reeditado a partir de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 34), com complementação de dados a partir de Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2019-2020).

Por toda essa realidade social que se configurou no Brasil a partir de 2010, evidenciou-se a necessidade do estabelecimento de políticas públicas para os imigrantes. Dessa forma, elaborou-se a lei nº 13.445, de maio de 2017, chamada Lei da

Migração, a qual rege a “garantia à universalidade de direitos, o combate e prevenção a qualquer tipo de discriminação, entrada no país e documentação regulares, inclusão social e laboral, acesso igualitário a serviços e programas sociais, promoção e difusão de direitos e proteção integral” (BRASIL, 2017a), entre outros aspectos. Entretanto, por ser uma temática relativamente recente, os governantes, as autoridades e os profissionais de todas as áreas não estavam preparados para a aplicabilidade da lei e atender esse contingente de estrangeiros em suas necessidades primárias. A nova lei foi aprovada em maio de 2017, após longos anos de debates e mudanças, sendo que seu projeto vinha sendo discutido desde 2009 e entrou em vigor 180 dias após a sua publicação oficial (MIRANDA, 2017).

Para Minchola (2020), a Nova Lei da Migração constituiu um marco para a política migratória brasileira. O autor destaca a concessão de vistos temporários ou de residência permanentes justificados pela acolhida humanitária; limitação do poder do estado nos processos de deportação e expulsão; previsão de isenção de taxas para imigrantes com baixa renda; substituição dos termos “ilegal” - para imigrantes indocumentados - e “estrangeiros” pela conotação negativa que carregam; mudanças estas que, para o autor, demonstram um “momento mais democrático vivido no país” (MINCHOLA, 2020, p. 75). Acrescenta ainda que “todas essas disposições revelam o caráter dessa nova lei, voltado para a garantia de direitos, voltado para uma humanização da agenda migratória” (MINCHOLA, 2020, p. 75).

Entretanto, as opiniões sobre a Lei de Migração de 2017 é bastante controversa. Esta revoga o antigo Estatuto do Estrangeiro de 1980 e concede alguns avanços no que tange aos direitos humanos dos imigrantes, embora permaneça inalterada em outros aspectos da cidadania, como a impossibilidade de direito

ao voto. Silva (2016) e Redin e Bertoldo (2020,p. 41) afirmam que “[...] isso produz a racionalidade moderna que condiciona política e juridicamente a pessoa do ser migrante a um poder discricionário do estado, que nega direitos e priva sujeitos por estarem fora de um vínculo político de nacionalidade/cidadania”. Para ElHajji (2018, p. 15), a “identificação negativa do migrante, enquanto não cidadão, não nacional e quase não humano e, em seguida, a sua clandestinação e ilegalização constituem, na verdade, etapas de uma estratégia econômica-política para a sua redução à mão de obra descartável e sem poder de resistência e barganha”. Como os imigrantes constituem a minoria absoluta na sociedade de destino, acabam sendo dominados por esta, conforme seus interesses e pré-conceitos.

Do Estatuto do Estrangeiro à Nova Lei da Migração

O processo de povoamento brasileiro, durante longo período, foi marcado por fluxos migratórios intencionais, através da constituição de um modelo de imigrante ideal: branco, europeu e católico. Esse estereótipo caracterizava o “ser civilizado” (grifo da autora) em contraponto às sociedades tradicionais – indígenas e negros libertos, assim como os descendentes destes. Conforme Moraes (2014, p. 18), “todos aqueles que não se enquadrassem nessa concepção foram estigmatizados, tornando-se indesejados”.

De acordo com Baggio e Nascimento (2018), mesmo que, em 1946, se restabelecesse a liberdade de ingresso no país, reiterada pela Carta de 1967 e pela Emenda Constitucional nº 1 de 1969, em 1980, ainda sob regime ditatorial, foi aprovado o Estatuto do Estrangeiro, o qual potencializou a exclusão dos

imigrantes, velada sob a pretensão da segurança nacional e do desenvolvimento econômico do mundo do trabalho. A própria utilização do termo “estrangeiro”, definindo aquele que vem de fora, já denota a restrição das possibilidades de integração política e social, constituindo uma ameaça à segurança, por possuir ideias contrárias ao regime. Assim, a lei vedava ao estrangeiro: obter concessão para a pesquisa, exploração e aproveitamento das jazidas e recursos minerais; participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional; organizar, criar ou manter sociedades ou entidades de caráter político; organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões, ou deles participar, a fim de divulgar ideias de partidos políticos do país de origem e, ainda, o Ministro da Justiça poderá, sempre que considerar conveniente aos interesses nacionais, impedir os estrangeiros de realizar conferências, congressos e exposições artísticas ou folclóricas (BRASIL, 1980)¹¹. Ademais, “proibia ao estrangeiro, por exemplo, possuir, manter ou operar, mesmo como amador, aparelhos de radiodifusão e similares” (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018, p. 21). Além disso, o Estatuto de 1980 previa a possível expulsão do estrangeiro que “de qualquer forma atentar contra a segurança nacional, a ordem política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência ou aos interesses nacionais” (BRASIL, 1980)¹².

Nota-se, claramente, através destes fragmentos extraídos do Estatuto do Estrangeiro, o seu caráter excludente e restritivo no que se refere aos direitos legais desses indivíduos, tornando-os vítimas passivas dos interesses do Estado. No entanto, segundo Baggio e Nascimento (2018), mesmo com a promulga-

¹¹ Menções dos artigos 106, 107 e 110 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

¹² Artigo 65 da lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.

ção da Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu avanços no reconhecimento da igualdade, perante a lei, todo o migrante permaneceu alheio aos processos de participação política.

A Nova Lei de Migração, lei nº 13.445, de maio de 2017, representou alguns avanços no que tange às questões migratórias no Brasil, sendo o principal deles o reconhecimento dos direitos humanos dos sujeitos envolvidos no processo, colocando-os num contexto de proteção. Já, no seu artigo 1º, apresenta a substituição do termo “estrangeiro” por “imigrante – pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (BRASIL, 2017a)¹³. Os direitos e as garantias estabelecidos pela nova lei incluem, entre outros, a universalidade dos direitos humanos; o repúdio e a prevenção à xenofobia, racismo e outros atos discriminatórios; promoção de entrada regularizada no país; acolhida humanitária, direito à reunião familiar; igualdade de tratamento e de oportunidades; inclusão social e laboral; acesso às políticas públicas e sociais; promoção e difusão dos direitos e liberdades; participação na elaboração, na aplicação e na avaliação das políticas migratórias; promoção do reconhecimento acadêmico e profissional no Brasil (BRASIL, 2017)¹⁴.

Apesar disso, a nova lei deixou de contemplar algumas reivindicações dos imigrantes como “a criação de uma autoridade nacional migratória especializada na regularização da matéria” (BAGGIO; NASCIMENTO, 2018, p. 23), para desvincular a recepção e a regularização da Polícia Federal. Outrossim, a redação final apresentou vários vetos pelo poder executivo, grande parte deles pautados pela antiga lógica da segurança nacional.

Por todo o exposto, conclui-se que com a substituição do

¹³ Artigo 1º da lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

¹⁴ Trechos do artigo 3º da lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017.

Estatuto do Estrangeiro de 1980 – o qual demonstrava maior preocupação com a segurança nacional (racial e social) – pela Lei da Migração de 2017, a qual reverencia mais interesse nos direitos humanos, o imigrante – especialmente o negro – deixou de ser considerado uma ameaça à nação, pelo menos de forma explícita ou tão evidenciada na sociedade. Entretanto, como forma de leis e decretos, oferece margem para diversas interpretações e entrelinhas inconsistentes, pelas quais o Estado, em uso de seu poder supremo, pode aplicar ou não os critérios da lei. Outrossim, não é perante um decreto ou determinação governamental que se muda, instantaneamente, uma cultura de discriminação que há séculos está presente na sociedade.

O movimento migratório haitiano para o Brasil, como já visto, não foi intenso em todo o período subsequente ao terremoto, pelo menos não legalmente. Houve momentos em que os imigrantes encontraram dificuldades, especialmente no campo profissional. Com a crise econômica brasileira no ano de 2015, muitos acabaram deixando o país, buscando refúgio especialmente no Chile e nos Estados Unidos. Contratos de trabalho foram cancelados, motivados pela facilidade de ingressar nos Estados Unidos, consequência de medidas adotadas pelo então presidente Barak Obama. Posteriormente, devido ao fechamento da fronteira americana pelo presidente Donald Trump, muitos foram deportados ao Haiti e o Brasil voltou a figurar entre os destinos preferidos dos imigrantes haitianos. Alguns países mantiveram-se como destino recorrente, como, por exemplo, “países na América Central - República Dominicana, Cuba e Bahamas - assim como na América do Sul - Venezuela e Guiana Francesa - que receberam grandes quantidades de imigrantes haitianos, devido à oferta de postos de trabalho, proximidade geográfica, questões linguísticas, etc”. (MACÊDO, 2019, p. 68).

Todavia, conforme Pachi (2020), o segundo fluxo migratório haitiano para o Brasil, a partir de 2015, encontrou uma realidade bem diferente daquela que se apresentava em 2010, no início das migrações. Com a crise política e econômica, muitos haitianos demitidos não conseguiram outros empregos. Então, deu-se origem a outro processo: o desaparecimento do imigrante. “Foi o trabalho que fez nascer o imigrante, que o fez existir; e ele, quando termina, que faz morrer o imigrante, que decreta a sua negação ou que o empurra para o não-ser” (SAYAD, 1998). A crise econômica vivenciada no Brasil tornou mais vulnerável a população das classes menos favorecidas economicamente. Mais ainda, os imigrantes haitianos que, além de todas as dificuldades – financeiras e psicológicas - tinham a adversidade em relação à língua e à cor.

Perfil dos imigrantes haitianos em solo brasileiro

Migrante é aquela pessoa que sai do país onde nasceu e passa a viver em outro, tornando-o o seu país de residência, adquirindo características próprias, as quais representam a multiculturalidade, uma vez que traços culturais anteriores à migração se misturam às apropriações feitas da nova cultura. Comumente, comete-se o equívoco de sintetizar os imigrantes haitianos a uma única categoria, pelo fato de compartilharem da mesma origem. Todavia, as pessoas que compõem o fluxo migratório do Haiti não podem ser reduzidas às características comuns. São indivíduos de perfil heterogêneo, uma vez que provém de regiões diferentes do país, como também percorrem caminhos distintos para chegar ao Brasil. Apenas para

exemplificar essa constatação, a grande maioria dos imigrantes haitianos fala a língua materna – o *Kreyòl*, já os que tiveram acesso à educação formal, segundo Granada e Pinheiro (2018), falam francês e inglês. Ademais, os ingressantes no Brasil pela tríplice fronteira arriscam também o *portunhol*.

Conforme Cotinguiba e Cotinguiba (2014), os imigrantes haitianos no Brasil são por si próprios nominados *Dyáspora* (pessoa que emigra) e caracterizados pela diversidade. Há uma minoria que chega legalmente, portando documentação e alguma economia para iniciar uma nova vida, buscando avançar nos estudos e conseguir ainda mais recursos. Existem, também, aqueles que chegam em busca de oportunidades de trabalho, como pode ser comprovado pela faixa etária dos imigrantes, através do Gráfico 9. A maioria espera em imensas filas para regularizar sua situação e atravessar a fronteira ou, ainda, há os que arriscam sua própria vida para entrar no Brasil clandestinamente.

Imigrantes haitianos no Brasil conforme faixa etária entre 2011 e 2014

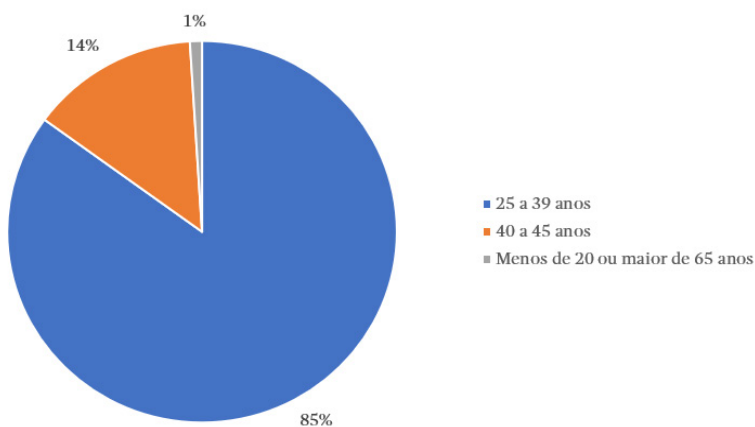


Gráfico 9: Porcentagem de imigrantes haitianos no Brasil conforme faixa etária, de 2011 a 2014. Fonte: Reeditado com base em Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 51).

A grande maioria dos imigrantes com vínculo empregatício encontra-se na faixa de 20 a 40 anos, ou seja, na idade em que a produtividade é maior, mais uma vez comprovando o objetivo da migração para o Brasil em busca de oportunidades de trabalho. Buscando dados específicos da Região Sul, apurou-se que esse mapeamento não difere do nacional, sendo que foram registrados 27.486 imigrantes nos três estados da região durante o período em análise, cuja maior concentração é observada em Santa Catarina, segundo dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019). Ainda, os municípios da região Sul que empregaram maior número de imigrantes haitianos foram seguindo nessa ordem: Curitiba (PR), Chapecó (SC), Cascavel (PR), Itajaí (SC), Balneário Camboriú (SC), Caxias do Sul (RS), Maringá (PR), Pato Branco (PR), Porto Alegre (RS), Garibaldi (RS) e Encantado (RS).

Pelo contato com imigrantes haitianos – adolescentes ingressos no sistema educacional público da cidade de Marau/RS, fato confirmado também pela revisão de literatura (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014), pode-se constatar que são pessoas - ou pelo menos uma parte delas - conhecedoras da história de seu país e, de certa forma, de línguas; bem como possuem grande respeito à instituição escolar e aos profissionais da educação. Tal fato se deve à evolução histórica do sistema educacional haitiano e ao contexto sociocultural em que ela acontece. Para muitos haitianos, estudar em outro país é um sonho, uma vez que qualquer país em que o *dyáspora* se encontre, pode ser considerado rico se comparado a sua nação de origem. Esse conceito de riqueza se confirma por aqueles que já trabalham no Brasil e conseguem viajar, enviar dinheiro, levar presentes ou até trazer a família. Em qualquer das hipóteses, todavia, as dificuldades encontradas são inúmeras, desde a comunicação até o preconceito enfrentado.

Não há dúvidas de que sair de um país e ingressar em outro é bastante difícil, especialmente no quesito adaptação. No caso dos imigrantes haitianos, por mais que a vida no Haiti já não fosse fácil e estivessem convictos da busca por melhores condições, não foi diferente.

As relações do imigrante haitiano no campo do trabalho

Conforme Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019), a região Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul - abrigam 55% dos imigrantes haitianos com registro formal de trabalho no Brasil, embora São Paulo tenha grande concentração de imigrantes e o Distrito Federal também caracterize um polo de crescimento da imigração haitiana. Para definir o perfil desse trabalhador formal no Brasil, no período compreendido entre 2010 e 2014, anos da pesquisa, seguem os Gráficos 10 a 18, os quais são analisados e interpretados individualmente a seguir:

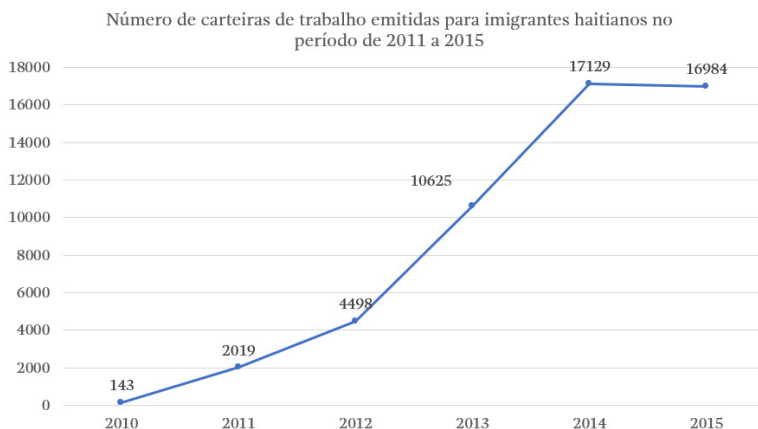


Gráfico 10: Número de carteiras de trabalho emitidas para imigrantes haitianos no Brasil entre 2011 e 2015. Fonte: Elaborado a partir de Macêdo (2019, p. 67).

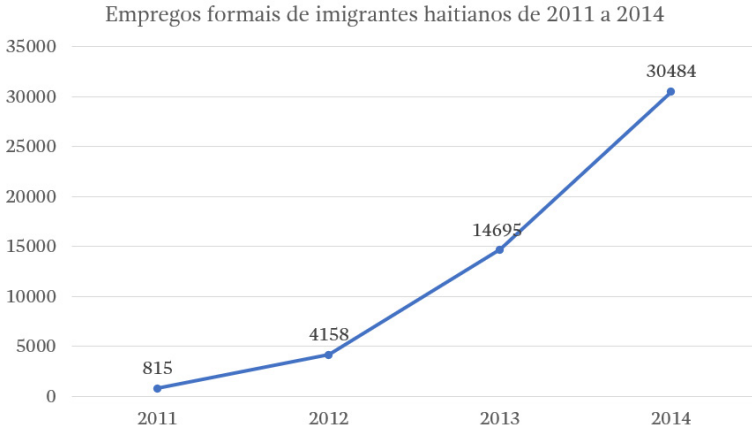


Gráfico 11: Imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, no período de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados em Cavalcanti et al. (2019).

A partir de 2010, especialmente nos anos de 2013 e 2014, o Brasil se preparava para sediar a Copa do Mundo de Futebol, com isso várias obras de infraestrutura e de construção civil estavam em andamento, como estádios e acessos de estradas e rodovias. Esse ramo de atividade atraiu e empregou um número significativo de imigrantes que adentraram no Brasil nesse período.

Pelos gráficos elaborados anteriormente, evidencia-se uma perspectiva da questão do trabalho exercido pelos imigrantes haitianos, principalmente homens, entre 2011 e 2014, constatando-se que há um significativo aumento na formalidade laboral no período, índice que se mantém elevado no ano de 2015 (Gráfico 13). Tal fato só seria possível mediante a regulamentação documental dos trabalhadores, ou seja, aqueles que adentraram clandestinamente no país ou permaneceram indocumentados não poderiam ocupar essas vagas. A partir dessa análise, comprova-se que um dos principais motivos para a diáspora haitiana foi a busca por oportunidades de trabalho.

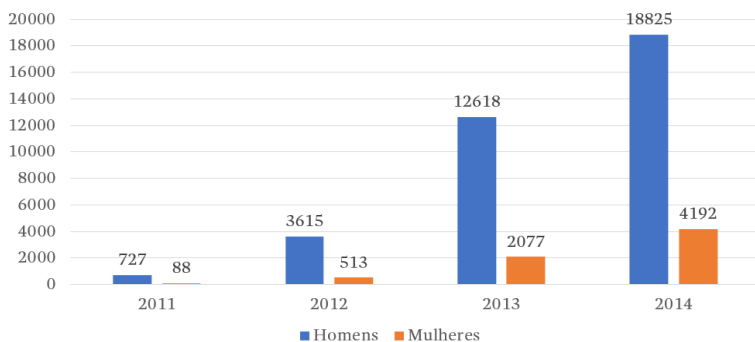


Gráfico 12: Imigrantes haitianos com vínculo formal de trabalho no Brasil, conforme o sexo, no período de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados em Cavalcanti et al. (2019), complementado com dados Cavalcanti, Oliveira e Araújo (2016).

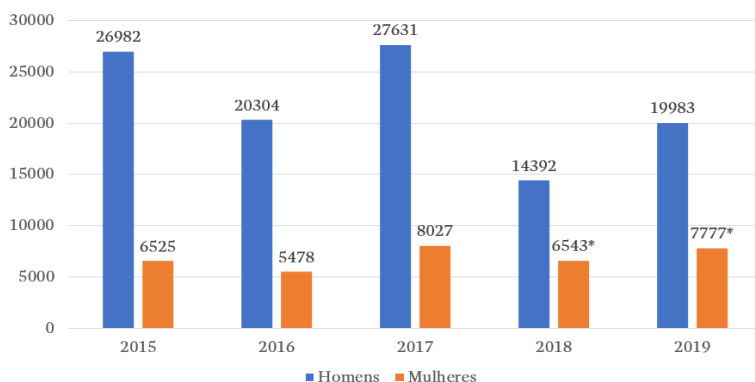


Gráfico 13: Imigrantes haitianos com vínculo de trabalho formal/carteiras de trabalho* emitidas no período entre 2015 e 2019. Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base em Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2018, 2019 e 2020).

As atividades laborais são desempenhadas, em sua maioria absoluta, por imigrantes do sexo masculino. Esse aspecto pode demonstrar uma preocupação inicial em estabelecer-se no país, para somente depois trazerem suas famílias. Observa-se, no entanto, a partir das estatísticas apresentadas pelo Gráfico 12

é que, em 2011, havia uma mulher imigrante com vínculo formal de trabalho para cada oito homens na mesma situação. Essa proporção diminuiu com o passar dos anos, chegando a 1:4 em 2014 e 2015 e 1:3 em 2016 e 2017, conforme o Gráfico 13.

Convém explicar que os dados expressos nos Gráficos 12 e 13 consistem em números aproximados, uma vez que nos próprios relatórios oficiais existem algumas variações de informações e indicadores apontados, sendo necessário um cálculo quantitativo para elaboração destes gráficos. Além disso, o número de carteiras de trabalho emitidas para as mulheres imigrantes em 2018 e 2019, não necessariamente, corresponde à empregabilidade formal. De qualquer forma, o panorama traçado possibilita algumas considerações a respeito dos vínculos de trabalho estabelecidos pelos imigrantes haitianos em território brasileiro. A primeira, como já mencionada, é a evidência de um dos objetivos do fluxo migratório ocorrido ser, em grande parte, em busca de oportunidades de trabalho. A segunda é que a crise econômica brasileira de 2015-2016 também teve reflexo no número de empregos dos imigrantes, apresentando uma melhora no índice em 2017 e voltando a ser evidenciada em 2018. Uma terceira consideração, devido à redução na proporção entre homens e mulheres na ocupação de postos de empregos formais visualizada nos gráficos, é que, como também já constatado, os homens migraram primeiro e, quando estabelecidos, trouxeram suas famílias. E mais, além dos homens imigrantes exercerem trabalhos formais no país, também as mulheres se inseriram no mercado laboral formal, diferentemente do que é observado no Haiti, comprovando a afirmação de alguns autores de que as mulheres migrantes apresentam maior taxa de atividades econômicas no local de destino do que no de origem (RIBEIRO; FERNANDES; MOTA-SANTOS, 2019).

Esse panorama de menor índice de mulheres inseridas no mercado de trabalho não é observado unicamente nos fenô-

mentos migratórios. Apesar de se observar uma crescente mudança nesse paradigma nos últimos anos, a realidade cultural brasileira ainda é do homem ser o provedor do sustento da família, enquanto a mulher prioriza o atendimento à família e afazeres domésticos. De acordo com Ribeiro, Fernandes e Mota-Santos (2019, p. 131), “as desvantagens da mulher no mercado de trabalho são um reflexo do patriarcado e do papel de subordinação atribuído às mulheres na sociedade”. Geralmente, no processo migratório, a mulher é associada aos motivos relacionados à família ou ao campo afetivo – migração por reunião familiar - e, mesmo que os números aumentem, elas permanecem quase invisíveis ou incluídas nos mesmos dados masculinos, como que refletindo a sua dependência em relação aos homens ou demonstrando a sua migração posterior (TEDESCO, 2010a). Ainda conforme o autor, “a presença de mulheres estrangeiras em trabalhos domésticos favorece a progressiva entrada de mulheres autóctones no mercado de trabalho” (TEDESCO, 2010a, p. 06). No entanto, já se observa uma mudança comportamental de gênero, em que homens e mulheres são igualmente inseridos no mercado de trabalho, caracterizando, por vezes, uma “inversão de papéis” (RIBEIRO; FERNANDES; MOTA-SANTOS, 2019), quando as mulheres assumem o sustento da família.

Ainda, sobre os postos de trabalho ocupados pelos imigrantes haitianos no Brasil destaca-se o aumento do índice percentual destes em relação a outras nacionalidades de imigrantes no período de 2013 a 2019. De acordo com Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), de 13,6% do total de imigrantes com vínculo formal de trabalho em 2013, os haitianos passaram a 25,1% em 2016 e 35,8% em 2019. Nenhuma outra nacionalidade apontada teve um crescimento tão exponencial no período considerado. Apenas imigrantes venezuelanos apresentaram um crescimento expressivo no mesmo intervalo, de, aproximadamente,

1 a 2% em 2013 a 2016 para 12% em 2019. Também, de acordo com os autores, imigrantes haitianos apresentam a mão de obra mais barata dentre as 43 nacionalidades imigrantes no Brasil analisadas em 2019, com um rendimento médio aproximado de R\$ 1.650,00/mês, seguidos dos congolezes, senegaleses e ganeses, com R\$ 1.800,00, R\$ 1.940,00 e R\$ 1.950,00 reais/mês, respectivamente (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÂCEDO, 2020). Uma das hipóteses sugeridas para tais fatos é de que, justamente por saber que os haitianos buscam trabalho no Brasil e que sua situação econômica no Haiti é ainda pior do que esta, acabam por ter sua mão de obra barata explorada e pouco valorizada. Dessa forma, por não terem melhores opções – ou se submetem ao emprego que surgem, nas condições que forem apresentadas ou voltam para seu país de origem – acabam aceitando as vagas que lhes são oferecidas. Essa realidade se torna ainda mais agravada pelas questões raciais e dificuldades linguísticas, como será abordado mais adiante.

Através dos Gráficos 14 e 15, é possível delinear um panorama das atividades laborais desempenhadas pelos imigrantes, por gênero, no período entre 2010 e 2014:

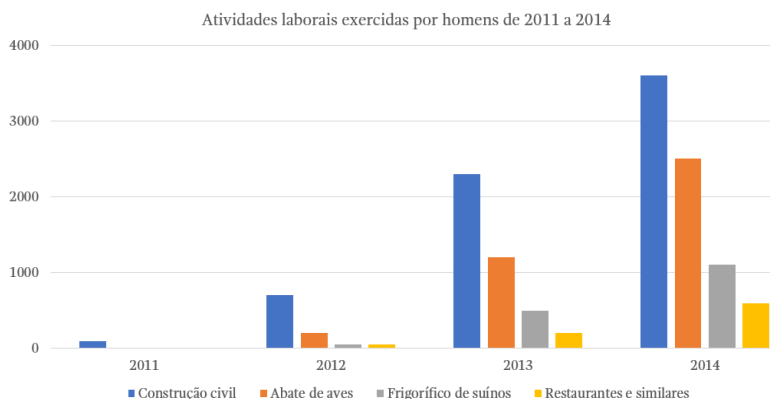


Gráfico 14: Atividades laborais exercidas por imigrantes haitianos no Brasil do sexo masculino de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado a partir de dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019).

Fundamentado na observação do Gráfico 14, torna-se possível fazer algumas inferências. Como já mencionado no início do presente capítulo, a maioria dos imigrantes haitianos no Brasil foi conduzida às regiões Sul e Sudeste para trabalhar no ramo da construção civil e agroindústria. Tal afirmação pode ser comprovada pelos índices apresentados no Gráfico 15:

Percentual de imigrantes masculinos por ramo de atividade de 2011 a 2014

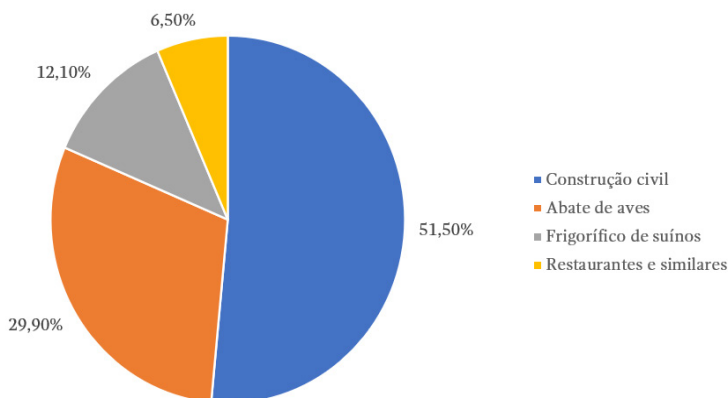


Gráfico 15: Percentual das atividades laborais exercidas por imigrantes haitianos do sexo masculino no Brasil, por ramo de atividade, no período entre 2011 e 2014. Fonte: Elaborado a partir dos dados do Gráfico 14 (2020).

Observa-se que mais da metade dos imigrantes do sexo masculino (51,5%), de fato, ocuparam postos neste ramo de atividade, no período de 2011 a 2014. Em segundo lugar, com 29,9%, inseriram-se na agroindústria, especificamente no abate de aves, bem como em frigoríficos suínos com 12,1% do total de vagas de trabalho ocupadas.

Já os dados sobre as mulheres imigrantes haitianas no período em questão informam que o maior número delas desenvolveu atividades de abate de aves, seguindo-se de vagas em restaurantes e áreas afins, embora a diferença percentual entre ambos não foi muito expressiva, 34,2% e 32,1%, respectiva-

mente. Destaca-se, ainda, uma considerável parcela de imigrantes do sexo feminino ocupando postos de trabalho na limpeza de prédios e domicílios (17,6%).

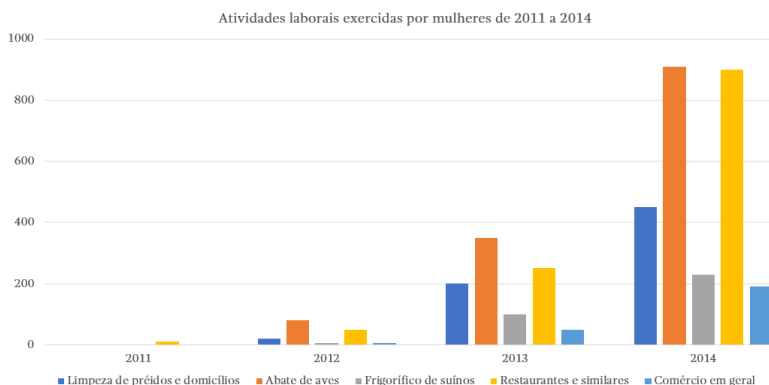


Gráfico 16: Atividades laborais exercidas por imigrantes haitianos no Brasil do sexo feminino de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado a partir de dados de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019).

Para melhor ilustrar os índices descritos, também se calculou a porcentagem de cadaramo de atividade:

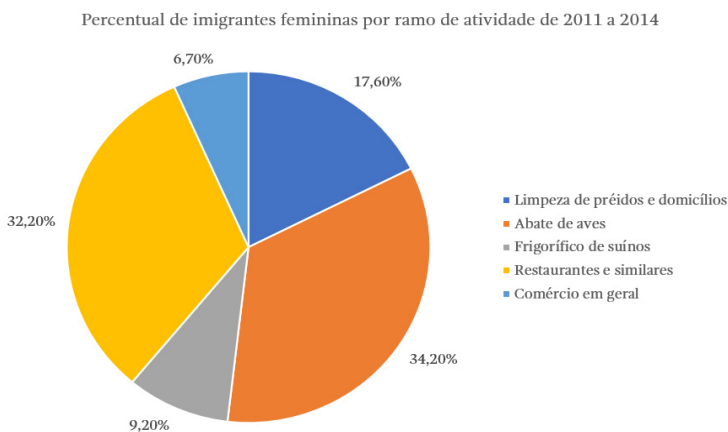


Gráfico 17: Percentual das atividades laborais exercidas por imigrantes haitianos do sexo feminino no Brasil, por ramo de atividade, no período entre 2011 e 2014. Fonte: Elaborado a partir dos dados do Gráfico 13 (2020).

Segundo Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), uma mudança no contexto do exercício do trabalho formal pelas mulheres imigrantes haitianas foi observada. O comparativo entre os períodos é demonstrado na Tabela 3:

Segmento de atividade	2014	2019
Abate de aves/suínos	1170	3131
Limpeza de prédios/domicílios/espços públicos	452	3009
Restaurantes e Similares	893	1492
Comércio em geral	182	*15
Outros	*16	3634

Tabela 3: Comparativo entre trabalhos formais desenvolvidos por mulheres imigrantes haitianas entre os anos de 2014 e 2019. Fonte: Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019); Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020).

Verifica-se, com base nos gráficos e tabela anteriores, que ocorre uma diferença no aumento percentual das principais atividades desenvolvida pelas mulheres imigrantes haitianas. Em 2014, o frigorífico de abates era o principal empregador das mulheres haitianas, permanecendo no topo da lista em 2019, com um aumento de 166% no número de empregos gerados. A grande diferença é observada no ramo das atividades relacionadas à limpeza que, de 2014 para 2019, apresentou um aumento de 565% no número de haitianas empregadas. Em terceiro lugar, permanecem as atividades laborais em restaurantes ou ligadas à alimentação, com um aumento de 67%. Além dos empregos formais, tem-se conhecimento sobre algumas atividades desenvolvidas informalmente pelas mulheres haitianas no ramo

¹⁵ Não foram encontrados dados específicos.

¹⁶ Dados específicos não encontrados.

da beleza, como é o caso das trançistas¹⁷. Em capítulo posterior, serão referidas por poder também, de certo modo, ser considerado um trabalho artístico e manifestação da identidade étnica.

Atividade laboral por segmento (2011-2014)	PR	SC	RS	Total
Agroindústria - abate de aves	2910	1013	971	4894
Construção civil	998	1031	836	2865
Restaurantes e similares	535	917	347	1799
Comércio em geral	242	493	186	921
Indústria alimentícia - produtos de carne	160	382	126	668
Indústria moveleira	196	227	83	506
Agroindústria - frigorífico de suínos	231	179	122	532
Limpeza em prédios e domicílios	205	165	176	546

Tabela 4: Atividades econômicas dos imigrantes haitianos na região Sul de 2011 a 2014. Fonte: Reeditada a partir de Tonhati, Cavalcanti e Oliveira (2019, p. 57).

Tratando-se dos estados sulinos do Brasil, especificamente do Rio Grande do Sul, é interessante, também, esmiuçar alguns dados. A Tabela 4 e o Gráfico 18 apresentam informações referentes aos índices relacionados aos postos de trabalhos ocupados por imigrantes haitianos no Rio Grande do Sul, por ramo de atividade, no período compreendido entre 2011 e 2014. Somando-se o número de empregos masculinos e femininos nos frigoríficos de abate, esse ramo de atividade se torna a principal ocupação dos imigrantes haitianos na região, ultrapassando o índice da construção civil, predominante entre os homens.

¹⁷ São as mulheres especializadas na confecção de tranças afro-étnicas em cabelos, nas mais diferentes variações. As tranças são comumente visualizadas em mulheres negras ou afrodescendentes.

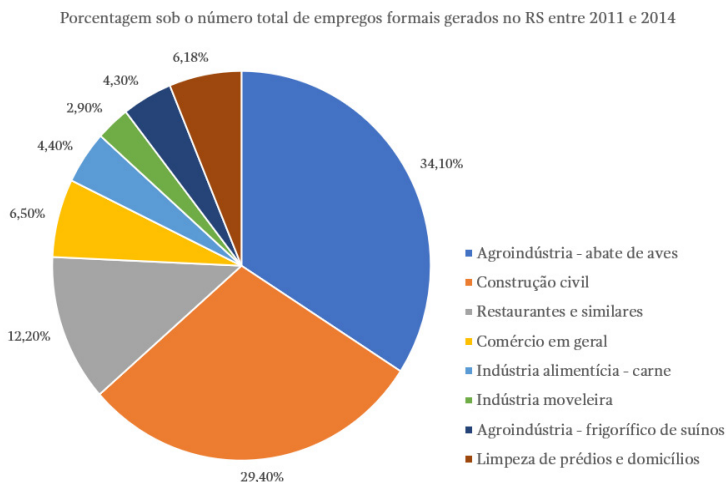


Gráfico 18: Porcentagem de vagas de empregos formais ocupadas por imigrantes haitianos por ramo de atividade no Rio Grande do Sul no período de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado a partir dos dados apresentados na Tabela 3 (2020).

Comparando-se os índices do Rio Grande do Sul com os dos outros estados da região sul, percebe-se que poucas são as variações a respeito do ramo de atividades laborais exercidas pelos imigrantes haitianos. Nos três estados, predomina o trabalho exercido junto à agroindústria – especificamente de abate de aves – seguido pelas atividades relacionadas à construção civil. Excetua-se a essa afirmação, no entanto, o estado de Santa Catarina, onde essas posições são invertidas, com uma diferença ínfima: cerca de 2%.

Pode-se concluir, mediante a abordagem feita no que tange às atividades econômicas desempenhadas pelos imigrantes haitianos no período em estudo, que os postos de trabalhos ofertados a esse contingente humano são, de fato, as funções que demandam maior carga horária, trabalho mais árduo, se comparado a outros afazeres, com remuneração mais baixa e, por conseguinte, empregos menos disputados pela população em geral.

Outrossim, evidencia-se a busca por melhores condições de vida de uma forma generalizada, não somente o que concerne às questões trabalhistas e profissionais, haja visto que os imigrantes aceitam o cumprimento desses trabalhos ofertados, mesmo que, por vezes, tenham graduação para postos mais elevados, com a finalidade de permanecer no país de destino.

As mulheres imigrantes e sua relação com a sociedade de destino

Observou-se, através dos dados apresentados nos gráficos do subtítulo anterior, que parte da população imigrante haitiana é do sexo feminino. Tal realidade pode ser atribuída ao direito a reunião familiar - supõe-se que em sua maioria -, pois está previsto na Constituição Federal Brasileira, mas também pode ser causada por outras razões. O fato é que essas mulheres migrantes também buscam alocar-se na sociedade de destino, seja em postos de trabalho ou simplesmente em grupos de convivência social – círculo de amigos, vizinhança, grupos religiosos, etc.

É do conhecimento de todos que, não obstante a questão migratória, a discriminação e a desigualdade enfrentadas pelas mulheres na sociedade é notável. Há tempos, movimentos feministas lutam por igualdade de oportunidades e tratamentos, especialmente no campo laboral. De acordo com Costa e Schwinn (2018, p. 198), “a discriminação é um fenômeno múltiplo e complexo, que não pode ser reduzido a critérios isolados, como por exemplo, separar a discriminação racial da sexual e social”. No caso das mulheres imigrantes negras, entretanto,

essa condição se faz ainda mais acentuada, uma vez que, segundo as autoras, o público em questão pode sofrer a mesma discriminação articulada às mulheres brancas – preconceito de gênero; o mesmo tipo de discriminação relacionada aos homens negros – preconceito de raça; ou, ainda, as duas situações combinadas. “Analisar a migração feminina sob a perspectiva de gênero, significa reconhecer que a inequidade entre homem e mulher não responde a uma explicação biológica e sim a uma construção mental da sociedade e das relações de poder” (MORALES, 2007, p. 26-27, tradução da autora)¹⁸.

No Brasil, vários são os atos públicos em defesa e garantia dos direitos das mulheres, sendo os mais relevantes a própria Constituição Federal Brasileira, de 1988, e a lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, amplamente conhecida como Lei Maria da Penha. Ambos os documentos preconizam, em seus anais, o direito à igualdade, a saber:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988).

Art. 2º Toda mulher, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, orientação educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhes assegura-

¹⁸ No original: Analizar la migración femenina desde la perspectiva de género significa reconocer que la inequidad entre el hombre y la mujer no responde a una explicación biológica, sino a la construcción mental de la sociedad y a las relaciones de poder.

das as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

Apesar da legislação vigente e discorrente acerca do tema, ainda não são medidas suficientes para alcançar a almejada igualdade de forma prática e efetiva. Historicamente, as mulheres são socialmente vistas sob o estereótipo da “dependência do sexo oposto” (grifo da autora), ou seja, incapazes de postura autônoma, sendo fadadas a desempenhar a função de mãe e esposa. Sob esse aspecto, nas questões migratórias, as mulheres migrantes sempre foram vistas como agentes passivas e não atores sociais (MORALES, 2007).

A violência de gênero, no contexto migratório, pode se manifestar de diversas maneiras, iniciando ainda no país de origem. Morales (2007) relata, em seu trabalho, depoimentos de mulheres migrantes que declararam terem sido “forçadas” por seus maridos a migrarem. No país de destino, Costa e Schwinn (2018) citam como formas de violência e desrespeito: a opressão cultural sofrida; as dificuldades de adaptação, integração e convivência; violência social pela dificuldade de acesso a serviços públicos e a situação de pobreza e, por vezes, a precariedade de moradia; violência e sofrimento causado pela separação dos filhos. Tudo isso culmina com o preconceito existente por ser mulher/negra/estrangeira, acentuando o isolamento e as dificuldades de integração social. Além disso, estima-se que as mulheres imigrantes possam sofrer maior violência doméstica de forma silenciosa, pela dependência de seus companheiros até na questão da comunicação linguística.

Em contrapartida, ainda que existam discursos controversos e opiniões distintas, Morales (2007) traz à tona o fato de

que algumas mulheres se veem favorecidas pelo processo migratório. A migração, para estas, representa a conquista da autonomia e a promoção da equidade entre homens e mulheres, no sentido de que elas podem tomar a decisão sobre migrar ou não, trabalhar ou retornar ao seu país de origem. Os aspectos envolvendo mulheres imigrantes e as relações de trabalho foram explicitadas em tópico anterior (Gráficos 16 e 17 e Tabela 3), demonstrando não somente o crescente no número de imigrantes haitianas femininas adentrando no território brasileiro, como também e, principalmente, o significativo aumento de ocupação em postos de trabalhos formais e concessão de carteiras de trabalho (Gráfico 13). Conclui-se que a questão da relação de gêneros na sociedade vai além de uma perspectiva individual e familiar: constitui parte de um contexto social e cultural. Conforme Costa e Schwinn (2018), há um desafio a ser superado no campo da igualdade e da diferença. É preciso aprimorar instrumentos que tratam dos direitos das mulheres, especialmente as imigrantes. Porém, somente criação e implantação de leis e decretos não serão suficientes. Torna-se preciso promover a reflexão e o debate relativos à temática e, dessa forma, contribuir para uma reformulação de valores sociais. Espera-se que, com uma mudança comportamental, a discriminação das mulheres imigrantes possa ser atenuada.

As principais dificuldades encontradas pelos imigrantes haitianos

Nas questões migratórias – com mais evidência do que em outras situações -, há que se considerar a relação de alteridade envolvida no processo. A alteridade representa o reconheci-

mento do outro como diferente e o respeito a tais diferenças. Para Cotinguiba e Cotinguiba (2019), essa percepção do outro e o exercício da alteridade é um processo longo, paciente e reflexivo. “O exercício da alteridade é uma via de duas mãos [...] é necessário estarmos aptos para um movimento duplo, de auto percepção e percepção do outro” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 66-67). Por sua vez, ElHajji (2018, p. 92) aponta o “estatuto social e excepcional do migrante como principal fonte das discriminações e injustiças por ele sofridas”. Para o autor, “a condição de não nacional que frisa o estado de não sujeito ou sujeito mínimo, dotado de direitos mínimos, no limite do não-humano; apenas garante o necessário à sua sobrevivência imediata, sem dignidade ou expectativas a médio ou longo prazo” (ELHAJJI, 2018, p. 92).

Uma das principais dificuldades encontradas pelos imigrantes na nova pátria, conforme seus próprios depoimentos, foi a comunicação através da língua, uma vez que o idioma mais difundido no Haiti é o crioulo (Kreyòl), seguido do francês. Aqueles que ingressaram no Brasil pela tríplice fronteira Brasil-Peru-Bolívia arriscavam um “portunhol”, mas os que vieram direto de Porto-Príncipe, em sua grande maioria, só falavam crioulo. “Independentemente da natureza das dificuldades encontradas, a língua é o principal elemento mediador, sendo, portanto, elemento essencial ao sujeito e um instrumento de inserção e integração social” (PETRY; SOUZA, 2020, p. 86). A alteridade, neste contexto, refere-se a não aceitação de uma língua única, a língua do eu ou do outro, ou ainda aquela que a globalização tenta impor como universal. Segundo Quinet (2013), Lacan questionava, ainda em 1975, o quão difícil é falar num país que é perfeitamente estranho. A língua e a compreensão de comportamentos, atitudes, costumes e valores exigem um

trabalho conjunto de ambas as partes, abrangendo os que chegam e aqueles que recebem (QUINET, 2012, p.89). Porém, nessa relação sociológica - entre o eu (imigrante) e o outro (anfitrião) ou ao inverso - do ponto de vista de quem recebe - nunca é simétrica. Um agente sempre será o dominado e o outro o dominador. Acontece, principalmente nos processos de ensino- aprendizagem, que se dá, geralmente, dentro da cultura dominante, desconhecendo ou ignorando as características e a realidade dos dominados, no caso, os imigrantes. Desse modo, a adaptação no novo contexto precisa abranger mais do que somente o ensino de uma segunda língua, no caso, o português. Faz-se necessário, também, compreender a sua subjetividade e historicidade: “os brasileiros pouco ou nada conhecem do Haiti, e assim tinha apenas uma imagem negativa de sua terra natal” (ARAÚJO et al., 2019, p. 13).

A Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, no parágrafo 1º, do artigo 4º, afirma que:

As pessoas que se deslocam e fixam residência no território de outra comunidade linguística diferente da sua tem o direito e o dever de manter com ela uma relação de integração. Por integração entende-se um socialização adicional destas pessoas por forma a poderem conservar as suas características culturais de origem ao mesmo tempo que compartilham com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos que permitirão um funcionamento social global sem maiores dificuldades que as experimentadas pelos membros da sociedade de acolhimento (PETRY; SOUZA, 2020, p. 87)¹⁹.

¹⁹ A íntegra da Declaração citada está disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf>.

Durante o processo de migração, muitos adultos carregam consigo as suas crianças, pois, de acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a família é inseparável e, dessa forma, os imigrantes e seus familiares têm direitos garantidos em lei (BRASIL, 2018)²⁰. Ao avaliar obstáculos na inserção das crianças no sistema educacional brasileiro, já no início se enfrenta problemas com a comunicação. É necessária uma tradução do documento pessoal e do histórico, uma vez que não seria possível um exame para verificar o nível de formação da criança. Observa-se, entretanto, que as crianças tendem a minimizar a dificuldade com a língua, uma vez que estabelecem com maior facilidade outras formas de comunicação.

Com adultos, todavia, essa dificuldade de comunicação é intensificada. Mais uma vez, a barreira linguística se impõe, além das já mencionadas relações educacionais e sociais. Ao procurar emprego, os selecionados seriam os que já tinham noção do português ou conseguissem se comunicar através do “portunhol” (grifo da autora). Conforme Sá e Silva (2016), referindo-se ao imigrante haitiano, ao mesmo tempo em que é aceito, é rejeitado. Há uma “exclusão velada” (grifo do autor) por trás das vagas de emprego destinadas aos imigrantes, por conta da dificuldade de comunicação e por fatores que complementam ainda mais essa exclusão: além da dificuldade de comunicação, ela é reforçada pela discriminação racial e pela marginalização econômica a que estão sujeitos, residindo em áreas periféricas e, em alguns casos, atuando em posições aquém de sua qualificação trazida do Haiti. O trabalho, que condiciona toda a existência do imigrante, “não é qualquer trabalho, não se encontra em qualquer lugar; ele é o trabalho que o mercado

²⁰ Portaria Interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018. Dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para reunião familiar.

de trabalho para imigrantes lhe atribui” (SAYAD, 1998, p. 55). Devido à dificuldade de comunicação e compreensão das leis, a maioria dos imigrantes haitianos se vê obrigada a se submeter a serviços braçais. Em alguns casos até “semelhantes ao trabalho escravo só para conseguir o que comer e onde dormir” (RIBEIRO, 2015, p. 98). Miranda (2017) descreve sua experiência em uma multinacional, a qual mantinha um projeto que visava o recrutamento e a contratação de imigrantes haitianos. Alegavam que seriam “sujeitos que perderam tudo, por conta do terremoto que assolou o seu país em 2010, eram vistos como candidatos perfeitos para assumir postos de trabalho já relegados pelos ‘nacionais’ (grifo da autora): trabalhos pesados, com baixos salários e quase nulas perspectivas de crescimento” (MIRANDA, 2017, p. 10). Esse relato evidencia claramente o preconceito disfarçado de “boas intenções sociais” (grifo da autora). De acordo com Araújo et al. (2019, p. 13), as imagens negativas sobre a população haitiana eram reforçadas pela imprensa: “um país pobre que produz uma população pobre”.

O desafio do preconceito encontrado vai além da dificuldade com a língua na ocasião de pleitear uma vaga no mercado de trabalho. Ao tentar ingressar no sistema educacional, em qualquer que seja o nível, ele volta a prejudicar as relações dos imigrantes. Trata-se de um sentimento de repulsa e negação que acompanha toda a história ocidental. Desde a suaindependência, em 1804, o Haiti é visto como uma ameaça mundial aos grandes países colonizadores. Como poderia uma nação desarmada e sem conhecimento técnico de táticas bélicas enfrentar e vencer um dos mais organizados exércitos militares do mundo? “A liberdade alcançada pelos negros escravizados haitianos era considerada uma blasfêmia a ser combatida. Deveria ser impedida qualquer aproximação dos movimentos libertários

brasileiros com o perigoso mal” (SEITENFUS, 2015, p. 66). Essa imagem pejorativa e negativa do Haiti e de seus descendentes perdura até a atualidade.

O Brasil, por sua vez, embora a maior parte da sua constituição étnica e gentílica tenha sido baseada na imigração, em toda a sua história, estabeleceu critérios restritivos às políticas migratórias para seu território. De 1850 a 1888, várias foram as políticas de imigração seletivamente implementadas, “com o objetivo da criação de núcleos coloniais no Brasil com finalidade de colonizar” (ALPHONSE, 2018, p. 102). Na época, as políticas migratórias brasileiras eram voltadas à colonização e ao povoamento do território, tendo como preferência, as civilizações brancas europeias. Segundo o mesmo autor, “de 1867 a 1887, a média anual de entrada de imigrantes foi de 30.000 e com a abolição da escravidão em 1888, entre os anos de 1888 e 1900, essa média chegou a 100.000” (ALPHONSE, 2018, p. 103). De acordo com Miranda (2017), mesmo nessa chamada grande imigração – período que se estendeu até 1914 e contou com quase 3 milhões de imigrantes – não houve uma abertura irrestrita, uma vez que a legislação especificava como indesejáveis alguns indivíduos como, por exemplo, os desordeiros e criminosos. Posteriormente, durante a Segunda Guerra Mundial, passou a também não desejar mais os alemães e italianos; os primeiros pela relação com o Nazismo e os segundos por ganharem a fama de incentivar movimentos operários em São Paulo na mesma época. Por tudo isso, a autora afirma que “o preconceito e a xenofobia fizeram parte da construção do chamado ‘povo brasileiro’ e, embora tenha sido um país acolhedor de imigrantes, restringe e seleciona os estrangeiros de acordo com seus interesses políticos e econômicos” (MIRANDA, 2017, p. 86). Além disso, complementa “Nesse cenário, os

haitianos carregam o estereótipo de um povo negro e pobre, que ‘invade ilegalmente o nosso país’ sem nada acrescentar” (MIRANDA, 2017, p. 86).

De acordo com Pachi (2020, p. 08), o haitiano chega ao Brasil com a ideia de que o país é uma “democracia racial” (grifo da autora), no entanto encontra o oposto do que imagina: “uma democracia mascarada por um racismo velado na sociedade”. A autora ainda refere que:

É um equívoco conceber a sociedade brasileira, com seu histórico escravocrata, sem preconceito racial e com direitos e oportunidades iguais a todos os seus cidadãos. [...]. Os resquícios da escravatura são claros, revelando a imensa desigualdade no que tange à comparação com relação às posições sociais que ocupam brancos e negros no país (PACHI, 2020, p. 08).

Embora com os fluxos migratórios, a partir de 2012, o Brasil procurasse estabelecer meios de legalizar os imigrantes, através de leis que os respaldassem no que tange a direitos e deveres de cidadão, como acesso à saúde, à educação, à moradia e ao emprego, ela se tornou ineficaz no que compete à sociedade. A consequência é que estes grupos tendem a se unir, devido às dificuldades comuns entre si, assim, cada vez mais, afastam-se do convívio social. A rejeição da sociedade local para com o imigrante pode se acentuar à medida da constatação de que, de acordo com Granada e Pinheiro (2018), apesar da oferta de emprego formal à população imigrante e a permanência dos trabalhadores junto a mesma empresa possam ser considerados aspectos positivos sob a ótica do acesso e manutenção dos direitos trabalhistas, é inegável que pessoas economicamente vulneráveis contribuem para a fragilização das relações de

trabalho. Ocorre é que os imigrantes, de modo geral, ocupam os postos de trabalho, os quais, normalmente, não são preferidos pela população local, fato que dificulta a luta por melhores remunerações e condições de trabalho, uma vez que existe mão de obra disposta a se submeter às condições estabelecidas. Nas palavras dos autores citados, “nesse cenário percebe-se que a lógica capitalista não se destina a melhorar salários ou condições de trabalho, mas encontrar quem se disponha às condições existentes (GRANADA; PINHEIRO, 2018, p. 152).

Indubitavelmente, a incorporação do ser migrante à sua comunidade de destino é um processo bastante complexo. De acordo com Sá e Silva (2016), essa adaptação pode se dar de forma unidirecional ou bidirecional: na primeira, o imigrante incorpora-se à cultura do novo local e, na segunda, o migrante redefine a sua cultura de origem pela relação com a nova cultura. Sob esse aspecto, a adaptação dos haitianos no Brasil pode ser caracterizada como integração, quando os imigrantes desenvolvem forte relação com sociedade de destino e de origem ou marginalização, quando não desenvolvem vínculo com nenhuma das duas. Trata-se de uma relação de estar num local, mas se sentir pertencente a outro, a “cultura do entre-lugar” (GOLIN, 2015, p. 04); a um nunca estar, ou estar em um não-lugar” (REDIN; BERTOLDO, 2020, p. 43). Essa tríplice relação sujeito-lugar-identidade será melhor abordada em capítulo subsequente.

Ressalta-se que o preconceito social para com o imigrante pode ser observado de maneiras diversas, desde as mais explícitas até as mais latentes. A sociedade, por vezes, o exclui irremediavelmente, negando seus direitos ou, até mesmo, através de violência verbal ou física. Outra forma de preconceito, talvez a mais corriqueira, caracteriza-se pela simples negação de sua presença

e o não reconhecimento de sua cultura e de suas particularidades. Simplesmente, ignora-se, tratando-o como invisível.

Voltando ao exemplo da multinacional que recrutou e contratou os imigrantes por representarem “mão de obra a baixo custo” (grifo da autora), nenhum dos candidatos contratados permaneceu na empresa, após os três meses de experiência. O motivo, segundo a autora, foi porque “eles queriam mais! [...] Um a um deixou a empresa em busca do que eles mais queriam naquele momento: melhores oportunidades” (MIRANDA, 2017, p. 10). Enquanto a mídia noticiava a “invasão haitiana” (grifo da autora), os imigrantes eram tratados como “objetos e números, destituídos da sua humanidade e o sonho do recomeço, para muitos, se tornou um pesadelo” (MIRANDA, 2017, p. 11). Conforme afirma Ribeiro (2015), a rotatividade de imigrantes haitianos nos postos de emprego é relativamente alta, pois buscam maiores reconhecimento e remunerações. Em contraponto a essa informação, Granada e Pinheiro (2018, p. 151) trazem informações de avaliação realizada pela UNESCO, em conjunto com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em 2013, pela qual a experiência de trabalho com os haitianos no Vale do Taquari (RS) foi considerada “exemplo de educação em direitos humanos”. O critério pontuado para a pesquisa foi a permanência dos imigrantes na empresa empregadora do ramo de laticínios. Tal situação se diferencia de relatos ocorridos em outras regiões do país, como é o caso de relato da Secretaria de Direitos Humanos do Acre, “que informa que muitos deles não se adaptam às empresas que os empregam” (GRANADA; PINHEIRO, 2018, p. 151). Mais uma vez, evidencia-se a heterogenia do fluxo migratório haitiano no Brasil.

Constata-se, pelos dados disponíveis até então, que não são todos os municípios nos quais há haitianos inseridos que possuem programas de assistência ou políticas governamentais visando atender a essa demanda de forma específica. Na maioria dos casos, a iniciativa parte da própria sociedade civil ou de congregações religiosas, através da criação de pastorais de acolhida. Cabe destacar que a religião tem um papel importante na vida dessas pessoas, sendo bastante devotos e praticantes fervorosos de sua fé, seja ela católica ou não. De acordo com Pachi (2020), além da prática religiosa e da fé, a igreja²¹ constitui o espaço onde esses imigrantes se encontram para trocar informações sobre oportunidades de trabalhos e experiências de vida. Ainda complementando, “as igrejas são extremamente importantes para a integração e socialização da comunidade haitiana” (PACHI, 2020, p. 21). As manifestações culturais particularmente – incluindo religiosidade e crenças – constituirão tema do capítulo seguinte desta pesquisa.

O sistema educacional haitiano e educação do imigrante no Brasil

Apesar do Haiti ser um país independente desde 1804, as suas bases da educação foram moldadas no período da escravidão pelos franceses e continuaram a ser reproduzidas após a independência. De acordo com Chery (2015), a influência francesa no sistema educacional haitiano vai desde a divisão das séries e material didático (obviamente, em francês) até a criação e a organização de escolas por religiosos franceses, as

²¹ O termo igreja designa aqui, de forma genérica, todas as instituições onde os imigrantes manifestam sua fé e suas crenças, independente da doutrina.

quais são consideradas as melhores do país. Tais escolas eram mantidas pelo governo, mas ainda assim, “a escola pública haitiana não era para todos” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 68). Somente as pouquíssimas crianças da alta classe tinham acesso. Por isso, ensinava-se francês nas escolas, mas os haitianos continuavam falando crioulo, pregava-se o catolicismo e o protestantismo, mas continuavam a praticar o vodu e, no próprio âmbito escolar, havia a separação das classes sociais.

A grande responsável por essa separação de classes foi a igreja católica, a qual instalou no Haiti congregações para promover a formação de uma elite cristã. As famílias com melhores condições econômicas colocavam seus filhos nessas escolas, acreditando num ensino de melhor qualidade. Até hoje, o sistema educacional haitiano permanece como era nas bases, objetivando formar as elites separadas das massas ou das classes populares.

Algumas mudanças foram observadas no decorrer das décadas, como o surgimento de outras escolas privadas (nem todas mantidas pela igreja) e os Liceus, que são as escolas públicas mantidas pelo Estado. Além disso, estes cobram uma taxa anual, dificultando a permanência de algumas crianças. Por volta de 1970, verifica-se que, devido ao aumento da demanda escolar, as escolas católicas obrigaram-se a dividir os espaços das salas de aula entre ricos e pobres (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 69). Mas, somente com a Constituição de 1987, se oficializou o ensino da língua crioula (Kreyòl), sendo a principal a ser ensinada nos anos iniciais do Ensino Fundamental e somente, como segunda língua de alfabetização, continuou sendo ensinada o francês.

A Constituição Haitiana de 1987 reconheceu o ensino primário como parte do Ensino Fundamental, sendo “a eta-

pa mínima que todos devem cursar independente da vontade da criança, do jovem e de sua família” (CHERY, 2015, p. 30), garantindo, também, a disponibilização de material didático e pedagógico gratuitamente. O ensino primário obrigatório vai dos seis aos 14 anos de idade, sendo que somente essa fase é dever constitucional do estado. Ocorre, no entanto, que há apenas 2.116 escolas públicas e 14.952 escolas particulares, ou seja, apenas 12% do total das escolas são mantidas pelo governo (CHERY, 2015, p. 31). Ainda, conforme a autora, as escolas públicas conseguem atender somente 16% da demanda de crianças em idade escolar obrigatória, sendo que nem todos chegam ao segundo ciclo, resultando num dado ainda mais alarmante: aproximadamente 1/3 da população dessa faixa etária não é alfabetizada. De acordo com Antoine e Amaral (2019), o estado haitiano, por não conseguir atender à demanda, estimula as iniciativas privadas no campo da educação. Assim, “o ensino fundamental, que é reconhecido como um direito social universal, torna-se uma mercadoria em benefício do mercado” (ANTOINE; AMARAL, 2019, p. 10). Além disso, acrescentam “Um estudo do Ministério da Educação Nacional (2007) destaca que 85% do Ensino Fundamental o Haiti é fornecido por escolas privadas” (ANTOINE; AMARAL, 2019, p. 10). Tais dados comprovam o quanto o acesso à educação no Haiti, mesmo que constitua um direito garantido em lei e dever do estado, está muito longede ser igualitário e homogêneo.

O ensino secundário é destinado aos adolescentes de 15 a 18 anos que concluíram o Ensino Fundamental, porém, normalmente, os alunos o frequentam fora dessa faixa etária devido aos contratemplos ocorridos no Ensino Fundamental: reprovações, evasões temporárias ou ingresso tardio. Segundo dados da UNICEF, apenas 16% das crianças matriculadas no

Ensino Fundamental chegam ao ensino secundário (CHERY, 2015). Na educação superior, a situação é ainda mais crítica. A Universidade de Estado do Haiti, em Porto Príncipe, é a “única universidade pública e gratuita do país” (CHERY, 2015, p. 16). Mais uma vez, evidencia-se que boa parte da educação está sob a responsabilidade do setor privado, bem como é um dos setores menos favorecidos no orçamento público. De acordo com Antoine e Amaral (2019), o orçamento do governo haitiano para a educação foi de 18% em 2017 e reduzido para 15% em 2018, comprovando que, recentemente, ainda não há um prioritário interesse com a educação.

O estado haitiano usa o pretexto da “incapacidade de atendimento” (grifo da autora), para, de certa forma, coagir os pais a matriculem as crianças em escolas particulares. Estas possuem uma qualidade inferior de educação, com custo reduzido, o qual é subsidiado pelo governo nos dois primeiros ciclos do Ensino Fundamental. Para ingressar no terceiro ciclo, na escola pública, segundo Antoine e Amaral (2019), as crianças precisam passar em uma espécie de concurso, pois as turmas são limitadas. Assim, por serem oriundas de uma escola particular de baixa qualidade de ensino, não obtêm aprovação para continuar estudando, restando-lhes duas possibilidades: “frequentar a escola privada ou abandonar o ciclo escolar” (ANTOINE; AMARAL, 2019, p. 13).

Por todo já exposto, não é difícil perceber e concluir que existem interesses mercantilistas por trás das “boas intenções” (grifo da autora) de investimentos em escolas privadas por parte do governo. As escolas públicas, em número restrito, fazem com que as crianças sejam remanejadas para escolas particulares de qualidade inferior, subsidiadas por recursos do estado, mas que logo adiante não as tornarão preparadas suficiente-

mente para a concorrência e a disputa de melhores oportunidades. Por consequência, as crianças haitianas de famílias menos favorecidas não poderão frequentar as instituições públicas devido à baixa qualidade de seu aprendizado. Ao invés da educação ser um direito universal, torna-se um amplificador da desigualdade social. O pior é o não reconhecimento das crianças não aprovadas como vítimas de uma política pública desigual e injusta, mas como “responsáveis por seu fracasso”, condicionando-as a esse estereótipo por toda a sua vida. Este, dentre outros fatos, justifica a preocupação acentuada que os haitianos têm em relação aos estudos, uma vez que é, comprovadamente, restrito no país. Logo, buscar outra nação que ofereça incentivos ou, pelo menos, um melhor acesso ao ensino superior passa a ser um dos objetivos que os fazem sair do Haiti.

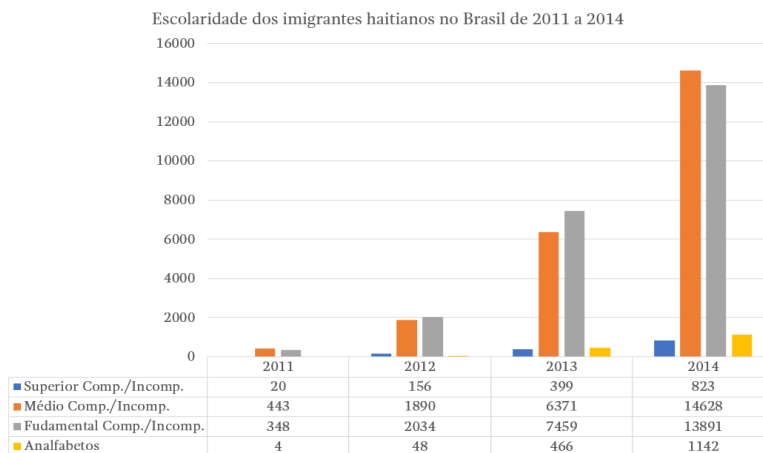


Gráfico 19: Demonstrativo da escolaridade dos imigrantes haitianos no Brasil no período de 2011 a 2014. Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados em Cavalcanti et al. (2019).

A partir dos dados apresentados no Gráfico 19, é possível verificar que os primeiros imigrantes haitianos a ingressa-

rem no Brasil possuíam um nível de escolaridade entre Ensino Fundamental e Médio, nível este que manteve o maior índice em todo o período do levantamento. Observa-se, no entanto, e até de forma curiosa, é a proporção de aumento no número de imigrantes analfabetos ingressando no Brasil. Enquanto os outros níveis mantiveram um crescimento de três a quatro mil pontos percentuais, o número de analfabetos aumentou 28 mil por cento, se comparados os números de 2011 e 2014. Tais dados poderiam ser interpretados, *a priori*, que os imigrantes estariam trazendo seus familiares mais idosos e, em consequência, não alfabetizados. Todavia, verificou-se, anteriormente nos gráficos apresentados, que o índice de imigrantes haitianos com mais de 60 anos é extremamente baixo. Pressupõe-se, portanto, que a circunstância de aumento no número de analfabetos reflita a busca por oportunidades de acesso à educação no Brasil, uma vez que no Haiti é bastante dificultada.

Além dos imigrantes não alfabetizados e dos escolarizados em níveis Fundamental e Médio, há também aqueles que já adentraram com formação superior ou que almejam concluí-la. Dados de Cotinguiba (2019) informam que 80% dos haitianos com diploma de ensino superior estão fora do Haiti. “Estudar fora do Haiti acrescenta um maior no valor do profissional na hora de competir com alguém da mesma qualificação que ele no mercado” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 66). Ocorre, no entanto, que no Haiti, até pouco tempo atrás, não existia pós-graduação e a maioria dos que emigravam para avançar em seus estudos não retornava ao país. Os autores trazem o conhecimento de que alguns países, como o Canadá por exemplo, têm políticas de incentivo a esses haitianos com diplomas superiores, o que chamam de “roubo de cérebros” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 66).

Entretanto, para estes imigrantes já graduados, a dificuldade em obter emprego na sua área de formação é ainda maior. Segundo Pimentel (2017)²², isso se deve ao fato da cultura ser muito diversa. “Constatamos que muito deles desejam continuar estudando. Conheci médicos, advogados e outros profissionais que querem convalidar seus diplomas para trabalhar em suas áreas, mas não conseguem” (SUGIMOTO, 2017).

Não é possível dissociar língua e cultura. Dei um minicurso na Universidade da Fronteira Sul, que reserva vagas para refugiados e imigrantes, sendo que haitianos conseguiram entrar em cursos como de engenharia. Mas houve críticas de professores contra a abertura dessas vagas, porque os estrangeiros não estariam acompanhando o ritmo dos demais. Na verdade, o problema não está em acompanhar o conhecimento da área, está na língua: qual é o preparo que os professores têm para dar um mergulho na cultura dos refugiados e imigrantes? Estou na pesquisa com os haitianos há seis anos e ainda não sei tudo. A professora ainda complementa que nem os cursos de línguas estão preparados para atender essa demanda. Havendo uma heterogeneidade tão grande, como receber a todos em uma sala-de-aula? (SUGIMOTO, 2017).

O processo de validação do diploma no Brasil ainda é lento e custoso, pois, uma vez já estando aqui, a documentação dos imigrantes graduados tem que ser enviada de volta ao Haiti para validação e só então remetida ao Brasil. Assim, muitos acabam desistindo de exercer a sua profissão de formação no país.

Compreender a história, as causas e as consequências da migração, respeitar a diversidade cultural e colocar-se no lu-

²² Em entrevista para Luiz Sugimoto, Jornal da Unicamp, meio eletrônico, 2017.

gar do outro são fundamentais nesse processo. Os imigrantes haitianos, especificamente, poderiam ser melhores definidos pelo termo “transmigrante” (BARROS, 2017, p. 45), uma vez que, segundo a autora, caracterizam-se por construírem multiconexões e identidades no país de origem, bem como no país onde se encontram sem, no entanto, romper os laços com a terra natal. A “migração transnacional caracteriza-se por uma mobilidade de diferentes espaços nacionais e estruturada a partir de um sistema de relações de parentesco no qual a rede familiar exerce um papel fundamental na inserção social” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 72). Dessa forma, faz-se necessária a aceitação dos elementos culturais de todas as partes, promovendo a conscientização, tanto dos imigrantes quanto da sociedade de destino. Para ElHajji (2018), esse processo se dá de forma gradativa, tendo o sujeito migrante que se despojar de sua própria humanidade, subjetividade e direito à dignidade. Além disso, complementa que “ao aceitar seu estatuto de não nacional, ele também aceita sua condição de não cidadão; não somente no país e sociedade de acolhimento, mas sim como não cidadão em todo o lugar, um sujeito desempossado de qualquer tipo de cidadania” (ELHAJJI, 2018, p. 93). O contínuo crescimento dos fluxos migratórios e consequente formação de espaços transnacionais transformam o universo das migrações em um “laboratório de produção de diferença” (grifo do autor), originando mudanças políticas, econômicas, sociais e simbólicas em todas as esferas (ELHAJJI, 2018, p. 93).

A melhor maneira de se promover a conscientização e a aceitação é começando pelo espaço escolar, através das práticas educativas e metodologias que ofereçam aos imigrantes, seus descendentes e suas famílias, a oportunidade de expressão e manifestação da sua cultura, ideias e pensamentos, uma vez

que, conforme Pachi (2020, p. 04), “o itinerário epistemológico dos estudos migratórios é também um ponto de encontro de inúmeras disciplinas”. Como afirma Chery (2015), assegurar uma educação equilibrada em todas as dimensões a todos os cidadãos é criar as condições necessárias para garantir uma sociedade justa, igualitária e produtiva, baseada no respeito mútuo, na proteção dos bens públicos e na igualdade de oportunidades a todos. Além disso, complementa afirmando que a educação constitui um guia para “orientar os passos do homem natural nesse mundo desconhecido, facilitar a sua integração na vida social, reprimindo seus pensamentos e ações egoístas e destrutivas” (CHERY, 2015, p. 24). Promover o debate acerca das condições do imigrante, no que tange ao processo migratório: causas, dificuldades, experiências e expectativas, bem como proporcionar a qualificação e consequente inserção constituem poderosas práticas para a aceitação da sociedade.

No entanto, essa aceitação “não corresponde à mera adição de uma nova identidade a um grupo étnico” (SÁ; SILVA, 2016, p. 07). Conforme os autores, ela ultrapassa a incorporação ou a aceitação do imigrante com suas diferenças, devendo incluir toda a sua história de vida e formação cultural. Cabe ao estado, enquanto governo de uma sociedade, implementar leis e políticas educacionais adequadas, as quais promovam o progresso da sociedade em todos os seus aspectos. “Muito mais do que uma concessão de vistos, uma mudança de paradigma ou a implementação de uma lei, é preciso que se avalie o verdadeiro impacto dessas mudanças na sociedade brasileira e na vida dos imigrantes” (MIRANDA, 2017, p. 95). Essas medidas, também, devem estar em consonância entre si, para que assegurem, de fato, os direitos cidadãos aos estrangeiros, extinguindo a lacuna abismal existente entre a teoria e a prática.

Para que se possa buscar e encontrar melhores alternativas para a inserção dos imigrantes haitianos na sociedade, não basta aceitá-los como diferentes. Torna-se fundamental, antes, conhecê-los. “Separar o verdadeiro do falso, a aparência da realidade, a palavra do pensamento, a *marronagem* da ação e o sentimento da razão, se constitui em desafio constante. Sem vencê-lo, impossível esperar apreender os contornos desta extraordinária e original sociedade” (SEITENFUS, 2015, p. 74). É crucial investigar, não somente a história de vida do imigrante, como a história de lutas e bravuras que marcaram toda a existência do Haiti, sua incansável busca por melhores condições de vida e sobrevivência, sua preocupação com o seu futuro e o futuro dos seus, tanto no campo profissional quando no educacional. Como já mencionado anteriormente, o imigrante haitiano parte de seu país em busca, também, de melhores condições de vida e acesso à educação, visando, inclusive, o seu crescimento. Ou ainda, “percebendo-o (o imigrante) tanto pela sociedade que o recebe como por aquela da qual advém” (COTINGUIBA; COTINGUIBA, 2014, p. 67). Sob este aspecto, pensar em uma cidadania universal, nada mais é do que assegurar “o direito de ter direitos, independente da história particular de cada um” (EL HAJJI, 2018, p. 97-98).

Por meio dos dados levantados no presente capítulo, torna-se possível estabelecer um panorama da realidade configurada pela imigração haitiana no Brasil, especialmente a partir de 2010, ficando indubitavelmente comprovado que o principal motivo da referida diáspora foi a busca por oportunidades de trabalho. Buscou-se caracterizar, mesmo que de forma generalizada, esse ser migrante, bem como sua relação com a sociedade de destino. Investigou-se, de forma ampla, a sua inserção nas atividades laborais no território brasileiro, para

facilitar a comparação com esses mesmos aspectos em nível regional e local, o que será apresentado com maior especificidade no capítulo a seguir.

Abordou-se, ainda, aspectos relevantes no que tange às maiores dificuldades enfrentadas pelos imigrantes haitianos, pois se acredita que é preciso, enquanto educação e sociedade, auxiliar na reconstrução da autonomia e da identidade do imigrante haitiano, vítima do descaso e exclusão de toda uma sociedade e que, mesmo assim, torna-se um exemplo de resistência. A partir dessa alteridade permeada nas relações sociais, pode-se, de fato, efetivar a integração do imigrante à nova pátria, promovendo-o a protagonista de sua história, portador de direitos e identidade própria e única, consciente de sua multiculturalidade, sentindo-se pertencente à nova sociedade e não um rele reproduzidor da cultura local, sem que haja qualquer relação identitária com ela ou um indivíduo aculturado, em que o sujeito não se identifica mais nem com a cultura de origem, tampouco com a do destino.

Dessa forma, torna-se necessário contemplar esse aspecto da construção ou “re”construção da identidade e das relações identitárias com o local de origem, o de destino e o entre-lugar, a formação consciente do sujeito, ao mesmo tempo, multifacetado e multicultural. A arte, enquanto manifestação, simbólica, de representações e significados coletivos e publicizados, mas também enquanto disciplina escolar - pode contribuir para o reconhecimento e a valorização do outro, um ser diferente e, ao mesmo tempo, igual ao eu, constituem objetos de reflexão e pesquisa. Contemplar essa diversidade e explicitá-la, através deste estudo, tornar-se-ão o princípio norteador do seguimento deste trabalho.

CAPÍTULO 3

A presença de imigrantes haitianos no Município de Marau/RS:

aportes teóricos e realidade social

Os últimos aspectos a serem abordados no presente trabalho e que constituem o seu ápice referem-se à inserção das crianças e adolescentes da geração 1.5 e segunda geração¹ de imigrantes no sistema educacional público do município de Marau/RS; à participação dos imigrantes haitianos na constituição social do município e como tais aspectos dialogam na reconstrução da identidade dos indivíduos envolvidos nesse processo.

A justificativa deste capítulo é a retomada da problemática que motivou a realização da pesquisa como um todo: o ingresso de alunos – crianças e adolescentes – no espaço escolar, suas nítidas dificuldades – de comunicação, de aceitação do novo, um novo diferente de apropriação da nova cultura e re-

¹ Oliveira (2014, p. 216) classifica as crianças migrantes de forma distinta: “a segunda geração é constituída por crianças que nasceram no país receptor e tinham ao menos um dos pais de origem estrangeira, enquanto a geração 1.5 são as que nasceram no país de origem e migraram com seus pais, realizando parte de sua socialização no país de destino, quando crianças ou adolescentes”.

construção da própria identidade. Não obstante, pretende-se investigar como se dá essa inserção na escola e como os profissionais da educação encaram essa realidade. Intenciona-se, ainda, perceber a forma com que os imigrantes veem e sentem a sociedade que os acolheu, como mantêm suas tradições culturais na sociedade de destino e como tem acontecido a assimilação da nova cultura.

A metodologia empregada para atingir tais objetivos parte da pesquisa bibliográfica da literatura de autores que abordam temáticas referentes às identidades culturais, memórias, oralidades e manifestações coletivas e individuais, bem como se fundamenta em pesquisas científicas acerca da temática de inserção de crianças imigrantes nas escolas públicas, o papel da escola nesse contexto e as adequações – políticas e formativas – para facilitar a adaptação, tanto dos alunos quanto dos educadores. A partir desses referenciais, estabelece-se um panorama da realidade brasileira, com dados quantitativos e qualitativos da imigração haitiana no Brasil na atualidade. Por fim, para compreender e se situar nesse processo de inserção social e, no caso deste estudo em específico, no espaço escolar do município de Marau/RS, é preciso investigar a recíproca: “De onde veio? Quais são suas raízes? Qual a sua relação com a sociedade onde está inserido? Quais seus objetivos enquanto sujeito humano e sociedade? ”, mediante a observação dos sujeitos na sociedade e entrevistas em órgãos e instituições públicas, como também dos próprios imigrantes e seus filhos, os alunos.

De acordo com Alberti (2004), as narrativas orais contemplam uma visão mais totalizadora dos processos, mas para que isso de fato aconteça, é necessário o esforço construtivista de entrevistados e entrevistadores, considerando ambos os pontos de vista: dos imigrantes e dos autóctones. De acordo com a auto-

ra, a atividade do pensamento e, por consequência, da narrativa oral, “opera por discontinuidades: selecionamos acontecimentos, conjunturas e modos de viver, para conhecer e explicar o que passou” (ALBERTI, 2004, p. 14). Além disso, a pesquisa de campo efetivada pôde ser acrescida com registros fotográficos, através dos quais também se pretende instigar a análise e a interpretação das imagens e dos contextos em que se inserem, uma vez que, conforme Kossoy (1989, p. 28-29), “toda fotografia tem atrás de si uma história”. Mesmo configurando um momento estático e uma interrupção do tempo corrente, a fotografia “reúne um inventário de informações acerca daquele preciso fragmento de espaço/tempo retratado” (KOSSOY, 1989, p. 31). Ambos os autores, ao referirem as narrativas orais e os registros fotográficos² como meios de documentação histórica, todavia, atentam para o fato de possibilitarem diferentes interpretações. “No esforço da interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leques para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de seus preconceitos, de suas ideologias” (KOSSOY, 1989, p. 78). Reitera-se, mais uma vez, a importância da informação prévia sobre o contexto em que se insere o assunto a ser narrado ou a fotografia a ser apresentada.

Demartini (2006) afirma que o tema crianças e migração é pouco estudado, porém a presença de crianças em fluxos migratórios sempre foi visível. Por esse motivo, entende-se como valiosa a contribuição que o presente estudo poderá oferecer aos agentes envolvidos nos processos migratórios, de ambas as

² A referida pesquisa foi realizada de forma presencial em instituições e com pessoas que têm ou tiveram convivência com imigrantes haitianos, bem como com alguns imigrantes, respeitando todos os cuidados inerentes ao momento atual, devido à pandemia do Covid-19, que assolou o mundo todo nos anos de 2020 e 2021, período de realização deste trabalho.

partes, origem e destino, para a compreensão das particularidades e generalidades, a partir do princípio da alteridade. Acredita-se na construção de uma sociedade menos preconceituosa e mais consciente do seu papel colaborativo na efetivação de políticas públicas que atendam a essa temática tão atual e, ao mesmo tempo, desde sempre presente na história da humanidade, entretanto, por vezes, ainda é ignorada, bem como na perspectiva de reconstrução da identidade e do pertencimento e consequente protagonismo do imigrante na sociedade de destino.

As relações estabelecidas entre memórias, identidades e representações nos processos migratórios

As identidades dos sujeitos e mesmo dos grupos sociais são frutos de uma construção permanente, baseada nas interações dialógicas na sociedade. De acordo com Carvalho (2005), para Marx, as relações sociais são relações de poder, nas quais prevalecem os interesses das classes dominantes. No entanto, ainda segundo o autor, os objetos culturais pertencentes à determinada sociedade não seguem uma lógica estritamente das classes sociais; os princípios de diferenciação podem ser outros distintos do poder econômico, a saber: sexo, geração, religião, educação e origem étnica (CARVALHO, 2005).

O indivíduo é um sujeito de relações. Estas, por sua vez, não são construídas de modo isolado ou em uma única circunstância; porém aos poucos e constantemente, mediante aproximações/afastamentos que originam os espaços sociais, os quais, na concepção bourdiana, “embora ofereçam relações objetivas muito abstratas, são o que constitui toda a realidade do mundo social” (BOURDIEU, 1989, p. 29-30). Essas aproximações e

afastamentos ocorrem, respectivamente, a partir do reconhecimento do eu no outro e identificação do indivíduo de si próprio com grupos sociais ou, em oposição, a partir da negação ou estranhamento entre as partes. Para Carvalho (2005), as tensões ocasionadas por essa dialética são constituídas por elementos relacionados entre si, através de registros da realidade que ligam os indivíduos ou grupos ao mundo social – dentre eles, as memórias. Partindo-se do pressuposto de Geertz (2008), pode-se definir a cultura de um indivíduo ou de um grupo como o seu modo de vida, o legado social construído pelos envolvidos, a nível individual ou coletivo, sua forma de pensar, sentir e acreditar, seu comportamento e aprendizagens padronizadas. Sob esse aspecto, constata-se que a cultura de um indivíduo ou grupo social é relativamente ampla e não estagnada: ela vai se moldando, apropriando e reinventando conforme o espaço, as relações estabelecidas entre as vivências, experiências, interpretações distintas sobre determinado fato e internalização das memórias construídas.

A construção da identidade dos indivíduos se dá, portanto, a partir das interações, a qual também é influenciada e mediada pelas suas memórias – *mnemosyne*: chave da consciência - constituindo, assim “uma fonte primordial para o que chamamos de identidade” (CANDAU, 2019, p. 16). Se as relações sociais influenciam na construção das memórias e consequentes identidades e culturas, o fazem de tal modo e de maneira deveras continuada que dificilmente poderia, o sujeito, retornar ao seu estágio de consciência inicial. As noções de cultura contemplam “obras e gestos que configuram e justificam uma apreensão estética [...] como também as práticas comuns que exprimem a maneira pela qual uma comunidade produz sentido, vive e pensa sua relação com o mundo” (CARVALHO, 2005, p. 149).

A identidade coletiva é uma expressão genérica, ou seja, uma determinada característica atribuída a um grupo não necessariamente é pertencente a todos os seus membros. Se assim o fosse, todos os indivíduos deste determinado grupo social seriam caracteristicamente idênticos em suas formas de pensar, de agir e de se comportar. Reafirmando Candau (2019), não há dois indivíduos com características idênticas que possam originar uma identidade única para ambos, sendo assim a identidade coletiva não passa de uma representação. Na concepção do autor, “é abusivo utilizar as expressões identidade cultural ou identidade coletiva para designar um suposto estado de um grupo inteiro quando apenas uma maioria dos membros desse grupo compartilha o estado considerado” (CANDAUI, 2019, p. 26). Embora, conforme Bourdieu (1989), as instituições de ensino, de modo geral, considerem uma aparente igualdade de oportunidades e tendem a minimizar as diferenças étnicas, raciais, sociais e culturais em favor da incorporação de hábitos idênticos nos grupos; como já afirmado e reiterando Geertz (2008), um mesmo acontecimento, para indivíduos distintos, possuem também significados distintos.

Torna-se essencial perceber o objeto de estudo com suas especificidades, não cometendo o erro mais comum das ciências sociais que, segundo Bourdieu (1989, p. 33), é a “universalização do caso particular e generalizá-lo a descobrir as invariantes ocultas debaixo da singularidade através de questionários gerais”. Ainda, é preciso, conforme o autor, “romper com o senso comum, com as representações partilhadas por todos, quer se trate dos lugares comuns, quer se trate das representações oficiais, frequentemente inscritas nas instituições, logo, nas organizações sociais e nos cérebros” (BOURDIEU, 1989, p. 34). Constata-se, efetivamente, a partir desses pressupostos, que o

ser humano é um ser de relações e as identidades são representações simbólicas resultantes daquilo que o indivíduo internalizou mediante suas diferentes vivências e trajetórias de vida.

A escola como espaço de convivência e de alteridade

Ao se abordar as questões migratórias, abrangendo crianças em idade escolar, é preciso lembrar a diferenciação proposta por Oliveira (2014), classificando as crianças da segunda geração de migrantes como aquelas que nasceram no país receptor e a geração 1.5 como aquelas que nasceram no país de origem e migraram com seus pais. Ambos os grupos representam o confronto de culturas e enfrentam obstáculos para serem aceitos e reconhecidos, uma vez que a primeira, em muitos casos, possui pais imigrantes e, assim, vivencia a cultura da origem na família e a cultura do destino nos espaços de convivência (escola, grupo de amigos). Da mesma forma, a segunda geração aprendeu os costumes da origem e precisa adequar-se aqueles do local de destino.

Desde a antiguidade, os encontros entre grupos sociais resultam em identidades miscigenadas, nas quais os elementos de construção da cultura, apresentados por Burke (2010) – apropriação, aculturação ou sincretismo, ou ainda a correlação entre eles – se tornam visíveis na nova cultura concebida, comprovando uma sociedade caracterizada pelo hibridismo cultural³. Posteriormente, tem-se como crescente a mobilidade humana nas sociedades, ocasionando os encontros culturais, trocas e interações e consequentes formação de fronteiras, por vezes de

³ Burke (2010) define por hibridismo a mistura de culturas entre os grupos, pela qual se torna impossível dizer onde termina um e outro começa.

forma velada ou, em contraponto, originando uma miscigenação cultural. Entende-se por fronteira, em concordância com as noções de Golin (2002, p. 09), cuja definição para o termo é “uma faixa ou zona existente em cada um dos dois lados da linha divisória” ou “uma área compartilhada moldada por uma história comum” (GOLIN, 2002, p. 14). Tratando-se de fronteiras culturais, pode-se, então, afirmar que consistem num espaço, no qual, por assim dizer, termina a cultura de um grupo e inicia a de outro, ou ainda, onde coexistem traços culturais de duas ou mais culturas, isto é, hábitos, costumes, crenças e tradições distintos que estão presentes e são vivenciados de forma simultânea pelos indivíduos na sociedade.

A escola ou o espaço escolar representa, para muitos, o primeiro local de convivência com outras pessoas de fora do ambiente familiar. Esse conceito aplica-se não somente às crianças menores, na Educação Infantil, como também aos filhos dos imigrantes que ingressam no território brasileiro e, por consequência, são matriculados na rede pública de ensino. Aliás, é praticamente unânime, pelo menos no município em análise, a inserção das crianças imigrantes em escola pública, assim como em toda a literatura revisada, o número de crianças imigrantes matriculadas em escolas particulares é bastante reduzido. Tais dados e índices serão melhor expostos no decorrer deste capítulo. Conforme Greco (2011), o espaço escolar constitui mais do que uma fase no desenvolvimento da criança. É algo que acompanhará o sujeito por toda a sua vida, através das relações consigo e com os outros, mais do que com a própria história e da relação de alteridade do que do reconhecimento do próprio corpo.

A construção do eu, reconhecimento de si próprio – características físicas e particularidades - e do espaço que se ocu-

pa, se dá mediante o reconhecimento do outro, ou seja, a partir das relações interpessoais estabelecidas. Da mesma forma, o desenvolvimento da personalidade e construção da identidade também ocorre pelo relacionamento entre as pessoas, pelas relações de igualdades ou diferenças. De acordo com Greco (2011), não é possível apreender a si mesmo, a não ser através da imagem do outro especular, como um espelho, o que constitui a sua identidade. Nesse sentido, a escola contempla em si os paradoxos dos processos migratórios visualizados na sociedade, constituindo o espaço de fronteira para onde convergem as tensões da sociedade e onde essa pluralidade de identidades se faz mais notável e amplificada. A escola é o espaço no qual os conflitos sociais se estendem, representando “o reflexo de dinâmicas sociais mais amplas” (TEDESCO, 2010b, p.264). Em outras palavras, pode-se afirmar que o espaço escolar é um reflexo das vivências estabelecidas na comunidade, ou seja, os indivíduos reproduzem na escola as suas experiências pessoais de fora dela, por este motivo, precisa mediar as relações de alteridade entre os sujeitos (MOLAR, 2011).

As relações sociais estabelecidas no espaço onde coexistem imigrantes e autóctones dão origem, comumente, a situações de estranhamento do diferente ou ao que é de difícil aceitação. Segundo Burke (2010), ao se deparar com uma cultura diferente, o inconsciente humano tende a fazer associações a elementos equivalentes de sua cultura própria e promover uma “circularidade cultural”, que consiste num trajeto de apropriações de culturas que não termina onde começou, pois, “cada imitação é também uma adaptação” (BURKE, 2010, p. 32). Conforme Ricoeur (1997), as narrativas orais e tradições repassadas através de gerações perpassam inevitavelmente, por distintas interpretações e reinvenções, não significando ser

inverídicas. Da mesma forma, de acordo com Certeau (1998), não há como definir a linguagem, as manifestações ou a cultura como um todo de modo uniforme, “não existem interpretações falsas ou verdadeiras, apenas interpretações ilusórias” (CERTEAU, 1998, p. 73). Em outras palavras, ao reproduzir um costume ou reinterpretar um fato, cada indivíduo ou grupo o fará conforme as suas reconstruções miméticas ou de acordo com suas próprias vivências e memórias. É nesse ponto que se faz necessário o esclarecimento e o desenvolvimento do princípio da alteridade.

A alteridade, em síntese, representa o reconhecimento das diferenças, ou nas palavras de Molar (2011), a significação que o indivíduo tem dos outros seres como diferentes dele ou ainda se referir à capacidade de constituir-se como outro. A alteridade, ao mesmo tempo em que faz perceber o outro diferente, obriga o reconhecimento dos diferentes outros dentro do mesmo eu: “somos estrangeiros para nós mesmos, existem estranhezas dentro do nosso próprio ninho” (TEDESCO, 2010b, p. 54). Essa afirmação se explica pelo fato de que, conforme as circunstâncias apresentam-se, os indivíduos possuem reações distintas, muitas vezes inesperadas a si próprios. As pessoas não se conhecem completamente até ocorrer uma situação que desperte a sua estranheza, como é o caso da inserção de sujeitos vistos como diferentes no seu meio de convívio social. Para Bourdieu (1989, p. 11), “a cultura que une é a mesma cultura que separa”. Essa afirmação é aplicável ao caso dos imigrantes e da sociedade de destino, ou seja, por vezes, o não reconhecimento ou não aceitação do outro como diferente, mas ao mesmo tempo igual, faz com que a exclusão ou o isolamento se tornem visíveis nas relações sociais.

Nesse processo de interação social e de formação da identidade, as crianças e os adolescentes buscam também a identi-

ficação com grupos, de acordo com sentimentos agradáveis ou estímulos desagradáveis, desenvolvendo aquele aspecto do eu que dá a sensação de pertencimento, fazendo sentir, ao mesmo tempo, igual a todos os indivíduos do grupo e diferentes de todos os demais na sociedade em geral. Essa geração da imigração – os filhos dos imigrantes – reserva para si, conforme Tedesco (2010b), elementos particulares, diferentes de seus pais. Estes imigrantes, por terem migrado ainda muito pequenos ou já terem nascido no país de destino, acabam por desenvolver uma cultura própria, mais miscigenada em comparação a de seus pais, uma vez que, desde cedo, estabelecem maior vínculo com a cultura do destino, embora ainda no âmbito familiar se pratique a cultura da origem. É justamente essa geração que não se sente pertencente a nenhum, de ambos os lugares: nem o de origem, nem o do destino; não se auto identificam nem como brasileiros, nem como estrangeiros.

Os fatores constituintes das identidades, no entanto, não são rígidos e estáticos, mas, pelo contrário, inserem-se no campo da fluidez e da pluralidade, como já citado no início do presente trabalho e reafirmando Hall (2006). Assim, o sujeito migrante está em constante adaptação à sociedade na qual está inserido naquele momento, ressignificando valores e reconstruindo sua própria identidade. Por este motivo, pode-se afirmar que “a alteridade não pode ser definida de forma objetiva, autêntica e imutável, como grupos homogêneos e culturalmente definidos” (TEDESCO, 2010b, p. 264), uma vez que ela mesma vai se constituindo, de acordo com as mudanças dos próprios sujeitos envolvidos no processo.

A relação de reciprocidade é o que deveria prevalecer nas sociedades de forma geral. O princípio da alteridade e do reconhecimento do outro permite uma relação de considera-

ções mútuas e a compreensão que os sujeitos envolvidos têm dos seus direitos. Segundo Golin (2002), o nível de alteridade determina o teor das relações interpessoais: quanto mais alto o nível, maior o respeito e o compartilhamento nas relações; quanto mais baixo, mais intolerante e excludente elas se tornam. Nessa perspectiva da escola como mediadora de conflitos, faz-se necessário que atue no sentido de promover relações igualitárias e de reconhecimento do outro, através de ações de alteridade e do constante convívio com as diferenças. A escola é, também, um espaço de discriminação e de marginalização, onde se revelam desigualdades sociais e culturais. Mas, em contrapartida, “a escola pode se tornar um espaço por excelência para a dimensão das integrações e o futuro da convivência interétnica” (TEDESCO, 2010b, p. 272). É preciso, assim como afirma Molar (2011), criar um novo paradigma para a compreensão dos valores étnicos. Os valores de respeito e alteridade precisam ser resgatados e desenvolvidos, a fim de se construir a igualdade e justiça social e a educação, por meio de seus agentes – comunidade escolar, educadores e educandos – deve assumir a sua responsabilidade de participação nesse processo de construção da sociedade.

Por mais que a escola constitua um espaço fundamental de possível integração e convivência, a realidade ainda está longe de ser a idealizada. A educação para a interculturalidade precisa considerar questões importantes, intrínsecas aos processos migratórios: rupturas (com o país de origem e familiares), inseguranças (material, laborais e afetivas), reestabelecimento da autonomia e particularidades de cada indivíduo. “A escola é um espaço de fronteira, de passagem, que separa e/ou integra” (TEDESCO, 2010b, p. 260). É exatamente nessa afirmação que reside a necessidade de preparar os docentes e a escola para o

desafio de receber e auxiliar a geração 1.5 e a segunda geração dos imigrantes, as quais, segundo o autor, devem ser vistas com identidades múltiplas, complexas e variáveis, mas também residindo nela a possibilidade de romper com as concepções negativas em torno do fato de serem imigrantes, tais como seus pais incorporaram e/ou lhes foram impressas. Os filhos de imigrantes já não apresentam os mesmos traços autênticos da cultura de origem, pois os indivíduos passam constantemente por reapropriações, à medida em que estabelecem relações sociais. Tal fato ocorre não somente na identidade dos imigrantes, mas também na comunidade de destino, mesmo que involuntariamente, sendo impossível dissociar os traços culturais anteriores ao processo migratório dos reconstruídos a partir dele, em todos os agentes envolvidos na questão.

Inserção de crianças imigrantes nos diferentes níveis de ensino: a realidade mapeada do Brasil

Como já exposto neste trabalho de pesquisa, a verificação da presença de imigrantes haitianos no território brasileiro evidenciou-se, especialmente, a partir de 2010, assim como a inserção de crianças imigrantes nos espaços escolares. Entretanto, ainda que a Lei da Migração de 2017 lhes assegure o direito de acesso aos serviços públicos, como a educação, por exemplo, ainda há muitas barreiras a serem transpostas no que tange a esse aspecto. Dessa forma, o Observatório das Migrações Internacionais inaugura, em seu relatório de 2020, uma linha de investigação voltada à concretização desses direitos, incluindo a inserção dos imigrantes na educação básica, utilizando dados do Censo Escolar e do Exame Nacional do Ensino

Médio – ENEM, realizado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Aluísio Teixeira (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÁCEDO, 2020).

Entende-se por Educação Básica os níveis de Educação Infantil, de zero a cinco anos; Ensino Fundamental, a partir de seis anos e dividido em nove etapas, e Ensino Médio, dividido em três etapas. A partir dos quatro até os 17 anos de idade, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96, prevê a obrigatoriedade da matrícula e frequência das crianças e adolescentes na escola (BRASIL, 1996). A educação infantil objetiva atender crianças de zero aos cinco anos de idade, no entanto, de acordo com Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020), no caso de imigrantes, pode ocorrer uma variação na faixa etária das crianças atendidas, superando os cinco anos. O Gráfico 20 demonstra o número de crianças haitianas incluídas na primeira etapa da educação básica – a Educação Infantil – por idade, no Brasil, no ano de 2019.

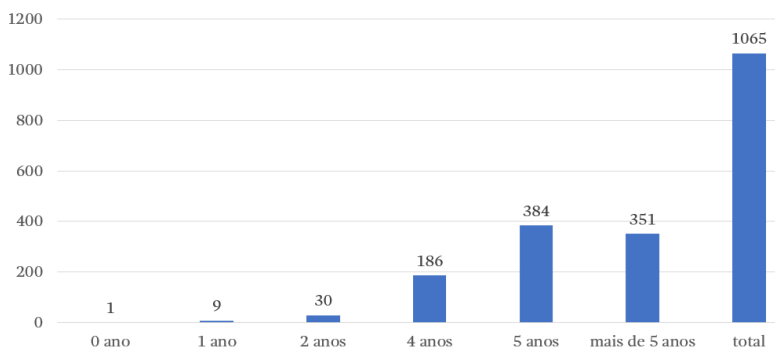


Gráfico 20: Número de crianças imigrantes haitianas na Educação Infantil, por idade, em 2019. Fonte: Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020).

O relatório, ainda, informa que, do total de 1065 crianças inseridas na Educação Infantil em 2019, apenas 270 frequen-

taram a creche, enquanto 795 frequentaram a pré-escola, última etapa desse ciclo antes de ingressar no Ensino Fundamental (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MACÊDO, 2020, p. 217). Essa constatação pode ser justificada pelo fato já mencionado de que, de acordo com a legislação brasileira, a partir dos quatro anos – idade que contempla os alunos do nível de pré-escola – a matrícula e a frequência nas instituições de ensino é obrigatória.

Outro dado apresentado pelo relatório é que 14,8% das crianças haitianas frequentam estabelecimentos de ensino particulares em contraponto a 85,1% em estabelecimentos públicos, sendo 0,3% estaduais e a grande maioria, 84,7%, municipais. Esse panorama deve-se ao fato da oferta do ensino infantil, na maioria dos municípios brasileiros, ser feita pelo poder público municipal e/ou instituições particulares. São poucos os municípios que não atendem essa demanda, sendo, então, subsidiada pelo Estado. A maior parte dessas crianças mapeadas no relatório situa-se nos estados de São Paulo, Roraima, Paraná e Santa Catarina, os quais, também, são os principais locais de inserção dos imigrantes nas atividades laborais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÂCEDO, 2020, p. 218).

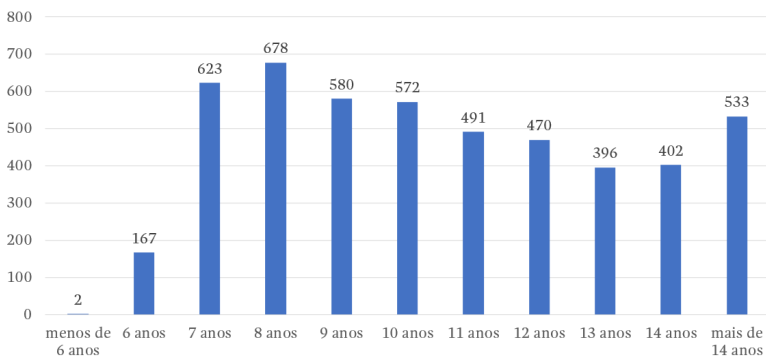


Gráfico 21: Número de crianças imigrantes haitianas no Ensino Fundamental, por idade, em 2019. Fonte: Cavalcanti, Oliveira e Macêdo (2020).

Através do Gráfico 21, percebe-se que há uma distribuição uniforme na faixa etária das crianças imigrantes haitianas no Brasil. Considerando-se que essa etapa da educação é obrigatória, pressupõe-se que esse mapeamento inclui todas as crianças imigrantes haitianas residentes em território brasileiro, totalizando 4.914 crianças e adolescentes haitianos matriculados no Ensino Fundamental, do primeiro ao nono ano.

Já no que se refere à esfera administrativa do Ensino Fundamental, configuram-se os seguintes percentuais: dos 4.914 alunos matriculados, 1,68% frequentam escolas privadas; 42,2% educandários estaduais e 56,1% municipais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÂCEDO, 2020). Pela grande discrepância observada entre o número de alunos matriculados em instituições públicas e privadas, pode-se concluir que o público em análise se caracteriza por possuir menos condições financeiras ou econômicas, retomando o abordado em capítulos anteriores de que parte da motivação para a diáspora haitiana para o Brasil foi, além da busca por trabalho, o acesso ao ensino público. Tal hipótese pode, também, ser reafirmada pelo dado do relatório em questão: de um total de 3.751 imigrantes haitianos matriculados na Educação de Jovens e Adultos – EJA – em 2019, 55,7% possuíam acima de 30 anos, correspondendo a 52% do total de imigrantes, incluindo as outras nacionalidades neste nível de ensino (CAVALCANTI; OLIVEIRA; MÂCEDO, 2020, p. 231). Tal fato comprova a falta ou a dificuldade de acesso à educação no país de origem, o Haiti.

A partir dos gráficos apresentados, cujo recorte temporal é bastante recente, evidencia-se a presença, em número significativo, de crianças haitianas inseridas no espaço escolar brasileiro. Conforme Alexandre (2019), em sua tese de doutorado, elaborada no município de Sinop-MT, as escolas, de modo genérico, apresentam traços de uma “territorialização” (grifo da

autora) e manutenção de um padrão identitário nacional que minimiza as diferenças, promovendo um apagamento das culturas de origem, mediante a assimilação da nova cultura.

As crianças imigrantes haitianas são percebidas pelos professores como diferentes. Por elas virem de um outro país e serem negras trazem inscritas em seus corpos as marcas da sua origem racial, e essas características as fazem ser discriminadas no ambiente escolar pelos professores e colegas de sala (ALEXANDRE, 2018, p. 48).

A pesquisadora, ainda, afirma que, apesar das crianças falarem diferentes línguas, possuírem facilidade de aprendizagem e ótimo desempenho de raciocínio lógico, são racializadas pelos professores, enfrentando o despreparo destes para lidar com as suas diferenças, além de uma “hierarquia racial, onde elas podem ser iguais ou piores, mas nunca melhores do que as crianças brancas” (ALEXANDRE, 2018, p. 48).

Casos como estes podem ser comuns a outras localidades do Brasil, infelizmente. A fim de mapear a realidade local no município de Marau, objetivo último deste trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, com levantamento de dados sobre as escolas municipais que receberam alunos imigrantes haitianos a partir de 2015. Dessa forma, investigou-se como se deu a inserção e a adaptação buscando, finalmente, a realização das entrevistas individuais com imigrantes e pessoas que convivem com eles no espaço escolar – professores e gestores - e na sociedade. Tais informações possibilitaram saber sobre suas perspectivas de vida, como veem a sociedade que os acolheu, como são vistos por ela e como se procede a reconstrução cultural e identitária de ambas as partes envolvidas nos processos migratórios.

Aspectos do vínculo social dos imigrantes haitianos no município de Marau

Marau é um município de pequeno porte, com pouco mais de 40 mil habitantes, situado ao norte do estado do Rio Grande do Sul. Colonizado por italianos, estabeleceu-se em região anteriormente habitada por indígenas, também era um espaço de passagem para as tropeçadas de gado em direção à São Paulo⁴, originando, dessa maneira, uma população mestiça entre brancos (a grande maioria) e caboclos. Apesar das características de município de pequeno porte do interior do estado, caracteriza-se pelo desenvolvimento industrial e consequente geração de empregos, fato que atrai novos habitantes – inclusive os imigrantes haitianos - ano após ano. Através das entrevistas realizadas, conforme roteiros em anexo a este trabalho, é possível descrever um panorama da realidade social dos imigrantes haitianos no município.



Mapa 5: Localização do município de Marau no RS. Fonte: Câmara Municipal de Vereadores de Marau (2021).

⁴ Informações obtidas em Prefeitura Municipal de Marau. Disponível em: <<http://www.pmmarau.com.br/conheca-marau/historia-de-marau>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

Em contato com a Pastoral da Acolhida, entidade fundada pela Igreja Católica, mas cujas atividades são conduzidas por voluntárias da sociedade civil, obteve-se a informação de que, no início de suas atividades, em 2016, em torno de 120 famílias haitianas residiam em Marau. Atualmente, em 2021, estima-se que mais de 500 famílias tenham passado pela Pastoral, no entanto não se têm dados quantitativos exatos sobre quantas ainda residem no município. As entrevistadas afirmam que os imigrantes haitianos se caracterizam, de forma geral, pela mobilidade urbana, ou seja, não se fixam por muito tempo num mesmo lugar. Os primeiros chegaram em torno de 2011 e 2012, antes mesmo da existência da entidade. Segundo as informações colhidas, inicialmente, vieram os homens para só mais tarde trazerem as esposas e as famílias, informação esta que coincide com o ocorrido em outras localidades, conforme já apresentado neste trabalho. “No início eram mais homens, hoje o número é muito próximo e até possível que tenha se invertido. É comum algumas mulheres terem vindo com os maridos e serem abandonadas por eles. Eles partem em busca de melhores condições e nunca voltam para buscá-las” (PASTORAL DA ACOLHIDA DEMARAU⁵, 2020). A maior parte dos imigrantes haitianos no município, no entanto, é constituída por casais, na faixa etária compreendida entre 25 e 40 anos, estima uma ex-voluntária da Pastoral, a qual esteve ligada às atividades da entidade por dois anos, entre 2016 e 2018.

No setor educacional, o município conta com 14 escolas de Educação Infantil e 10 escolas de Ensino Fundamental sob sua jurisdição. Os alunos haitianos encontram-se matriculados conforme distribuição apresentada na Tabela 5:

⁵ Entrevista direta com a Coordenadora da Pastoral da Acolhida.

	Escola Vinte e Oito de Fevereiro (foco da presente pesquisa)	Demais escolas municipais	Total
Educação Infantil	0	72	72
Ensino Fundamental	06	30	36
Total	06	102	108

Tabela 5: Alunos haitianos matriculados na rede municipal de ensino em 2021. Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Marau, 2021.

De acordo com dados da Secretaria Municipal de Educação, em 2021, aproximadamente, 108 alunos haitianos estão matriculados na rede municipal de ensino⁶. Presume-se que algumas dessas crianças, especialmente aquelas da Educação Infantil, já nasceram em território brasileiro, mas a maioria delas migrou com seus pais do Haiti para o Brasil, consistindo justamente neste grupo o público que um maior enfrentamento entreculturas (de origem e de destino) irá fomentar. Como afirma Tedesco (2019, p. 337), “na escola, os filhos de imigrantes adquirem o *status* e o papel social de estudantes, porém carregam simbologias de sua origem, valores, crenças, saberes, etc., que mesmo sendo estudantes não se desvinculam desses quando estão na escola”.

Nota-se, com evidência, a partir desses primeiros dados obtidos, que a motivação da imigração haitiana para o município de Marau foi a busca por oportunidades de trabalho, tanto pela faixa etária da maioria como pela localização das instituições escolares que atendem este público: o maior número de

⁶ Dados obtidos através de contato telefônico com as instituições de ensino ligadas à Secretaria Municipal de Educação de Marau. Os dados são aproximados devido à mobilidade humana desse contingente da comunidade escolar. Em tempos pandêmicos, a comunicação com as famílias esteve dificultada.

matrículas de alunos haitianos ocorre nas escolas localizadas em bairros industrializados. Quase a totalidade dos imigrantes haitianos atendidos pela Pastoral da Acolhida desempenham atividades laborais em indústria alimentícia e de abate de frangos ou suínos – inclusive em municípios vizinhos – ou indústria metalúrgica e, ainda, alguns poucos na construção civil, os quais são os setores econômicos mais desenvolvidos em Marau. Além disso, há uma menor parte de imigrantes inseridos em atividades de comércio ambulante ou prestação de serviços. Um relato bem pontual da coordenadora, para esta entrevista, refere-se à dificuldade dos imigrantes em adequar-se à exigência do trabalho: além da barreira óbvia da comunicação, queixam-se de que “é muito trabalho, cansa muito, machuca as mãos”; outros dizem que “brasileiro não gosta de haitiano preto e por isso deixamos piores serviços”. Em sua opinião, não é o que acontece na realidade, uma vez que as oportunidades são igualmente disponibilizadas a todos os interessados (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Segundo a entrevistada, esse fato apenas demonstra que [os imigrantes] não estavam acostumados ao ritmo sulino, por este motivo alguns acabam por abdicar da vaga de emprego, motivando a diáspora para outras localidades (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Acrescenta, ainda, que “o preconceito não é tão visível na sociedade marauense, embora alguns digam que os imigrantes vieram tirar os empregos dos naturais; muitas vezes o preconceito parte deles próprios”⁷ (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Conforme Gordon (2008)⁸, o racismo dos negros contra os próprios negros exemplifica uma forma

⁷ Entrevista direta com uma voluntária.

⁸ A afirmação de Lewis R. Gordon está indicada no prefácio da obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” de Frantz Fanon (2008).

de narcisismo, no qual os negros buscam a ilusão dos espelhos que ofereçam um reflexo branco. Pode-se dizer que essa imagem idealizada ocorre – e muitas vezes é visível nas sociedades - com brancos que tentam apregoar uma imagem de si comonão racistas, quando na realidade seu comportamento é oposto, mesmo que reprimido. Por meio desse relato, pode-se reconhecer o pensamento de Bourdieu (1989, p. 08), ao afirmar que “com Durkheim, as formas de classificação deixam de ser formas universais (transcendentais) para se tornarem formas sociais, quer dizer, arbitrárias - relativas a um grupo particular – e socialmente determinadas”. De acordo com Alberti (2004), os valores de uma sociedade, quando muito enraizados no seu modo de ver o mundo, correm o risco de serem tidos como verdades absolutas e comuns a todas as culturas. Tais afirmações podem, de fato, mensurar, como já exposto neste trabalho, um preconceito subjacente por parte da comunidade de destino. Embora não explicitamente, a sociedade julga e nivela os imigrantes como não adaptáveis às condições de trabalho, desconsiderando que, talvez, devido a sua necessidade financeira e a realidade econômica desfavorável de seu país de origem, acabam aceitando as vagas de emprego não preferidas pelos autóctones: os trabalhos mais árduos e menos remunerados, apenas a fim de manterem-se no destino.

“A seleção de significações que define objetivamente a cultura de um grupo ou de uma classe como sistema simbólico é sociologicamente necessária na medida em que essa cultura deve sua existência às condições sociais da qual ela é o produto” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 23). Por se tratar de uma formação gentílica predominantemente de descendência europeia, mais precisamente italiana, a sociedade, em geral, do município em análise tem o trabalho e a força laboral muito valorizada e

priorizada em seu meio. Assim, os imigrantes recém-chegados são, por vezes, subjugados, mediante o costume laboral local sem, no entanto, considerar que “junto com o imigrante há um capital social composto de tradição do trabalho, de cultura, de relações e capacidade de se relacionar com contextos sociais diferentes” (TEDESCO, 2019, p. 334). Para Bernardi (2021)⁹, “conhecer a cultura deles ajuda bastante. Muitos deles não são persistentes. Tentamos arrumar emprego para um imigrante em um supermercado local e o proprietário nos informou que já havia contratado dez deles e que nenhum permanecera. Mesmo sem serem demitidos, eles desistem. É uma questão cultural”. Considerando-se esses aspectos tangentes às questões laborais, deduz-se que o estranhamento entre imigrantes e autóctones, inerentes aos processos migratórios, também podem ser observados no município em análise, mesmo de forma não explícita, perfazendo a diferença cultural entre os grupos. Contudo, não se pretende aqui realizar um juízo de valor sobre conduta comportamental, apenas considerar comportamentos diferentes, consequentes de culturas laborais diferentes.

A Pastoral da Acolhida é uma entidade sem fins lucrativos, a qual se mantém através de doações da sociedade civil, empresas locais e pessoas físicas. De acordo com o relato das voluntárias, a Pastoral não tem vínculo com órgãos públicos ou ligados ao governo municipal. Mantém contato com a Secretaria de Assistência Social e com a agência do SINE – Sistema Nacional de Emprego – apenas para encaminhamentos e alguma eventual troca de mantimentos. Conforme o relato, os imigrantes das mais variadas etnias que, por ventura, procurarem a referida

⁹ Francisco Bernardi é professor, pesquisador histórico e membro da Pastoral da Acolhida. A entrevista foi realizada e publicizada pela emissora de rádio local Vang FM em sua rede social, em 13 de abril de 2021. (VANG FM, 2021). Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/live/?v=230387315535684&ref=watch_permalink>.

secretaria são encaminhados para a Pastoral. De acordo com o relato das voluntárias, a comunidade marauense, de modo geral, recebe-os bem, contribui com doações e os próprios imigrantes veem Marau como uma cidade solidária e a indicam a seus amigos e familiares, porque “aqui tem ajuda, tem comida”¹⁰ (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Mesmo que existam barreiras discriminatórias a serem transpostas, por vezes de forma contida ou não verbalizada explicitamente, a entidade procura auxiliar essa demanda populacional, no que tange à alimentação, busca por emprego e residência, acesso à educação e à saúde. As voluntárias entrevistadas afirmam que não existem políticas públicas específicas, verbas municipais, aportes financeiros ou de recursos humanos destinados a auxiliar na tarefa da entidade de atender esse contingente da população. A própria Pastoral depende das doações e do trabalho voluntário, sendo a sala também cedida pela secretaria paroquial.

Sobre a cultura e o modo de vida dos imigrantes, segundo as entrevistadas, eles tendem a se isolar na sociedade, mantendo grupos próprios, na maioria das vezes com fins religiosos. “Eles se auto definem como cristãos, boa parte evangélicos e uma minoria católicos, mas normalmente reúnem-se em suas próprias igrejas, com um pastor também próprio. O culto à religião do povo haitiano se parece bastante com o brasileiro”¹¹ (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Tal fato, também, pode ser observado pela autora do presente trabalho, quando da sua participação em culto da igreja haitiana no município de Passo Fundo/RS (Imagem 8). Tal evidência é justificada pelo fato do campo religioso transformar-se numa totalidade de vida para o imigrante, produzindo hierarquias, li-

¹⁰ Entrevista direta com a coordenadora.

¹¹ Entrevista direta com a coordenadora.

deranças, rituais e a mística necessária para viver o cotidiano (TEDESCO, 2019), ou, em outras palavras, o imigrante transforma o seu grupo religioso na sua pequena sociedade.

Na Imagem 8, visualiza-se um dos momentos em que são entoados cânticos religiosos durante a realização do culto. Observou-se, na ocasião, a semelhança entre a cerimônia haitiana – celebrada em francês e em crioulo – e o ritual católico brasileiro, percebida pela sequência dos ritos, pela musicalidade e pela partilha de alimento ao seu fim. A celebração haitiana é bastante alegre e participativa, chamando a atenção também o fato dos participantes se trajarem solenemente.



Imagem 8: Culto da igreja haitiana, no município de Passo Fundo-RS. Fonte: A autora (2020).

O maior número de imigrantes que chega em Marau fala francês e crioulo haitiano, alguns possuem formação superior ou técnica e muitos procuram ampliar suas qualificações.

O primeiro contato que tive com estrangeiros, embora os senegaleses estejam em Marau desde 2008, foi com haitianos. Em 2012 ou 2013, recebi um telefonema da Secretaria Municipal de Educação, solicitando, se fosse possível, o meu comparecimento lá para fazer uma tradução. Chegando lá havia dois haitianos bem altos com uma adolescente de uns 12 ou 13 anos, eu acho.

Ela trouxe o boletim de sétima ou oitava série. Então, eles estavam lá com o histórico escolar da menina e ninguém entendia nada. ‘Esse pessoal chegou aqui e precisamos colocar a menina em uma escola’. Era mês de setembro. Pediram também se eu poderia ir à escola apresentá-la aos colegas de sala-de-aula, uma vez que conseguia me comunicar com eles em francês. Foi assim que iniciei o contato com os haitianos. Os dois moços me pediram para dar-lhes aulas de português, duas vezes por semana. Trabalhavam em empresa de metalurgia e ao menos um deles, oito anos depois, ainda está lá (BERNARDI, 2021).

Assim, inicialmente, informa a Coordenadora da pastoral, foram oferecidas aulas de Português para imigrantes, por uma iniciativa de voluntários de empresa privada; no entanto, a adesão foi baixa e com pouco interesse. Bernardi (2021) afirma que, senegaleses e haitianos, nem todos ou alguns mal falam o francês, porque existem muitos dialetos.

Uma outra imigrante, Edith, funcionária de empresa do ramo alimentício, chegou com comprovante de que cursava Enfermagem no Haiti e como não conseguiu validá-lo no Brasil, foi em busca de fazer novamente a sua formação: matriculou-se no mesmo curso oferecido no Hospital da Cidade, em Passo Fundo- RS, município vizinho. Ela estudava à noite e trabalhava de madrugada e nunca largou seu primeiro emprego até conseguir uma oportunidade na sua área de formação. Hoje é funcionária do Hospital Cristo Redentor de Marau (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2021)¹².

¹² Entrevista para Rádio Vang FM, em 13 de abril de 2021.

Conforme a entrevistada, Edith é um exemplo de força e perseverança, de saber o que quer. “Fedna Henry foi também uma menina muito querida que frequentemente visitava a Pastoral. Participava das aulas de Português com assiduidade e realizou várias oficinas promovidas pela Assistência Social”¹³ (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Fedna foi aluna da Escola Vinte e Oito de Fevereiro. Em seguida, nesta pesquisa, serão compartilhados depoimentos de seus professores.

Pelos relatos descritos, é notável a preocupação dos imigrantes em buscar melhores condições de sobrevivência, através da educação e do trabalho, confirmando o que já havia sido mencionado no presente estudo. Para finalizar a entrevista com a Pastoral da Acolhida do município de Marau, as voluntárias compartilharam ainda fatos que consideram marcantes durante este tempo de atuação junto à entidade:

Outra imigrante veio sozinha para trabalhar em Marau, deixando marido e filhos no Haiti. Conseguiu emprego em uma indústria, porém acabou demitida por frequentemente afastar-se do trabalho. Ela teria descoberto no Brasil ser diabética, quando as consequências da comorbidade já se faziam presentes. Para atenuar a perda da visão, os colegas de trabalho conseguiram angariar fundos para que tivesse um atendimento de profissional adequado e confecção de óculos. Ao recebê-lo, por intermédio da Pastoral, colocou-o no rosto, olhou em volta e imediatamente começou a rir. Em seguida, tamanha a sua emoção, pôs-se a chorar¹⁴ (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020).

¹³ Entrevista direta com uma voluntária.

¹⁴ Entrevista direta e coletiva com voluntárias. A entrevista coletiva foi realizada de forma presencial, respeitando os métodos de prevenção ao Covid-19, nas dependências da sede da Pastoral da Acolhida de Marau, após o encerramento do atendimento ao público. Participaram, gentilmente, a Coordenadora da entidade e uma das voluntárias atuantes.

A Pastoral da Acolhida organizou e promoveu, em 2017, uma grande festividade alusiva à miscigenação étnica constituinte do povo maraense. De acordo com o relato das voluntárias, “foi um evento muito bonito, com o desfile das bandeiras representativas dos países que possuem imigrantes ou descendentes residindo em Marau” (PASTORAL DA ACOLHIDA DE MARAU, 2020). Segundo a entrevistada, também, em 2018, foi realizada uma confraternização com cerca de 80 crianças imigrantes, de várias etnias, com doações da comunidade. “Infelizmente, devido à falta de tempo e pessoal, ainda não conseguimos repetir esses encontros”, complementa a Coordenadora.

Muita gente não aprova muito o trabalho que a gente vem fazendo, acha que é muito paternalismo, que eles vêm aqui tirar o emprego. Mas as empresas locais buscam mão de obra em cidades vizinhas porque não tem aqui; empresas de fora vem todas as semanas fazer recrutamento de funcionários. Em 2010 ou 2011, uma empresa metalúrgica do município fretou um avião para trazer mão de obra haitiana de Manaus, dos imigrantes que vinham do Haiti pelo Equador. Os imigrantes também giram a economia local, pois trabalham aqui e consomem no comércio daqui. Também tem a questão humanitária. Eles não saíram de seu país de origem como aventureiros, saíram por necessidade. Nós também, nossos antepassados foram imigrantes e passaram por situações muito parecidas. Eu gostaria de ver eles se socializando, porque eles vivem isoladamente. É isso que me parece estar faltando e não deve ser só aqui em Marau: integrar esse pessoal à sociedade. Eles devem ter uma carência muito grande desse convívio social (BERNARDI, 2021).

“O contato com os imigrantes haitianos aconteceu a partir de quando eles começaram a vir na loja. Frequentemente a Berline passava aí na frente e vinha sempre olhar as roupas; olhava, olhava, mas não tinha dinheiro para comprar” (EMPRESÁRIA DO RAMO DO VESTUÁRIO, 2021)¹⁵. “Um dia, ela me disse que gostaria muito de ter um sapato de salto. E eu pensei: se tivesse uma filha na idade dela, possivelmente também gostaria de ganhar um sapato. Então, eu a chamei e disse para ela escolher um”, complementa a entrevistada. A sociedade civil marauense, embora com forte descendência europeia e, por conta disso, apresenta estranhamento em relação aos estrangeiros, especialmente os negros, porém, boa parte, preocupa-se em auxiliar e se solidarizar com os recém-chegados. A comerciante entrevistada conta que Berline passou a frequentar a sua loja quase diariamente, uma vez que as aulas presenciais estavam suspensas devido à pandemia. E, assim, foi-se criando um vínculo. Casualmente, um dia perguntou-lhe se gostaria de fazer algumas fotos para divulgação, em rede social, com as roupas da loja. Assim, solicitou que conversasse com seus pais, se eles autorizariam. Segundo a entrevistada, a sua surpresa se deu diante da reação da menina: “Eu? – Disse com espanto, como que não acreditando que ela, imigrante, negra, estaria sendo convidada” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021). Diante da resposta afirmativa da família e da concessão de autorização por escrito, foram feitas, de forma amadora, algumas fotos, conforme Imagens 9 e 10.

Pelo relato da empresária, assim como pela reação de espanto da menina, é possível presumir que o preconceito está implícito na sociedade, se não pelo autóctone, pelo próprio imi-

¹⁵ A entrevista foi realizada de forma presencial, respeitando os protocolos de prevenção ao Covid-19.

grante, quando não se reconhece igual aos demais. Em contrapartida, nas Imagens 9 e 10, é possível observar a expressão no rosto de Berline, percebe-se como está autoconfiante, com uma naturalidade visível e, se pode até supor, sentindo-se orgulhosa de si mesma. Acredita-se que esses sentimentos despertados podem contribuir para a construção de um sentimento de pertencimento e o desejo de buscar oportunidades.

Conforme o relato da empresária, a repercussão das fotos foi muito positiva. “Eu mesma tinha outra impressão desses imigrantes. São comunicativos, simpáticos, caprichosos e ao que parece, corretos” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021). A entrevistada relata que lhe chamou a atenção um dia em que Berline estava na loja e um cliente levou uma máscara por engano pensando ser sua, ao que a menina reagiu indagando: “Como que ele leva para casa uma coisa que não é dele?” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021). Outro fato mencionado é o de que, em algumas vezes, Berline pediu se poderia trazer consigo seus irmãos menores, pois não tinha com quem os deixar em casa. Como de costume, a empresária pre-



Imagem 9: Berline em foto de divulgação para estabelecimento comercial, 2021. Fonte: Rede social do estabelecimento, cuja proprietária foi entrevistada (2021).

parava lanche para as crianças e, ao perceber que haviam sujado o chão, “sem ninguém pedir, o irmão de Berline pegou a vassoura e varreu os farelos” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021). Da mesma forma que presenteou Berline com sapatos, conforme relato, a comerciante o fez com seus irmãos, dando um par de tênis a um e uma jaqueta ao outro. Ela conta que “quando as crianças estão na loja, é uma diversão, a gente canta, dança e se diverte” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021).

Ao ser questionada sobre possíveis reações preconceituosas por parte dos clientes ou da sociedade de forma geral, a entrevista diz não ter percebido, ou pelo menos, não explicitamente. Como já mencionado, ela própria mudou sua impressão em relação aos imigrantes, pois, por ser descendente de italianos, o preconceito é inerente à formação cultural, uma certa desconfiança e medo do diferente. Mas, o que refere ter percebido e lhe chamou a atenção foi esse possível sentimento de inferioridade por parte da menina, quando se espan- tou com o convite para as fotos. Também, em algumas situações da presença de outros imigrantes na loja,



Imagem 10: Berline em foto de divulgação para estabelecimento comercial, 2021. Fonte: Rede social do estabelecimento, cuja proprietária foi entrevistada (2021).

“percebeu-se odor diferente no ambiente, causando uma reação de estranhamento por parte de alguns clientes, mas ninguém chegou a fazer nenhum comentário discriminatório”, complementa a entrevistada.

Para finalizar, a empresária afirma que procura desenvolver com Berline uma relação de confiança, orientando sobre questões de higiene, relacionamentos e educação. “Eu sempre digo a ela que estudar é fundamental. Que ela deve sempre buscar o conhecimento” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021). De acordo com a comerciante, essa relação de confiança é recíproca, pois Berline, embora não fale muito de seu país ou como era sua vida lá, comenta sobre a saudade de seus amigos, alguns acontecimentos da vida familiar e de sua vida pessoal. “É gratificante esse contato. Eu sempre penso de que forma poderia estar ajudando essas pessoas, que saíram de seu país, muitas vezes arriscando a vida, para tentar um futuro melhor para os seus. E acredito que, não havendo outra, essa também seja uma forma de contribuir” (EMPRESÁRIA ENTREVISTADA, 2021).

Diante dos relatos apresentados, é preciso salientar que, conforme afirma Ricoeur (1997), cada narrativa passa por adaptações do narrador, como também por interpretações por parte do receptor. Dessa forma, presume-se que toda e qualquer história oral é uma descrição, de certo modo incompleta, uma vez que contempla apenas um ponto de vista. Sendo assim, as entrevistas transcritas projetam apenas a visão da comunidade receptora aos imigrantes, fazendo-se necessário, também, conhecer a perspectiva dos próprios sujeitos do processo.

O município de Marau conta, dentre os imigrantes haitianos presentes na sociedade local, com a participação em várias atividades da Igreja Católica, de quatro seminaristas vindos do

Haiti, que prontamente aceitaram o convite para compartilhar suas experiências através de entrevista¹⁶. “Chegamos ao Brasil em 2019, mas não viemos direto para Marau. Como somos estudantes do seminário, não escolhemos para onde ir, vamos onde a Igreja nos designa”, informa um dos entrevistados (2021). “Viemos para o Brasil porque chegamos numa etapa do nosso estudo que não tem no Haiti. Então, nos designaram para vir aqui”, acrescenta o colega (2021). Os missionários relatam que são de regiões distintas do Haiti, mas todos já eram estudantes do noviciado em seu país de origem. Todos concluíram o Ensino Médio em escola pública. A escola no Haiti, definem, não é para todos; dependendo do estado, o acesso é mais fácil ou mais difícil, assim como os empregos. “Uns trabalham, outros não, tem muitas desigualdades”, comenta um dos entrevistados (2021).

Os imigrantes mantêm contato com seus familiares no Haiti, através da internet. Nenhum deles conhecia o Brasil, tampouco seus familiares conhecem o país. As maiores dificuldades encontradas foram a comunicação, o frio e a culinária. “O frio é horrível”, afirma um deles. Antes de vir a Marau, estava em Tangará (Mato Grosso do Sul), onde, segundo ele, o clima é mais parecido com o Haiti, por isso se sentia melhor. Apesar disso, o Brasil acolhe bem. “Somos missionários de Deus e o povo de Deus acolhe bem. No início, as pessoas têm receio e medo, mas é porque não conhecem. Quando sabem o que tem no coração, recebem bem”, declara um dos seminaristas (2021). É perceptível, a partir do relato do imigrante, que o medo do desconhecido ou um estranhamento inicial, por assim dizer, es-

¹⁶ A entrevista foi realizada de forma coletiva e presencial, nas dependências do Convento São Boaventura, Marau/RS, em 17/02/2021, em local aberto, respeitando as medidas restritivas de combate à proliferação do Covid-19.

teve presente nas relações. Esse medo ou estranhamento pode, inclusive, ser motivador para atitudes discriminatórias, as quais, se ocorreram, não foram mencionadas pelos entrevistados.

Para Chartier (apud CARVALHO, 2005), as representações externalizam as concepções que um indivíduo ou grupo constroem de si mesmos para os outros. “A representação que os indivíduos e os grupos fornecem inevitavelmente através de suas práticas e de suas propriedades é parte integrante de sua realidade social” (CARVALHO, 2005, p. 151). Questionados sobre o município de Marau, em específico, e sobre um possível desejo de voltar ao Haiti, os entrevistados compartilham que se sentem satisfeitos aqui. “A cultura é diferente, muito rica”, declara um deles. Afirmam que permanecerão em Marau por um ano, até concluírem essa etapa do noviciado. E, como missionários religiosos, não podem escolher para onde vão ou se voltarão para o Haiti. “Vamos para onde nos designarem ou onde a Missão precisar de nós”, afirmam. “A cultura brasileira é muito grande. E como já conhecemos alguns lugares no Brasil, como pessoa, nos ajuda a crescer e aprender mais”, conclui um dos estudantes (2021). Com base nessa conversa com os imigrantes, fica evidente que os haitianos são, de fato, um povo alegre, apesar das experiências tristes sofridas¹⁷.

“A vida no Haiti era difícil. Em Porto Príncipe, era muito difícil” (FAMÍLIA DE IMIGRANTES HAITIANOS, 2021)¹⁸. Conforme o relato, a escola no Haiti não era como aqui; era longe de casa e as crianças não estudavam todas no mesmo educandário. Precisavam ir de moto. “Os professores também

¹⁷ Para encerrar a conversa com os estudantes, foram, animadamente, entoados cânticos religiosos juntamente com a pesquisadora.

¹⁸ Entrevista direta realizada com imigrantes locais, em sua residência, respeitando os protocolos de prevenção ao Covid-19.

não eram como aqui e, se não fizesse o tema ou as tarefas, apanhava, era mandado embora e tinha que voltar com os pais. Aí apanhava duas vezes: uma na escola e outra em casa” (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021).

Segundo os entrevistados, confirmando o relato dos seminaristas já apresentado nesta pesquisa, a escola no Haiti não é para todos. Aqueles que conseguem frequentá-la aprendem francês, os outros só falam crioulo e são poucos os que conseguem. A mãe da família entrevistada, por exemplo, só conseguiu estudar o primeiro ano do ensino fundamental. Ainda assim, aprendeu o idioma português no Brasil, fala e compreende a língua, mas, embora não explicitado na entrevista, ao que se percebe, não consegue ler e escrever em português. A família migrou para o Brasil fragmentada. A migração iniciou com o pai, por intermédio de uma amiga que já estava no Brasil e contava como era a vida aqui. “Então, meu marido veio, começou a trabalhar em Manaus, no Amazonas, juntou dinheiro e foi no Haiti me buscar, trazendo também a filha mais velha” (IMIGRANTE ADULTA ENTREVISTADA, 2021). Conforme a entrevistada, só depois, em 2015, eles vieram para o Sul e, em seguida, veio seu irmão. A família começou a trabalhar e, novamente, guardar dinheiro para buscar as três crianças que haviam ficado no país de origem, morando com uma tia.

Ficamos dois anos sem ver o pai e a mãe. Nós conversávamos por telefone mais ou menos uma vez por mês, porque, sabe, no Haiti, não é como no Brasil que tem internet. Lá, até carregar o telefone é difícil. Nós sentíamos muita saudade e cada vez que um vinha embora, nós chorávamos muito (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021).

A adolescente complementa dizendo que o pai sempre alegava que não tinha dinheiro para buscar os filhos. Mas, conta a menina, um dia o pai fez uma surpresa: disse que era para se arrumarem, porque iriam no culto. “Achei estranho e desconfiê, como que papai iria até Haiti só para ir no culto?” (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021). Então, o pai havia ido buscá-los. Ao serem questionados sobre a viagem, disseram que é muito demorada, “tem que pegar três aviões e passar em várias cidades que eu não sei os nomes, mas o tio sabe” (CRIANÇA IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021). E o tio acrescenta: “Passamos em Manaus, Curitiba, Paranaguá, Porto Alegre e aqui” (IMIGRANTE ADULTO ENTREVISTADO, 2021).

Em relação à sociedade de destino, a imigrante afirma que “no Brasil é bom. Em Marau, as pessoas gostam dos haitianos e ajudam com roupas e comidas. Tem trabalho. Meu marido trabalhou em Manaus, depois no frigorífico aqui da cidade vizinha e depois na BRF Suínos. Eu trabalho no frigorífico da cidade vizinha há seis anos já”, comenta, perceptivelmente orgulhosa, a mãe da família. “O trabalho cansa, mas o mais ruim é que é longe. Eu saio de casa às 4h da manhã e volto às 17h30”, complementa a entrevistada. “A gente ganha muitas coisas, mas também compramos algumas” (IMIGRANTE ADULTA ENTREVISTADA, 2021).

As maiores dificuldades relatadas pela família foram em relação à culinária. Uma das crianças disse que não gostava da comida daqui e até passava mal; o frio intenso ao qual não estavam habituados e também a língua. “No início, tinha as aulas de português. Nós íamos na escola, eu e minha irmã mais velha, e quando saíamos, íamos no centro na aula de português para aprender mais rápido. Depois, em casa, ensinávamos os irmãos mais novos” (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA,

2021). “Para esquentar nos dias frios, nós aprendemos a tomar chimarrão”, conta a mãe da família, que diz não saber fazer, mas que a filha sabe.

Perguntando para as crianças sobre a escola no Brasil, relatam que não tiveram muitas dificuldades e se relacionam bem com colegas e professores.

Os professores ajudam quando não entendemos e eu não sofri preconceito. Na minha turma tinha o Evens – lembra dele, profe? – que já morava no Brasil antes e entendia português, então a profe falava para ele e ele traduzia em crioulo para mim. Eu nunca vou esquecer disso, do quanto ele e a profe do quinto ano me ajudaram. Eu amo ela [referindo-se à professora]. Até hoje quando preciso, vou falar com ela (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021).

O menino entrevistado afirma gostar da disciplina de português e matemática na escola, porque são importantes; mas também de educação física porque “quando crescer quer ser goleiro de futebol” (CRIANÇA ENTREVISTADA, 2021). Já a adolescente, diz que gosta de todas as disciplinas, “menos história. Não sei por que, profe, mas tenho muita dificuldade em história” (ADOLESCENTE ENTREVISTADA, 2021). Os relatos apresentados evidenciam o sentimento de admiração pelo futebol, o futebol brasileiro e o desejo de se tornar um deles, bem como a não-identificação com a disciplina de história. Tal estranhamento se torna perfeitamente compreensível, pois como afirmam Bourdieu e Passeron (1975), muitas vezes, as ações pedagógicas não fazem se não transpor a representação da cultura – e, aqui cabe acrescentar, da história – mais propalada entre os etnólogos, “reproduzindo um capital cultural concebi-

do como uma propriedade de toda a sociedade” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 25). Desse modo, seria impossível à imigrante adolescente identificar-se com uma história que não é a sua e de seu país de origem, a qual, por vezes, é deixada de lado nas narrativas oficiais.

Segundo as crianças, o pai sempre incentiva a estudar. Diz que precisam aprender sempre mais para ser alguém na vida. A mãe afirma que os cursos são caros, mas são importantes. A menina conta que está fazendo curso de informática e quer fazer de inglês depois. “Saber inglês é importante se vai viajar para qualquer lugar do mundo”, afirma a mãe da menina (2021).

A partir dos relatos até agora transcritos, percebe-se que, como já mencionado em outros momentos desta pesquisa, a busca pelo trabalho e a valorização da educação são características preponderantes dos imigrantes haitianos. Diferentemente de realidades de outros locais, conforme a pesquisa científica utilizada para fins deste estudo, os imigrantes entrevistados não referem, mesmo quando questionados, fatos em que enfrentaram situações discriminatórias ou preconceituosas, o que permite concluir que há uma reformulação de valores e conceitos em construção na sociedade de destino, no caso, no município em questão. Sobre voltar ao Haiti, a mãe da família afirma sentir saudades da família que ficou, mas que não gostaria de voltar a morar lá. A criança também diz que não gostaria, “porque lá as pessoas matam pessoas; quando é cinco ou seis horas da tarde tem que entrar em casa e não sair mais, é perigoso” (CRIANÇA IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021). O tio complementa que “tem muito conflito político no Haiti, por isso matam. Tem um presidente, mas as pessoas não obedecem às regras” (IMIGRANTE ADULTO ENTREVISTADO, 2021).

Para encerrar a entrevista com a família, foram questionados sobre fatos que marcaram sua estada no Brasil nestes anos e que gostariam de compartilhar. Relataram que o acontecimento de maior relevância é a vida aqui. “A gente pode brincar na rua, pode ir na escola, as pessoas gostam de nós – e, mesmo se não gostam, não me importo muito” (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021). O tio afirma que, inicialmente, morou em Marau, depois foi embora para Curitiba. Gosta de lá, mas decidiu voltar para Marau, pois lá estaria sozinho, só tinha uma sobrinha que faleceu; em Marau, tem família. O pior acontecimento, depois da vinda para o Brasil, para a família, foi perder a irmã, filha e sobrinha, a Fedna.

Ela morava em Curitiba com o marido e um dia disse que não estava passando muito bem. Então o pai pediu ao marido dela que a trouxesse para Marau, pois pensava que se ela visse a família, a gente, ela ficaria melhor. Mas não deu tempo de ela chegar aqui. Ela tinha diabetes e complicou. Essa é uma coisa que eu nunca vou esquecer (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021)¹⁹.

Ainda sobre o futuro, declaram que não sabem como vai ser. Cabe informar que, cerca de uma semana antes da realização da entrevista, o pai viajou, levando uma das crianças consigo, com destino aos Estados Unidos. A mãe afirma que não sabe se ficarão muito tempo, se voltarão ou se virão buscá-los. Com a família, reside ainda um amigo, segundo a mãe, vizinho no Hai-

¹⁹ Neste momento da entrevista foi necessário intervir, pois inevitavelmente, a mãe se emocionou. Foi-lhe dito, então, que sua filha foi um exemplo a todos nós, de força de vontade e dedicação. Todos que tiveram a oportunidade de conhecê-la recordam com muito carinho, como, de fato, acontece na escola onde a menina estudou e pode ser confirmado pelos relatos do presente trabalho.

ti, que veio também para trabalhar. “Ele mora no Brasil e aqui com a gente faz cinco meses e ainda não fala e nem entende muito bem o português. Ele trabalha no frigorífico junto comigo e vai no mesmo horário do que eu” (IMIGRANTE ADULTA ENTREVISTADA, 2021).

“Eu tenho um sonho, sabe profe. Eu queria, não sei se um dia vou conseguir, mas eu gostaria de voltar ao Haiti, não para morar lá, mas para ajudar as pessoas que estão lá passando fome, mas depois voltar para o Brasil” (ADOLESCENTE IMIGRANTE ENTREVISTADA, 2021). A partir das afirmações, fica claro o desejo da família de se estabelecer no destino, buscando oportunidades de trabalho e de educação, conquistar o seu espaço e construir o sentimento de pertencimento à sociedade. Ainda, percebe-se a preocupação em ajudar seus conterrâneos, seja oferecendo moradia, dividindo os recursos ou, até mesmo, sonhando em voltar ao Haiti para ajudá-los.

Genericamente, através da pesquisa bibliográfica realizada, os migrantes, ao mesmo tempo em que são considerados como recursos econômicos pela sociedade de destino, também são vistos como ameaça, “uma interferência na sociedade” (TEDESCO, 2019, p. 319). A imagem em relação ao estrangeiro é geralmente construída numa visão negativa, daquele que é diferente, normalmente vindo de países empobrecidos. São percebidos, de fato pela sociedade, quando se tornam transgressores das normas e leis. O imigrante que convém é aquele “apenas um pouco integrado na sociedade; se crescer a integração social pode se tornar empreendedor, galgar trabalhos de melhor qualificação, inserir-se em horizontes sindicais” (AMBROSINI, 2000 apud TEDESCO, 2019, p. 328). Assim, a sociedade, de certa forma, aceita o imigrante, desde que ele não se destaque positivamente nem ocupe postos de trabalho com maior pres-

tígio, ou seja, que perpetue sua condição de subordinado e inferior em face de uma sociedade dominadora.

Por outro lado, através dos relatos e das experiências compartilhadas, percebe-se que os imigrantes haitianos no município de Marau, de modo geral, foram bem acolhidos pela comunidade, embora seja conhecido que, por vezes, o preconceito acontece mesmo que indiretamente na sociedade. Ao que parece, nesta primeira percepção, existem instituições e entidades preocupadas com o bom acolhimento e a inserção dessa parcela da sociedade nas atividades locais. Da mesma forma, observa-se que os imigrantes procuram maneiras de se estabelecer no município, através da procura por emprego, moradia, educação e assistência humanitária. Os haitianos, com certeza, não chegam para roubar o espaço de ninguém, tampouco as vagas de trabalho, mas buscam, pelo seu empenho e esforço, encontrar oportunidades que em seu país de origem lhes seriam muito mais inacessíveis.

Mosaico cultural na escola: a utopia da construção de uma comunidade miscigenada e multiétnica

“O enfoque da cultura começa quando o homem ordinário se torna o narrador, quando define o lugar comum do discurso e o espaço anônimo do seu desenvolvimento. [...] Ele é o ponto de chegada de uma trajetória” (CERTEAU, 1998, p. 63). Mediante essa concepção de Certeau, definiu-se como objeto para este estudo a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Oito de Fevereiro, no município de Marau.



Imagem 11: Entrada principal da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Oito de Fevereiro, Marau- RS. Fonte: Registro fotográfico em rede social do educandário (2021)

A referida escola foi fundada em 1993 e conta, em 2021, com um quadro de 46 professores e 06 funcionários. Situa-se em bairro industrial do município, o que facilita o ingresso de alunos estrangeiros, filhos de pais que buscam, no município, oportunidades de trabalho. A distribuição de matrículas no educandário pode ser visualizada na Tabela 6:

Ciclo do Ensino Fundamental	Alunos matriculados em 2021	Alunos imigrantes haitianos em 2021	Total
Anos Iniciais	334	05	339
Anos Finais	200	01	201
Total	534	06	540

Tabela 6: Alunos matriculados na EMEF Vinte e Oito de Fevereiro em 2021. Fonte: Listas de chamadas dos alunos fornecidas pela secretaria da escola (2021)²⁰.

²⁰ Cabe informar que os números de matrícula são constantemente variáveis, devido ao fluxo e mobilidade das famílias.

A partir do ano de 2014, mais visivelmente, iniciou-se o ingresso de imigrantes haitianos no município, logo acarretando a matrícula de crianças haitianas na rede municipal de ensino. Inicialmente, três famílias tiveram seus filhos matriculados no referido educandário, fato que motivou a realização do presente estudo. Conforme afirma Bourdieu (1989), o projeto científico que conhece o espaço em cujo interior se isolou o objeto estudado (uma dada escola, por exemplo), deve tentar apreender, mesmo que grosseiramente ou a partir de dados de segunda mão, a realidade do fragmento e o que dela se faz. Na ocasião, a pesquisadora²¹ exercia a função de vice-diretora da escola, assim lhe coube o primeiro contato e recepção desses alunos. Fedna Henry, então com 14 anos, aluna do sétimo ano do Ensino Fundamental, conhecia pouquíssimas palavras em português. Fazia-se necessária a alfabetização na língua. Pensou-se, portanto, em começar pelo vocabulário, mostrando-lhe os materiais escolares que lhe seriam entregues e pronunciando, de forma clara, seus nomes: “lápiz”; “caneta”; “caderno”... Ao recolher os materiais que Fedna já entendera serem seus, eis a surpresa: Fedna pega a sua mão e com um sotaque muito característico de sua origem pronuncia: ‘Amiga’” (VICE-DIRETORA DO EDUCANDÁRIO²², 2020).

“A escola permite o encontro com a diferença, a confrontação de ambientes” (TEDESCO, 2019, p. 342). Inserir os alunos imigrantes haitianos no espaço escolar, no entanto, não constitui uma tarefa fácil; nem para eles que precisam se adaptar, tampouco para a comunidade escolar que precisa acolhê-los. “Soube que teríamos alunos estrangeiros pela Secretaria Municipal

²¹ Autora do presente trabalho.

²² Comentário da autora do presente trabalho, que em 2015, exercia a função de vice-direção.

de Educação e através da busca por matrícula”, comenta em entrevista escrita a ex-diretora do educandário (2021)²³. “No início, não se teve orientações da entidade mantenedora. A equipe diretiva precisou ‘acalmar’ os professores para trabalhar com eles”, conclui. Já uma das professoras entrevistadas afirma que soube que teria um aluno haitiano pela direção da escola: “Para melhor atendê-lo, principalmente para que houvesse comunicação e algum tipo de entendimento, baixei em meu celular um aplicativo de tradução” (PROFESSORA 1, 2021)²⁴. “Sabíamos que teríamos que buscar alternativas para a comunicação, pois a aluna Fedna, primeira a chegar, não falava português, apenas crioulo haitiano e francês” (PROFESSORA 2, 2021).

Segundo a concepção de Bourdieu e Passeron (1975), o sistema educacional, através das ações pedagógicas escolares, reproduz o sistema cultural das classes dominantes, transmitindo, através das gerações, a cultura herdada do passado, sob uma tendência de dissociar a reprodução cultural de sua função de reprodução social. Por essa premissa, perpetua-se a divisão da sociedade em classes, onde a classe dominante visa inculcar seus valores culturais à classe dominada, às minorias. Com o ingresso dos alunos imigrantes no educandário, muitas práticas e ações dos educadores – definidos pelos autores acima citados (1975) como “autoridades pedagógicas” - precisaram ser revisadas e adaptadas, a fim de atender a demanda, ocasionando

²³ As entrevistas com os docentes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Oito de Fevereiro foram realizadas através de questionários escritos, os quais foram respondidos e devolvidos à pesquisadora, devido às restrições impostas pela pandemia do Covid-19. Foram entrevistados oito educadores do total do quadro, sendo quatro dos anos iniciais e quatro dos anos finais, além da diretora à época de realização do presente trabalho, a fim de se traçar um panorama das práticas destes profissionais em suas respectivas turmas com imigrantes inseridos. A seleção dos entrevistados ocorreu conforme o nível de envolvimento ou maior contato com os alunos imigrantes inseridos.

²⁴ A fim de preservar a identidade dos entrevistados, optou-se por não mencionar nomes ou respectivas disciplinas

questionamentos, dúvidas e estranhezas no grupo. Confirma-se o argumento dos autores, fazendo surgir a contradição entre a verdade objetiva (o modo de fazer, imposto pelas próprias autoridades pedagógicas em suas ações pedagógicas) e a prática dos agentes, à medida em que houve a necessidade de reavaliar os valores propagados de uma cultura dominante para criar e aplicar novas metodologias pedagógicas.

Os comportamentos dos indivíduos envolvidos nos processos migratórios e nas relações sociais em geral, conforme Certeau (1994), se distinguem segundo o seu lugar, colocando-se nesta ou naquela posição. No entanto, “embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas táticas não obedecem à lei do lugar” (CERTEAU, 1994, p. 92). Ainda, segundo o autor, “o que distingue as táticas e as estratégias são os tipos de operações nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear, impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-las, manipular e alterar” (CERTEAU, 1994, p. 92).

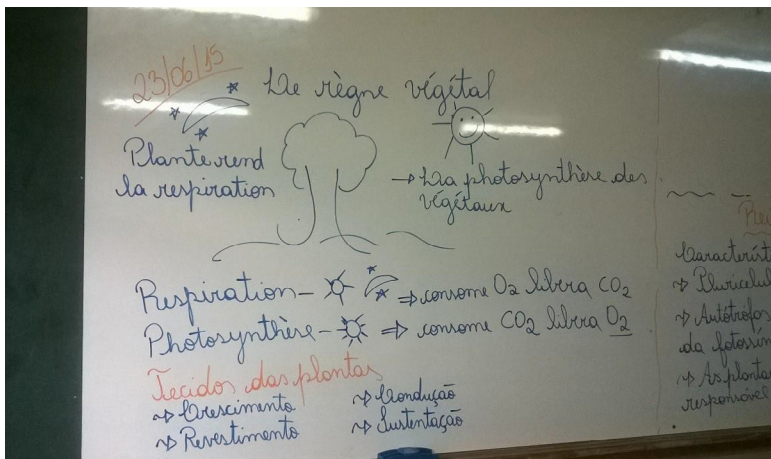


Imagem 12: Quadro da sala de aula do 7º ano, Escola Vinte e Oito de Fevereiro, turma de Fedna, em 2015. Fonte: Imagem, gentilmente, cedida por Andrea Mombach, professora do educandário (2020).

De acordo com Bourdieu (1989, p. 10), “os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação”. Pode ser observado na Imagem 12 que a educadora se preocupou com a utilização de símbolos gráficos universais, a fim de oferecer uma alternativa para melhor compreensão. Da mesma forma, os docentes da Escola Vinte e Oito de Fevereiro encontraram um meio de facilitar à Fedna a compreensão dos conteúdos e atividades de sala de aula. Foi-lhe oferecido um computador móvel e todas as aulas eram copiadas no quadro pelos professores, como se pode visualizar na Imagem 13. Assim, Fedna podia transcrever no computador e traduzir para a língua francesa, a qual compreendia, para realizar as atividades.

Inicialmente, para atender essa aluna que não falava português resolvemos, em conjunto com a direção da escola, utilizar um net book para auxiliar a tradução das frases e um colega para ajudá-la nessa comunicação, a orientá-la nos diferentes espaços da escola. Para deixar a aluna mais tranquila, realizei a tradução de algumas atividades para o francês e aprendi algumas palavras para melhorar a comunicação (PROFESSORA 2, 2021).

Os meios utilizados pelos professores do educandário na tentativa da inclusão da imigrante podem ser explicados, de acordo com Certeau (1994, p. 100), ao definir que “a tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto”. O autor, ainda, complementa que as táticas são ações calculadas, conforme as circunstâncias se apresentam, aproveitando as ocasiões. Assim, pode-se afirmar que os professores usaram das ferramentas de que dispunham, segundo as situações foram se desencadeando, para solucionar as problemáticas e as tensões que se instalavam.

Desenvolveram táticas a fim de, como refere Certeau (1994, p. 102), “fortificar ao máximo a posição do mais fraco”. Toda relação imigrante-autóctone revela uma relação de poder e de domínio, sendo assim, por vezes, difícil transpor a ordem do dominador sobre o dominado, especialmente numa sociedade com valores culturais tão arraigados como os dos descendentes brancos europeus. Apesar da barreira cultural, no entanto, é possível desenvolver táticas intelectualmente criativas, à espera de qualquer ocasião em meio às tradições da sociedade dominante.

Visualiza-se, na Imagem 13, uma atividade, realizada por uma professora do educandário, na qual as questões são traduzidas para a língua francesa, facilitando a leitura e a interpretação de Fedna:

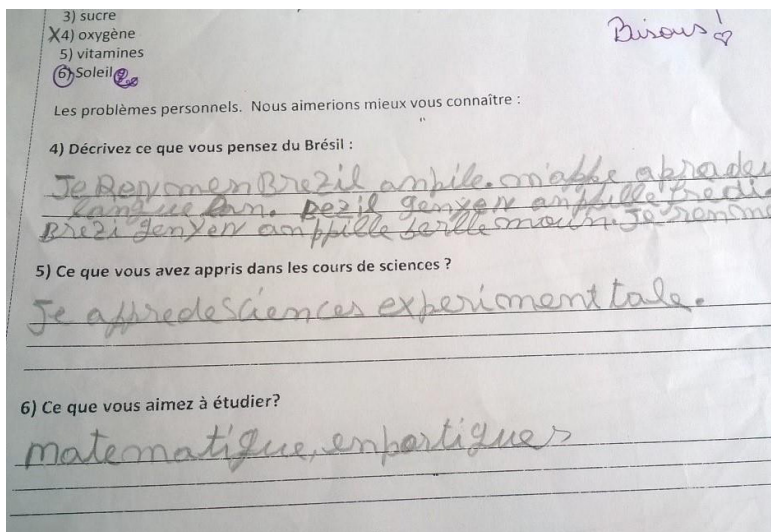


Imagem 13: Atividade escolar realizada por Fedna, em 2015. Fonte: Imagem, gentilmente, cedida por Andrea Mombach, professora do educandário (2021).

Dessa forma, conseguiram-se as primeiras comunicações com a nova aluna. Ao ser questionada sobre o Brasil, como se pode verificar na Imagem 13, Fedna expõe seus sentimentos: “Eu penso que no Brasil é muito difícil aprender falar a língua. Brasil tem muito frio. Brasil tem pessoas bonitas. Eu me sinto brasileira. Obrigado” (FEDNA HENRI, 2015, tradução aproximada da autora, 2021)²⁵. Segundo Fanon (2008), nas Antilhas – região onde está situado o Haiti – a língua popular, que todos conhecem mais ou menos, mas que só os analfabetos falam é o crioulo. “A língua oficialmente falada é o francês. Os professores vigiam de perto as crianças para que a língua crioula não seja utilizada” (FANON, 2008, p. 45). Sendo assim, não fica difícil compreender os motivos pelos quais Fedna mistura os dois idiomas em seus escritos. A aluna, possivelmente, falava a língua materna – o crioulo – mas fora alfabetizada na língua oficial - francês. Tal fato foi posteriormente confirmado por seu tio, em entrevista direta realizada para este trabalho. Segundo ele, mesmo as crianças que tinham acesso à educação formal, aprendiam “o francês misturado com o crioulo” (ENTREVISTA DIRETA COM FAMILIARES DE FEDNA, 2021)²⁶.

Conforme já mencionado no presente trabalho, as imagens podem auxiliar na mediação e na construção de um campo de significação em torno do momento que foi registrado. Para atender a esse pressuposto, entretanto, é preciso que “a reflexão construa tempo ao redor de um acontecimento, no próprio instante em que o acontecimento se produz. Sem a razão, a memória é incompleta e ineficaz” (BACHELARD, 1988, p. 49 apud

²⁵ A tradução aproximada foi realizada com a ajuda de outros imigrantes e refere-se ao sentido do que Fedna pretendeu expressar, visto que ocorre uma mistura de idiomas, entre francês e crioulo haitiano.

²⁶ A entrevista com a família Henry foi realizada em sua residência, respeitando os protocolos de prevenção ao Covid-19, em 04 de julho de 2021

ROCHA; ECKERT, 2001, p. 22). Desse modo, as Imagens 14 e 15 remontam mais do que um registro estático, mas a representação do contexto de inserção escolar de Fedna. Inicialmente, a turma apresentou uma espécie de resistência devido à característica racial, uma vez que a quase totalidade dos alunos de sua turma era de cor branca, bem como reações de ironia furtiva pelo estranhamento do nome. Com o passar do tempo, Fedna foi surpreendendo a todos, especialmente ao questionar onde poderia realizar cursos na cidade. À pergunta do professor sobre o motivo, ela responde: “Porque preciso sempre aprender mais” (FEDNA HENRY, 2015). Ela que, em comparação aos alunos da escola, era capaz de se comunicar em três idiomas, ao passo que seus colegas dominavam apenas a língua portuguesa, passou a despertar a admiração da turma, pela sua determinação, capacidade de adaptação e desejo de aprender.



Imagem 14: Fedna em atividade escolar, em 2015. Fonte: Imagem, gentilmente, cedida por Andrea Mombach, professora do educandário (2020).

Em pouco tempo, a menina começou a se comunicar com colegas e professores, graças a sua dedicação e empenho. “Fedna era muito esforçada e inteligente. Em menos de três meses, ela já falava o português, pois estudava todos os dias em casa. Ela fez amizades com os colegas e se comunicava bem”, confirma a professora 2 (2021).

A primeira aluna imigrante haitiana da Escola Vinte e Oito de Fevereiro surpreendeu e conquistou a todos aqueles que tiveram a oportunidade do seu convívio, pela sua determinação, força de vontade, humildade e carisma. Em 2017, Fedna deixou o educandário. Segundo a professora 2 (2021), “conseguiu concluir o Ensino Fundamental com méritos próprios”. Soube-se que logo teve seu casamento consolidado, como já anteriormente acordado entre as famílias e mudou sua residência para o estado do Paraná. No ano de 2018, de acordo com depoimento da então diretora, Fedna retornou a Marau para visitar familiares e levou seu esposo (o qual só conheceu pessoalmente alguns dias antes do casamento) até a escola para apresentá-lo à direção e professores. Mostrava-se muito feliz.



Imagem 15: Fedna com alguns de seus colegas e professora em atividade prática, nas dependências da Escola Vinte e Oito de Fevereiro, em 2016. Fonte: Imagem, gentilmente, cedida por Andrea Mombach, professora do educandário (2020).

Para Bourdieu (1989, p. 11), “as relações de comunicação são, de modo inseparável sempre, relações de poder que dependem na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulado pelos agentes (ou pelas instituições) envolvidos nas relações”. Desse modo, é possível presumir que, quando a comunicação é impossibilitada ou prejudicada, os agentes educadores precisam encontrar formas (materiais ou simbólicas) de se fazer entender. Jean-Whillem Baptiste, seis anos, matriculado no 1º ano do Ensino Fundamental, em 2015, não conhecia nenhuma palavra em português, tampouco



Imagem 16: Fedna Henry (*in memoriam*)²⁷, em atividade escolar, nas dependências da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro, em 2016. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).

era alfabetizado em algum idioma. “A direção nos comunicou que teríamos alunos haitianos. Pensei que seria apenas para os anos finais do Ensino Fundamental. Em seguida, soube que teria um aluno haitiano para alfabetizar, que não falava e pouco compreendia a nossa língua. Foi um baita susto”, declara em entrevista escrita a professora 3 (2021). A dificuldade com Jean foi evidentemente maior do que com Fedna, agravando-se ainda

²⁷ Em 15 de março de 2020, Fedna Henry veio a falecer, vítima de complicações do diabetes, segundo informação de sua irmã, também aluna do educandário, Berline Henry.

mais pelo fato de que o menino apresentava certa agressividade, o que era perfeitamente compreensível, uma vez que não conseguia entender o que ouvia e, muito menos, se comunicar com professores e colegas. Em menos de seis meses de intenso trabalho por parte de sua professora, no entanto, Jean começou a ler pequenas frases e articular palavras na língua portuguesa.

Acredito que minhas angústias e preocupações serviram de combustível para direcionar o foco em alfabetizar o nosso primeiro haitiano. E tivemos sucesso, no final do mês de maio, o Jean estava lendo, escrevendo palavras simples, realizando atividades junto com a turma. Quando realizei o diagnóstico da turma, ele estava com um desempenho melhor do que 50% do total da turma. Ainda se comunicava timidamente, bem na verdade, somente quando solicitado. Compreendia e interagia bem com o grupo, na sua preferência de agir mais do que conversar (PROFESSORA 3, 2021).

“Lembro-me, nitidamente, da professora do primeiro ano trazendo Jean à secretaria para nos mostrar que ele havia aprendido a ler. A satisfação e o orgulho estampados no semblante da professora só não era maior que a alegria e o deslumbramento no rosto do menino” (VICE-DIRETORA DO EDUCANDÁRIO, 2020)²⁸. Infelizmente, Jean e sua família migraram do município de Marau e não se obteve informações do destino. Segundo a professora 3, teria recebido informações de que sua família regressou ao Haiti. A partir da experiência relatada com Jean, confirma-se o que pressupõe Bourdieu (1989, p. 34) “o pré-construído está em toda a parte”, mas é fundamental perceber

²⁸ Como já explicado em nota, a função de vice-direção da escola na época era exercida pela atual professora de Artes, autora do presente trabalho.

a particularidade, romper com o senso comum e atentar para a singularidade que permitirá abstrair da generalização, mediante uma postura ativa e comprometida.

Nas entrevistas realizadas, quase a totalidade dos professores declarou não ter percebido reações preconceituosas ou discriminatórias em relação aos alunos imigrantes recém-ingressos, pelo menos, não de forma explícita. Embora em algumas situações, os alunos “não querem sentar juntos no início do processo de adaptação, não querem ter a mesma cor, reclamam do cheiro forte e não querem dar as mãos nas dinâmicas, abraçar...” (PROFESSORA 4, 2021). Conforme Bourdieu e Passeron (1975), numa formação social, a cultura dominante exerce sua influência sobre a minoria, colocando em posição dominante os interesses e os objetivos das classes e grupos dominantes. Assim, as ações pedagógicas constituem uma reprodução dessa arbitrariedade cultural. Todavia, em contraponto, Certeau (1998, p. 85) afirma que “as práticas cotidianas, quando bem-sucedidas, tornam-se marcos de uma aprendizagem, definidas como manipulações internas a um sistema”. Exemplificando esse argumento, a professora 1 comentou, na entrevista realizada que, em algumas vezes, observou certa discriminação. Porém, ela ressaltou que “o professor é o exemplo. Se o professor discriminar, toda a turma fará isso. E em uma região com colonização italiana como a nossa, o preconceito é muito enraizado. É extremamente importante o professor conduzir com igualdade e imparcialidade” (PROFESSORA 1, 2021).

Segundo Certeau (1994), as estratégias são ações que, devido à evidência de um lugar de poder, elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos), articulando um conjunto de lugares onde as forças se distribuem, visando dominar-se um pelo outro, atribuindo um local próprio a cada elemento particular.

A diferença, segundo o autor, é que “as estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo; as táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (CERTEAU, 1994, p. 102). A partir dessa premissa, pode-se afirmar que os educadores da escola em estudo esforçaram-se no emprego de táticas que consideram o lugar da minoria dominada, conferindo-lhe oportunidades de falae aprendizado, em detrimento do poder dominante de uma cultura majoritariamente eurocêntrica.

No entanto, por vezes, as tensões da sociedade são, involuntariamente, reproduzidasna escola. Um indicativo da relação de poder permeada no convívio imigrante-autóctone e pode escapar a um primeiro e superficial olhar é o retratado na Imagem 1, a qual ilustra também a epígrafe do presente trabalho e está replicada a seguir (Imagem 17):

“Numa formação social determinada, as diferentes ações pedagógicas não podem jamais ser definidas independentemente da sua dependência a um sistema de dominação” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 25). Dessa forma, segundo os autores, as ações pedagógicas tendem a reproduzir os arbitrários culturais dessa formação, colocando a cultura dominante em posição dominante. A Imagem 18 evi-



Imagem 17: Detalhe da execução de trabalho interdisciplinar realizado em escola pública do município de Marau. Fonte: Imagem, gentilmente, cedida pela professora Miriam Zimmermann para uso neste trabalho (2021).

dencia que, mesmo havendo uma intenção inicial de demonstrar a coparticipação na execução da atividade escolar entre imigrante negro e autóctone branco, esta não se dá de forma igualitária. Observa-se a sobreposição da mão branca em relação à negra, o que pode referenciar uma superioridade de poder. Conforme já mencionado neste estudo, as relações produzidas nas comunidades onde há inserção de imigrantes retratam também vínculos de poder, de um dominador (a maioria autóctone) sobre um dominado (a minoria imigrante). Utilizando a concepção de Bhabha (1998, p. 22), a foto em questão poderia representar “um processo de interação simbólica, o tecido de ligação que constrói a diferença entre superior e inferior, negro e branco”. Em outras palavras, ainda que a Imagem 18 possa ser interpretada no âmbito da coparticipação, ela demonstra a visão de superioridade do branco e de subordinação do negro, congêntas nas sociedades de colonização predominantemente europeia.

Mesmo estes sendo casos isolados ou menos frequentes, ocorre, em algumas situações, que o preconceito acontece de forma silenciosa na sociedade, pois ela própria vai ignorando o ser estrangeiro, limitando-o a exercer determinadas funções no mercado de trabalho, por ser diferente ou por ter cultura diferente. Às vezes, a discriminação acontece de forma explícita: “Um dia, no meu trabalho, uma pessoa disse que eu tinha cabelo palha de aço. [...]. No meu trabalho tem um haitiano. Um brasileiro disse que esse haitiano cheira mal” (SÁ; SILVA, 2016, p. 06). Entretanto, algumas vezes, a exclusão ou a segregação é feita pelo próprio imigrante, como já mencionado pelas voluntárias da Pastoral da Acolhida de Marau e no caso, em especial, do aluno Guyvenson. De acordo com as palavras de Geertz (2008, p. 10), “um ser humano pode ser um enigma completo para outro ser humano. Aprendemos isso quando chegamos

num país estranho, com tradições inteiramente estranhas. [...] Nós não compreendemos o povo e por não compreender, não podemos nos situar entre eles”.

Guyvenson Pierre, 13 anos, veio do Haiti em 2016, com sua mãe e irmãos, Evens e Kervens, gêmeos, dez anos e Melissa, quatro anos. Seu pai havia abandonado a família, fato pelo qual a mãe é que participava nas atividades escolares, quando solicitada. Observa-se, de modo geral, na cultura haitiana a família patriarcal, ou seja, a figura masculina paterna é a responsável pelos proventos e pela comunicação, conseqüentemente, pelo aprendizado da língua. A mãe dos meninos não falava português, sendo necessário que os próprios alunos fizessem a tradução.

Guyvenson, em seu primeiro e segundo ano na escola, não teve bom relacionamento com seus colegas e professores.

O outro aluno [referindo-se a Guyvenson] era muito quieto, não participava da aula e tinha dificuldades em realizar as atividades propostas. [...]. Apresentava dificuldade em compreender as atividades, apenas copiava o conteúdo no caderno, mas com muitos erros de escrita. Por não conversar quase nada em sala de aula, nem mesmo com os colegas, era difícil conseguir auxiliá-lo. Não sei dizer se ele sabia falar outras línguas (PROFESSORA 2, 2021).

De fato, Guyvenson não conversava, não respondia quando questionado sobre qualquer assunto, o que levava à indagação se estava compreendendo o idioma ou não. Escondia-se pelas dependências da escola, não tirava o capuz ou o boné - ou ambos - da cabeça, tampouco o casaco do corpo, por mais elevada que fosse a temperatura (Imagem 19). No sétimo ano, primeiro ano na escola, Guyvenson foi promovido, acreditava-

-se que, se acompanhasse a turma que já o conhecia, poderia facilitar a sua adaptação. Porém, foi em vão. Guyvenson continuava não participando das aulas, nem realizando atividades, tampouco interagindo com seus colegas. Ao fim do oitavo ano, Guyvenson foi retido.

O comportamento introvertido e, por vezes, apático de Guyvenson poderia ser interpretado como uma espécie de fuga, um voltar-se para dentro de si mesmo. “O principal problema dessa atitude está na contradição em buscar a liberdade escondendo-se dela. A liberdade requer visibilidade, mas, para que isso aconteça, faz-se necessário um mundo de outros” (GORDON, 2008, p. 15)²⁹. Olhar para si, através do outro, não constitui um processo simples, uma vez que pressupõe a autopercepção das particularidades, conseqüentemente das diferenças, logo presume-se uma autoaceitação como tal. “Esquivar-se do mundo é uma ladeira escorregadia que, no final das contas, leva à perda de si” (GORDON, 2008, p. 15). Diante desse comportamento do aluno, tornou-se imprescindível e urgente encontrar um meio para auxiliá-lo na construção de um sentimento de pertencimento à nova escola, ao novo meio de convívio social e à nova Pátria.

Com muita paciência dos professores e colegas, aos poucos, supôs-se que as causas pelas quais Guyvenson não interagira e buscava, de certa forma, esconder-se, poderiam ser porque ele próprio sentia-se diferente dos demais. Não tirava o casaco, porque sua pele era escura, não tirava o capuz para esconder seu cabelo e não falava, porque, ainda que pronunciasse algumas palavras em português, seu sotaque era muito diferente. Presumindo-se isso, iniciou-se um trabalho de au-

²⁹ A afirmação de Lewis R. Gordon está indicada no prefácio da obra “Pele Negra, Máscaras Brancas” de Frantz Fanon (2008).

toestima, contemplando as questões de higiene, cuidados pessoais e de pertencimento ao novo país. Foi aí que a transformação aconteceu: Guyvenson passou a ser um dos melhores alunos da turma. Um dia, em meados de 2018, na aula de Arte, ao ser elogiado, ele indagou: “Esse ano eu vou passar, né, professora? Mamãe disse que se eu passar de ano, nas férias, ela deixa eu ir visitar o meu pai” (PROFESSORA 6, 2021)³⁰. Mais uma vez, as táticas dos educadores utilizadas em suas práticas, reiterando Certeau (1994, p. 102), foram essenciais à medida em que “o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável”.

Na Imagem 18, é nítido o comportamento introvertido de Guyvenson; embora já em seu segundo ano na escola, apresentando pouco entrosamento com os colegas e muito custosamente aceitava participar das atividades escolares. De acordo com Fanon (2008), é compreensível que a primeira reação do negro seja a de dizer não àqueles que tentam defini-lo. Compreende-se que se trata de uma reação, na tentativa de salientar



Imagem 18: Guyvenson Pierre em atividade escolar, em 2018. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).

³⁰ A partir de 2017, a pesquisadora do presente trabalho deixou o cargo de vice-direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Vinte e Oito de Fevereiro, para assumir a docência da disciplina de Arte do referido educandário.

a ruptura que se está produzindo. Um imigrante, em qualquer lugar do mundo que esteja, acaba, mesmo que involuntariamente, rompendo com traços da sua origem para incorporar valores e costumes do local de destino, adaptar-se à nova sociedade.

Diferente dele, eram os seus irmãos, Evens e Kervens (Imagens 19 e 20). Alunos muito dedicados, preocupados em usufruir de tudo o que a escola podia oferecer em termos de recursos para o aprendizado e comprometidos, para que seu desempenho fosse bom.

Quando chegaram à escola, em 2017, então no quinto ano do Ensino Fundamental, Evens e Kervens também não falavam português e, segundo uma de suas professoras, o único recurso que obteve por parte da Escola e da Secretaria Municipal de Educação foi um pequeno auxílio psicopedagógico. “Acabei buscando subsídios próprios, sem ter certeza de que o que eu estava fazendo seria o mais apropriado. [...] Com os alunos do quinto ano, iniciei pela alfabetização na língua portuguesa, relacionando escrita com imagens”, relata a professora 5 (2021). E complementa: “Os alunos haitianos que tive, a grande maioria, se mostrou humilde, contente e grata com o que estava recebendo, tanto dos colegas como dos professores” (PROFESSORA 5, 2021).



Imagem 19: Evens Pierre em atividade escolar alusiva ao aniversário do município de Marau, em 2019. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).

Os irmãos mais novos de Guyvenson, Evens e Kervens, não se opuseram em participar das atividades propostas pela escola, mesmo aquelas que se consistiam de apresentações, as quais nem sempre são bem aceitas, principalmente pelos adolescentes. Como se pode observar na Imagem 19, Evens participa de apresentação, juntamente com sua turma, em comemoração ao aniversário do município, segurando a bandeira municipal oficial, a seu próprio pedido.

A Imagem 19, se analisada com maior acuidade, pode gerar, entretanto, alguns questionamentos. Notadamente, Evens observa a bandeira oficial do município, a qual retrata elementos considerados, historicamente, de importante participação na construção do seu capital gentílico: o índio e o colonizador europeu, ambos com suas ferramentas laborais, indicando a valorização do trabalho permeada na sociedade. Mas, se os imigrantes haitianos chegaram também com a intenção de trabalhar, onde estaria a sua representatividade na bandeira oficial? Essas identidades deslocadas são comumente observadas nos processos migratórios. Os imigrantes já não pertencem mais ao país de origem, tampouco conseguem estabelecer uma relação ou reconhecer o seu pertencimento ao país de destino.

Na Imagem 20, os irmãos participaram de apresentação alusiva à formação gentílica do município, da qual diversas etnias foram constituintes. Busca-se, com essa iniciativa, valorizar todas as etnias, por vezes, esquecidas pela história oficial, assim como referenciar as migrações da atualidade que continuam adentrando e se inserindo nas relações sociais, tornando a sociedade cada vez mais miscigenada e multicultural. Todavia, cabe uma observação, visível na Imagem 21, da analogia frequentemente realizada entre negros e pessoas escravizadas, a qual poderia ser interpretada à luz das palavras de Bourdieu e

Passeron (1975), definindo as ações pedagógicas pelo fato de que elas convêm a toda a formação social. “A ação pedagógica escolar reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a cultura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima” (BOURDIEU; PASSERON, 1975, p. 21).



Imagem 20: Evens e Kervens Pierre em apresentação escolar, em 2019. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).

Melissa, a caçula dos irmãos Pierre, frequentou apenas o primeiro ano do Ensino Fundamental no educandário. Entretanto, o fato que mais marcou a sua passagem pela escola foi o de, durante as festividades da Semana Farroupilha de 2018, ir para a escola com um vestido de prenda emprestado e pedir para tomar chimarrão com seus colegas, deixando nítida a sua vontade de ser aceita e incluída no grupo. De acordo com o depoimento da diretora do educandário à época (2021),

A escola sempre teve o cuidado de conversar com eles e ajuda-los a se inserir na sociedade, no trabalho, na saúde, na assistência social, entre outros. [...] Não se percebeu discriminação além do que é considerado normal; sempre que houve a necessidade de intervenção, a mediação foi feita de forma rápida impedindo que se agravasse. Eles [os imigrantes] em geral, são muito bem resolvidos, se cultuam, se enfeitam, tem orgulho de si mesmos.

Outro fato que, além disso, marcou a passagem da família pelo município, segundo o depoimento da ex-diretora (2021), diz respeito à cultura adotada pelos imigrantes.

Em certa ocasião, a mãe saiu em busca de acertar contas no Haiti e ficou um mês e meio fora deixando os filhos sozinhos no apartamento, sob sua própria responsabilidade, inclusive de alimentação e higiene. O Conselho Tutelar foi avisado, a equipe diretiva visitou a casa e auxiliou na providência de alimentos e materiais de limpeza, através de campanha entre professores e funcionários. A mãe retorna então do Haiti, com um novo marido, e não estava preocupada com nada. Disse, inclusive, que estaria tudo bem.

Hoje, a família Pierre não reside mais em Marau, mas é possível o contato via redes sociais com os meninos. A Imagem 21 registra um momento da vida de Guyvenson, por ele próprio publicada em sua rede social:

A Imagem 21 foi publicada por Guyvenson Pierre em sua rede social, em 07 de julho de 2021, com a legenda “Parabéns pra mim, 18 anos. Bom, não esperava isso tão cedo assim”³¹. É vi-



Imagem 21: Foto de Guyvenson Pierre, em 2021. Fonte: Rede Social de Guyvenson Pierre (2021).

³¹ A imagem e legenda foram extraídas do perfil do facebook de Guyvenson. Disponível em: <<https://www.facebook.com/guy.pierre.9828456>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

sível, na Imagem 21, uma mudança comportamental de Guyvenson em relação a si próprio. Embora esteja usando uma máscara de proteção, necessária e obrigatória, dependendo do lugar em que está, devido à pandemia do Covid-19 que assolou o mundo no período entre 2020 e 2021 e ainda se considerando que o rapaz faz o registro cobrindo parte do rosto com o aparelho celular, não se apresenta usando capuz e boné, como observado na Imagem 18. Ao contrário, o registro demonstra uma certa preocupação com a aparência. Pode-se supor, a partir da Imagem 21, que Guyvenson tenha se auto afirmado, reconhecendo a si próprio como pertencente ao Brasil, já que em outra legenda de sua página conclui: “Pós meia noite completarei 18, vou ter saudades de ser menor”³², indicando saber que as suas responsabilidades aumentam em solo brasileiro ao atingir a maioridade³³.

Infelizmente, não foi possível realizar uma entrevista direta presencial com a família Pierre. Em contato com um dos irmãos, ele alegou indisponibilidade de tempo, uma vez que todos estudam e trabalham durante a semana e, aos sábados e domingos, envolvem-se com atividades da igreja. No entanto, o menino contatado afirmou sentir saudades de amigos e colegas de Marau.

Assim como os irmãos Pierre, outros alunos haitianos fizeram e ainda fazem parte do corpo discente do educandário mencionado no município de Marau. Por estar localizado em um bairro industrial, acaba por facilitar as atividades laborais de seus pais, também possibilitando a residência e acesso à escola.

³² Disponível em: <<https://www.facebook.com/guy.pierre.9828456>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

³³ Cabe informar que maioridade é considerada a idade em que o indivíduo adquire plena capacidade de ação, mediante à maturidade física e intelectual. Essa idade pode variar nos diferentes países. No entanto, no Brasil e no Haiti, a maioridade é atingida ao completar 18 anos. (WIKIPEDIA, 2021). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Maioridade#18_anos>. Acesso em: 05 jul. 2021



Imagem 22 e 23: Berline Henry, irmã de Fedna, e Job (irmão de Berline e Emanuel) em atividade recreativa junina na escola, em 2019. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).



Imagem 24: Emanuel (irmão de Berline e Job) em atividade recreativa da escola, em 2019. Fonte: Arquivo fotográfico da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).

Na Imagem 22, Berline Henry participou de atividade recreativa da escola, caracterizada tipicamente para o evento, assim como os alunos Job, na Imagem 23 e Emanuel, na Imagem 24, seus irmãos. Conforme concepção de Geertz (2008), situar-se num local ou numa situação só é possível parcialmente. Não se está procurando tornar-se nativo ou copiar-los. Busca-se conversar com eles, mais do que simplesmente falar.

Assim, comprovando a afirmação do autor, observa-se nas Imagens 22 e 23 a clara intenção de se adaptar e incluir às tradições e costumes do país de destino. De acordo com o relato da ex-diretora (2021):

A grande maioria dos alunos adaptou-se facilmente e procurou resolver os problemas da comunicação formando pequenos grupos de colegas. Sempre alguém acolhia e ajudava. Poucos tinham dificuldades de se entrosar e comunicar, tornando-se isolados e calados. São dóceis, carinhosos e unidos entre eles.

Na Imagem 24 é notável o entrosamento do aluno imigrante com seus colegas de turma. A comunidade escolar da Escola Vinte e Oito de Fevereiro já se habituou a recebê-los e a receptividade, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, é bastante presente. Isso envolve reciprocidade e alteridade, princípios constantemente preconizados pelos educadores, os quais norteiam as práticas pedagógicas do educandário.

Tevestina (Imagem 25) ingressou na escola em 2017, no 1º ano do Ensino Fundamental. Inicialmente, era uma menina bastante tímida. Segundo relato de sua professora (2021), os alunos imigrantes, a princípio, “não interagem muito com seus pares, procuram realizar as atividades propostas, embo-

ra nem sempre solicitam explicações quando não compreendem. [...] com o passar do tempo, desenvolvem mais a socialização”.

Na Imagem 26, é possível observar Tevestina amplamente entrosada com suas colegas e professora, já no segundo ano na escola. No caso desta menina em específico, havia grande preocupação por parte dos pais e educadores, pois ela não possuía outros irmãos matriculados na escola. Dessa

forma, não havia companhia para se deslocar com o transporte escolar até as proximidades de sua residência. Então, uma educadora da escola, a qual fazia o mesmo trajeto com o transporte, se comprometeu a acompanhar a menina até que aprendesse a se comunicar e se deslocar de forma independente.



Imagem 25: Tevestina com sua colega de turma, em 2019. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).



Imagem 26: Tevestina com sua professora e colegas, em atividade recreativa na escola, referente às festividades juninas. Fonte: Arquivo fotográfico, em rede social, da EMEF Vinte e Oito de Fevereiro (2020).

Assim como o caso de Fedna, que compreendia duas línguas – francês e crioulo haitiano – a professora 1 (2021) compartilhou, na entrevista para este trabalho, a sua experiência em escola estadual do município de Marau:

Esse aluno, especificamente, a princípio se apresentou tímido, mas pela acolhida da escola e dos colegas, foi se socializando. O aluno era alfabetizado na língua materna, possuía conhecimento em quatro idiomas e com o aprendizado na nossa língua, tornou-se um dos melhores alunos da sala, inclusive sobressaindo-se a alunos nativos da língua portuguesa³⁴.

³⁴ A professora refere-se, neste comentário, a um aluno imigrante haitiano matriculado no oitavo ano na escola estadual onde também atua.

No caso da disciplina de Língua Estrangeira, as dificuldades não foram tão acentuadas. “A escola buscava deixá-los na mesma turma, quando possível. Foram organizadas atividades para a divulgação de sua cultura, através de suas músicas, relacionando vocábulos entre as línguas e também outras atividades” (PROFESSORA 7, 2021).

Há, ainda, outros alunos matriculados na escola, porém não foi possível obter seus registros fotográficos em atividades escolares³⁵. As imagens apresentadas neste capítulo, embora estáticas e fragmentadas, mesmo sendo uma “ilusão de substitutas da própria realidade” (DINIZ, 2001, p. 15), as quais congregam, ao mesmo tempo, as ambiguidades do olhar do pesquisador e do receptor, podem conferir à pesquisa uma fonte de visualização do processo de inserção dos imigrantes haitianos na escola Vinte e Oito de Fevereiro. De acordo com Kossoy (1989), as imagens somente podem informar aqueles que conhecem o contexto histórico particular em tais documentos se originaram. “Os elementos constitutivos de um artefato fotográfico deixam de ser puramente descritivos no momento em que se conhecem detalhes de sua história particular” (KOSSOY, 1989, p. 53). Decorre deste argumento a importância da interpretação e do esforço em conhecer e compreender as circunstâncias que originaram tais registros.

Em concordância com a afirmação de Certeau (1998, p. 70), “mesmo inconscientemente estamos submetidos à linguagem ordinária, ao cotidiano, embora as experiências humanas não se reduzam ao que ela pode dizer a seu respeito”. Entretanto, pode-se afirmar, a partir dos relatos obtidos dos ges-

³⁵ Todas as imagens utilizadas neste trabalho foram igualmente divulgadas na página da rede social da escola, tendo, portanto, a devida autorização dos responsáveis para sua publicação.

tores e educadores do educandário referido neste trabalho de pesquisa, que as crianças imigrantes haitianas, em sua grande maioria, caracterizam-se por serem educadas, respeitadas com o espaço escolar e profissionais da educação, tanto professores, quanto direção e funcionários da escola. Além disso, demonstram carinho e amabilidade com seus colegas, expressando reconhecimento e gratidão pelo acolhimento.

É através do convívio e das práticas sociais que os indivíduos transformam os seus conceitos de sociedade, de sujeito e de subjetividade, fato este muito mais evidente na modernidade. Conforme Freitas e Kuhlmann (2002, p. 104-105), o homem muda de lugar, muda de estatuto, sua relação com seus modos de pensar, com a sua própria produção e com essa mudança em relação às formas de ser e de conhecer, “as imagens e o lugar da criança na sociedade também vão se alterando”. É justamente nessa relação dialógica que a escola – mas também a família – vai se estabelecendo como local específico de cuidados e de educação.

O conhecimento aprendido no âmbito familiar ou produzido na escola vai se disseminando e se tornando referência. De acordo com os autores citados (2002), nesse processo vão se legitimando imagens, constituindo o imaginário social, impregnando modos de agir e de pensar, embora como já visto e mencionado, as construções dependem das relações e experiências vivenciadas. Tal fato se confirma, também, em Hegel (1981, p. 74) ao afirmar que “o saber habitual só representa o objeto, uma vez que o que é dado no saber, contém o eu que sabe, a relação recíproca entre o eu e o objeto: a consciência”.

Pretende-se investigar aqui a forma com que esses acontecimentos da vida pessoal determinam ou influenciam nas construções e nas práticas culturais das crianças e adolescentes.

Na concepção piagetiana, “crianças aprendem por si mesmas o que não lhe foi ensinado” (FREITAS; KUHLMANN, 2002, p.117). Ora, uma vez que a criança, desde seu nascimento, estabelece relações com o outro – a mãe, o pai, posteriormente, o colega e o professor – constituindo-se como ser essencialmente social, como seria isso possível? Wallon afirma que as crianças são incapazes de fazer qualquer coisa, sem serem manipuladas pelos outros e “é nos movimentos dos outros que as suas primeiras atitudes vão tomar forma” (FREITAS; KUHLMANN, 2002, p. 117). Aí, reside a importância do papel do educador e da escola na mediação das tensões e conflitos interétnicos presentes no espaço escolar, os quais constituem reflexos da sociedade. Além disso, complementa que “as atividades psíquicas estão diferentemente orientadas ou hierarquizadas segundo os interesses preponderantes da sociedade” (WALLON, 1975, p. 58 apud FREITAS; KUHLMANN, 2002, p. 119). Assim, é impossível conceber que as crianças desenvolvam suas identidades e noções de pertencimento, sem que haja influência daqueles com quem convivem, influência esta imbricada de valores morais da sociedade ou impostos pelos detentores do poder.

A partir dessa premissa, nota-se como as crianças vão moldando sua identidade, mimetizando comportamentos, com isso aprendendo costumes e tradições do seu local de inserção social. A segunda geração, em suas relações na escola, pode se transformar “numa grande possibilidade de integração e intercultura na convivência social, bem como possa alterar o quadro da identidade do migrante nas sociedades de destino” (TEDESCO, 2019, p. 339). No caso das gerações de crianças imigrantes – geração 1.5 e segunda geração – pode-se presumir, dessa maneira que, naturalmente, ocorra um choque de culturas, uma vez que o até então aprendido no local de origem precisa ser

reconstruído no local do destino. Reside, justamente, neste paradoxo a preocupação com a reconstituição da personalidade das crianças imigrantes em condições históricas e culturalmente determinadas por um sistema de hierarquização de poder.

De acordo com Canclini (1997), aparentemente, os grandes grupos concentradores de poder são aqueles que subordinam e disciplinam o trabalho e a vida cotidiana. Abordando a cultura escolar propriamente, Bourdieu e Passeron (1975) referem que a ação pedagógica, num primeiro sentido, reproduz uma violência simbólica, enquanto as relações de força entre os grupos constituintes da formação social estão na base da comunicação pedagógica. Em outras palavras, as representações culturais e identitárias, por vezes, não são mais do que a reprodução de uma hierarquia de poder, expressão de sistemas sociais autoritários que vão sendo reproduzidos geração após geração. As crianças crescem e se constituem como cidadãos nesse meio, onde, conforme Canclini (1997), os paradigmas clássicos pelos quais foi explicada a dominação, na atualidade, são incapazes de dar conta da disseminação dos centros e da pluralidade de referências.

A esse assunto Vygotsky refere-se como as funções psíquicas serem, na realidade, relações internalizadas de ordem social, constituindo o fundamento da estrutura social da personalidade. Nesse sentido, autor reitera que o desenvolvimento cultural da criança abrange uma sociogênese ou uma reprodução de comportamentos superiores. Poder-se-ia afirmar, então, que “a natureza do homem vem a ser o conjunto das relações sociais convertidas em funções da personalidade. [...] Vemos nessa tese a expressão mais completa de todo o desenvolvimento cultural” (VYGOTSKY, 1995 apud FREITAS; KUHLMANN, 2002, p. 121).

Entende-se, portanto, que a identidade do indivíduo vai se construindo ao longo da vida, a partir das interações entre o eu e a sociedade. Na concepção freudiana, a imagem do eu como inteiro e unificado é algo que a criança aprende apenas gradualmente, sendo formada em relações com os outros, nas complexas negociações psíquicas inconscientes. De acordo com Hall (2006, p. 11), esse sujeito sociológico reflete a “crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o sujeito não é autossuficiente, mas formado nas relações com quem é importante para ele, mediadores dos valores, sentidos e símbolos do mundo que ele habita”.

Percebe-se, dessa maneira, que é nesse contexto de mimetizações e ressignificações que as crianças e os adolescentes, de forma especial os imigrantes e seus descendentes, estão inseridos e participam. De diferentes maneiras, vão se apropriando das experiências vividas e construindo suas formas de pensar e de agir. Conhecer as teorias, compreender as causas, as razões e a contextualização das produções, bem como seus valores subjetivos, faz toda a diferença nas práticas educativas, podendo, inclusive, transformar o olhar do educador, de modo a não estagnar o processo de reconstrução e ressignificação, mediante as relações sociais constantemente construídas.

Alunos imigrantes, processo de avaliação escolar e impacto social da inserção

Todo processo avaliativo de alunos – sejam estrangeiros ou não – envolvem questões delicadas e particularidades que precisam ser consideradas. Cada criança/adolescente possui seu próprio ritmo de aprendizagem e desenvolvimento. En-

tretanto, ao se avaliar crianças imigrantes no Ensino Fundamental, a questão se torna ainda mais melindrosa. De acordo com o relato de professoras que receberam Tevestina e Jean, ambos não alfabetizados, “o atendimento foi feito com base na empatia” (PROFESSORA 6, 2021) e “priorizando o aspecto sócio-emocional-afetivo” (PROFESSORA 3, 2021). A segunda entrevistada acrescenta que “ele [o aluno imigrante] precisa se sentir aceito, acolhido, seguro de que mesmo estando longe de seu país, comunidade familiar e pais, nós estávamos disponíveis para e com ele” (PROFESSORA 3, 2021). Ambas as entrevistadas afirmam que, no decorrer do ano, as avaliações diagnósticas passaram a ser feitas como as dos demais alunos, levando-se em conta aspectos como interesse, atenção, participação e envolvimento.

Como eles apresentaram desempenhos satisfatórios, estando bem envolvidos e apresentando um desenvolvimento gradual e constante, nós como professoras estávamos felizes da vida, pois foi uma montanha de habilidades e competências que ele [o aluno Jean] se apropriou, muitas delas até antes dos alunos brasileiros (PROFESSORA 3, 2021).

Para uma das professoras que teve contato com os alunos haitianos nos mais diferentes níveis, a avaliação é um processo contínuo e não isolado, em que desde a organização do material deve ser analisada. “No início, realizava as provas individualmente lendo em voz alta, para que pudessem responder de forma oral. Com o passar do tempo, quando se sentiam capazes, podiam responder através da escrita” (PROFESSORA 4, 2021). Para Certeau (1998, p. 43), “um trabalho para as práticas orais da língua deve empenhar-se por restituir a sua le-

gitimidade lógica e cultural às práticas cotidianas e segundo o autor, se torna uma pesquisa complexa porque volta e meia essas práticas exacerbam e desencaminham nossas lógicas”. Os demais profissionais, também, declararam que, inicialmente, a avaliação dos alunos haitianos foi diferenciada, considerando as dificuldades com a língua e outras particularidades, mas que ainda no primeiro ano, passou a ser realizada, conforme as dos demais colegas.

Analisar os processos de inserção de alunos imigrantes nas escolas ou mesmo de imigrantes adultos na sociedade contempla considerar os impactos decorrentes em ambas as partes envolvidas. Por unanimidade, as educadoras entrevistadas consideram positiva essa interação entre alunos brasileiros e estrangeiros: “A presença de diferentes culturas em uma sala de aula enriquece a aprendizagem da turma” (PROFESSORA 5, 2021) e “a aceitação da diversidade e desenvolvimento da empatia” (PROFESSORA 6, 2021). Outra professora (2021) complementa que “o impacto foi positivo para eles [os alunos], mas também para nós [referindo-se aos professores], pois a inclusão aconteceu e a diversidade cultural ampliou nossos horizontes para crenças, costumes, padrões coletivos até então desconhecidos por nós”. “É um aprendizado mútuo, tanto de conteúdo, quanto de relacionamentos”, afirma a professora 7 (2021). “Percebo que as crianças brasileiras estão se abrindo e entendendo a miscigenação de raças que o Brasil é. E que a cor da pele é o que menos importa. Quem sabe, daqui a alguns anos, possamos falar em pessoas e não na cor da sua pele”, complementa a professora 1 (2021).

Canclini (2011, p. 19) define hibridização como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar

novas estruturas, objetos e práticas”. No entanto, esse mesmo conceito pode referir-se a processos interétnicos e descolonização, globalizadores, cruzamentos de fronteiras e fusões artísticas, literárias e comunicacionais (BHABHA, HANNERZ, CLIFFORD, HALL apud CANCLINI, 2011). A formação genticamente brasileira, em todo o seu território, constitui um exemplo incontestável dessa hibridização proposta por Canclini. Ao se referir ao processo de hibridização, todavia, não se tenciona considerar uma “fusão sem contradições” (CANCLINI, 2011, p. 18), mas um meio de abranger, também, as particularidades dos conflitos gerados pela diversidade de culturas presentes na sociedade moderna.

Não há dúvidas de que a interação multicultural tende a enriquecer as relações sociais. Nas palavras de Tedesco (2019, p. 327), “a integração dos estrangeiros depende também da integração da sociedade em si mesma”. Para que essa interação cultural ocorra de modo a não oprimir ou discriminar, faz-se necessário, contudo, que se busquem caminhos eficazes que favoreçam as relações interétnicas. A partir das entrevistas realizadas e por relatos proferidos em encontros cujos debates perpassam o tema das imigrações, constata-se que poucas são as políticas públicas ou ações em atenção a essa demanda crescente da população. Todos os entrevistados, sejam de órgãos e entidades ou profissionais da educação, referem a falta de preocupação do poder público e preparação oferecida para receber os imigrantes. De fato, nem os professores, nem os alunos estão preparados para essa nova realidade que se constrói. O professor precisa se adequar e “descobrir as melhores formas de tentar garantir uma aprendizagem de qualidade a esses novos alunos” (PROFESSORA 5, 2021). Faz-se necessário e urgente pensar em políticas públicas “onde ocorra de forma eficaz

a acolhida e a adaptação desses imigrantes” (PROFESSORA 4, 2021). Oferecer a esses profissionais diretamente envolvidos nos processos de acolhimento, respaldo e condições – seja através de orientações específicas, promoção de encontros para trocas de experiências ou políticas educacionais propriamente – é essencial para a eficácia da inclusão.

“Um dos pressupostos e exigências de políticas públicas deve bater na tecla da necessidade da aprendizagem na língua. Essa é fundamental; não é critério absoluto, mas é um grande passo” (TEDESCO, 2019, p. 331). Nesse sentido, em sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores, realizada em 22 de fevereiro do corrente ano, foi indicado ao Poder Executivo a disponibilização de curso gratuito de português para imigrantes residentes do município de Marau³⁶. Segundo a autora da indicação (2021), através de conversa e relatos com a comunidade, evidenciou-se a dificuldade de comunicação com as pessoas, sendo que alguns imigrantes ficam chateados e irritados por não serem compreendidos, especialmente nos estabelecimentos comerciais.

É um momento muito importante e necessário porque nós precisamos dar qualidade de vida para as pessoas que aqui chegam sem conhecer nada, sem conseguir se comunicar, sem conseguir entender a nossa língua. Nós temos também a obrigação de dar um suporte para essas pessoas [...], incluindo em outras áreas (ELISABETE DALL’AQUA ALBAN, 2021)³⁷.

³⁶ Indicação nº 008/2021, de autoria da vereadora Elisabete Dall’Aqua Alban, pronunciada na sessão ordinária de 22/02/2021. Disponível em: <<http://www.cvmarau.com.br/em-pauta/anais-do-legislativo>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

³⁷ Pronunciamento da vereadora na referida sessão.

Conforme os anais da mencionada sessão legislativa, a Secretaria de Desenvolvimento Social está buscando parcerias para não só cursos gratuitos de português, mas também cursos profissionalizantes para inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, além de oficinas de arte e cultura. Além disso, pretende-se criar uma rede de atendimento ao imigrante, a fim de auxiliá-lo nas regularizações junto à Polícia Federal, por exemplo³⁸.

Ainda em 2021, o SAOI – Serviço de Atendimento e Orientação aos Imigrantes – retomou as aulas de língua portuguesa para imigrantes em Marau, objetivando o acolhimento, garantia de direitos sociais básicos, convivência social e inserção no município que escolheram viver, além de contribuir com outros projetos existentes no município. “O objetivo é criar possibilidades de empoderamento e emancipação social dos imigrantes. Uma das formas é auxiliar no ensino da língua portuguesa, além do acolhimento, para depois conseguirmos inseri-los na comunidade e no mercado de trabalho, possibilitando uma convivência comunitária e humanizada em sociedade”³⁹. A manchete da retomada das aulas, divulgada em rede social de emissora de rádio local, inicia com o seguinte questionamento “Imagine se você saísse hoje de seu país e tivesse que construir uma nova vida, em um lugar onde você não conhece as pessoas, os costumes e nem a língua utilizada para a comunicação?”⁴⁰. O texto, de caráter apelativo, pode constituir uma forma de sensibilizar a comunidade. Conforme afirma a assistente social, voluntária

³⁸ Anais da sessão ordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Marau, de 22/02/2021. Disponível em: <<http://www.cvmarau.com.br/em-pauta/anais-do-legislativo>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

³⁹ Reportagem do Jornal Folha Regional, 2021.

⁴⁰ Fonte: Página em rede social da Tua Radio Alvorada. Disponível em: <https://www.tuaradio.com.br/Tua-Radio-Alvorada/noticias/geral/02-06-2021/voluntarios-oferecem-oficinas-de-lingua-portuguesa-aos-imigrantes-que-residem-em-marau>. Acesso em: 25 jun. 2021.

do SAOI, “o mais importante, para além das oficinas, é o acolhimento destas pessoas, para elas se sentirem parte daqui. A gente sabe que existe preconceito, que existe todo um conjunto de fatores que deixam eles sozinhos” (CENCI, 2021)⁴¹.

O aluno Odel Dominique⁴² relata na entrevista divulgada que fala um pouco português – diferentemente de outros imigrantes entrevistados nesta pesquisa -, mesmo já estando no município há um ano e dois meses. Para ele, a língua portuguesa é “muito difícil, muita regra para falar”⁴³. Outra voluntária do SAOI afirma, na mesma entrevista, que não é só a questão linguística envolvida, mas os costumes, os hábitos, a religião e a cultura de cada um. Em sua opinião, o município soube acolher bem. “É difícil, mas não é impossível” (BONAMIGO, 2021). Segundo a voluntária, os imigrantes que chegam hoje (2021) em Marau, em relação a quando começaram, se sentem mais acolhidos e fazendo parte do ambiente⁴⁴. De acordo com Bhabha (1998, p. 21), “a articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura dar autoridade aos hibridismos culturais”. Dessa forma, é possível afirmar que as culturas ditas nacionais estão cada vez mais sendo constituídas, a partir de perspectivas de minorias, as quais, ao se entrecruzarem, com-

⁴¹ Kenia Cenci é formada em Serviço Social. Juntamente com outros voluntários, desempenha atividades no SAOI. (TUA RADIO ALVORADA, 2021). Disponível em: <https://www.tuaradio.com.br/Tua-Radio-Alvorada/noticias/geral/02-06-2021/voluntarios-oferecem-oficinas-de-lingua-portuguesa-aos-imigrantes-que-residem-em-marau>. Acesso em: 25 jun. 2021.

⁴² Aluno do SAOI.

⁴³ Entrevista para a Tua Rádio Alvorada. (TUA RADIO ALVORADA, 2021). Disponível em: <https://www.facebook.com/tuaradioalvorada/videos/302821631504248>. Acesso em: 25 jun. 2021.

⁴⁴ Juliana Bonamigo é professora municipal e voluntária do SAOI. (TUA RADIO ALVORADA, 2021). Disponível em: <https://www.facebook.com/tuaradioalvorada/videos/302821631504248>. Acesso em: 25 jun. 2021.

põem o multiculturalismo que, por sua vez, engloba uma complexidade de situações.

No entanto, essa miscigenação de culturas pode ocasionar algumas perdas e esquecimentos de traços originais ou, como refere Burke (2010), de tradições regionais e de raízes locais. As trocas ocorridas, durante e através dos encontros culturais, podem acontecer de maneiras diversas e, por vezes, em detrimento de alguém. O primeiro tipo de troca – a aceitação ou acolhida, visível nas relações sociais apresentadas neste estudo – é um reflexo da tolerância e da mente aberta. Porém, nem sempre é dessa maneira. Em toda a história, inúmeros são os registros de guerras e conflitos motivados por diferenças culturais e intolerâncias à diversidade. Pelas referências obtidas através dessa pesquisa, percebe-se que ainda hoje existem práticas de discriminação e preconceito nas sociedades, umas mais evidentes, outras mais veladas. Todavia, se esquece ou não se considera, conforme palavras do autor acima citado, que dificilmente uma cultura é totalmente pura. Mesmo sem saber, no passado, as tradições foram se cruzando e, como já mencionado, dando origem a novas formas mistas (BURKE, 2010).

Outro tipo de troca visível nas relações de migração, a qual também pode ser comprovada nessa pesquisa, é a resistência à aceitação do estrangeiro “na defesa das fronteiras culturais contra a invasão” (BURKE, 2010, p. 81). Embora considerada bastante receptiva, algumas menções foram feitas em relação ao pensamento de que o imigrante chega para “roubar os empregos”, como mencionou em depoimento a voluntária da Pastoral da Acolhida de Marau (2020). A sociedade vê nessa resistência uma forma de proteger o que supõe ser seu, no caso, os empregos locais.

Uma terceira classificação das trocas culturais afirmada pelo autor citado é a reação de segregação. Além disso, se observou, através dessa pesquisa, que os imigrantes tendem a agrupar-se entre os seus iguais e isolar-se dos demais grupos da sociedade, como ocorre nas manifestações religiosas, também relatadas pelas entrevistadas da Pastoral da Acolhida (2020). A segregação cultural de imigrantes varia com a sua própria cultura e com o meio urbano onde tentam se estabelecer. Ocorre, geralmente, que as pessoas vivem uma “vida dupla, ou seja, na cultura anfitriã durante o horário de trabalho e em sua cultura tradicional nas horas de lazer” (BURKE, 2010, p. 90).

De acordo com Canclini (2011, p. 23), “quando se define uma identidade mediante uma abstração de traços, frequentemente se tende a desvincular essas práticas da história de mistura em que se formaram”. A consequência, segundo o autor, é a criação de um modo absoluto de entender a identidade e a rejeição das maneiras heterodoxas de interpretar as tradições. Inevitavelmente, com o passar do tempo, os imigrantes – que no caso são a minoria na comunidade de destino – precisarão incorporar valores e tradições locais para se inserirem na sociedade e, conseqüentemente, poderão perder parte de sua identidade genuína. Por esse motivo, pode-se afirmar, em concordância com Hall (2006), que as culturas modernas estão em mudanças rápidas e constantes, uma vez que a mobilidade humana é característica própria das sociedades modernas.

A educação, nas mais diversas práticas e disciplinas, pode constituir uma fonte de inúmeras possibilidades de expressão. Convém, no entanto, pontuar aqui a influência das mídias, canalizando a atenção para uma mesma opção, gerando a “cultura de massa”, já apresentada por Adorno (1985). Os críticos temem a perda do sentimento de pertencimento a algum lugar, tam-

bém preconizada pela perda da aura dos objetos por Benjamin (1975). Estes objetos podem ser entendidos como *objetos culturais* (grifo da autora), correspondendo às tradições, aos valores, aos costumes e aos padrões de determinado povo ou etnia, os quais poderão vir a ser persuadidos pela ditadura imposta por uma cultura de massa, a qual, além disso, evidencia uma supremacia de poder. Toda a produção – seja textual ou pictórica – tem um lugar de produção, ou seja, é produzida por alguém que está inserido em determinado tempo e local e, justamente por este motivo a necessidade de uma leitura crítica, à luz de valores, costumes e circunstâncias em que foram produzidos.

Há, ainda, um último contraponto a ser feito, a partir da concepção de Burke (2010, p. 111), que reside na ideia de que, se na atualidade as “culturas submersas estão recebendo maior atenção, uma espécie de revolta dos oprimidos”, pode-se presumir ou prever que isso ocorrerá com a globalização. Entretanto, mesmo que venha a acontecer, será incontestavelmente difícil a tarefa de elencar traços culturais pertencentes a um ou a outro grupo étnico, haja vista que a miscigenação e a mestiçagem ocorrem desde os primórdios das civilizações. Torna-se evidente, no entanto, pelo abordado no presente estudo, que os antepassados negros, tanto no Brasil como em outras partes do mundo – no Haiti, por exemplo – foram ousados e guerreiros para construir a história e ainda hoje lutam para conquistar o seu espaço e seu reconhecimento histórico.

“É preciso estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade; quem quiser tratar separadamente a política e a moral nada entenderá de nenhuma das duas” (FREITAS; KUHLMANN, 2002, p. 106). “Só se conhece o que se tem intenção de conhecer, entende-se apenas o que precisa entender, a necessidade cria o conhecimento” (SAYAD, 1998, p. 16). A

partir dessas ideias, constata-se que, também, a sociedade receptora se modifica com a presença dos imigrantes, embora ainda exista preconceito e discriminação permeados nas relações interpessoais. Segundo Tedesco (2019), aceitar o outro vai além de simplesmente conhecer algumas informações sobre a sua cultura ou seu país de origem. É preciso saber ouvi-lo, compreendê-lo, desconstruir a imagem negativa acerca do imigrante. Faz-se necessário desenvolver um pensamento aberto, flexível e inclusivo, através de encontros que possam despertar o interesse da comunidade autóctone em relação aos imigrantes para também aprender com eles. “O imigrante não deve apenas absorver e integrar os fatores presentes e consolidados na sociedade de destino, mas essa também deve fazer a viagem inversa” (TEDESCO, 2019, p. 326).

Acredita-se, fervorosamente, que a maneira mais eficiente de se promover uma mudança nos paradigmas preconceituosos e discriminatórios da sociedade é através da educação. Todas as formações sociais e encontros de trocas culturais perpassam, em algum momento, por um espaço educativo, seja uma escola pública, privada ou de ensino superior. Nesses espaços, se constroem as bases dos relacionamentos interpessoais, multiculturais, em que se pode considerar de fato um local onde as diferenças se evidenciam. “Se as impressões da experiência dependem da sensibilidade do indivíduo, sua eficácia depende da educação em sociedade. [...]. Educar pode ser desnaturalizar. Mas pode também tornar eficaz a experiência individual” (FREITAS; KUHLMANN, 2002, p. 109). A partir da construção de novos valores na escola, pode-se ambicionar por uma sociedade mais justa, igualitária e humanizada num futuro não muito distante.

Através das pesquisas – bibliográficas e entrevistas – realizadas, pode-se estabelecer um panorama, embora, de certa

forma, generalizado, da situação da imigração haitiana no município de Marau, correlacionando-o com outras localidades do país. Como afirmado em outras passagens no decorrer desta pesquisa, a principal motivação da diáspora haitiana para o Brasil foi a busca por oportunidades de trabalho; para Marau, não foi diferente. Observa-se que o imigrante haitiano migra, inicialmente, sozinho para somente após se estabilizar trazer sua família. Evidencia-se, portanto, a preocupação com o trabalho e a oferta de melhores condições de vida para seus familiares.

Como consequência desse estabelecimento da família no destino, inicia-se o processo de inserção das segundas gerações, os filhos dos imigrantes, nas escolas públicas locais, exigindo a adequação das instituições e profissionais, a fim de atender à demanda de forma integralizadora, bem como a adaptação das crianças às novas culturas. Dessa forma, pelo disposto no presente capítulo, percebe-se que esse processo não é simples, uma vez que não há respaldo dos órgãos governamentais, nem subsídios que possam auxiliar os educadores. Constatase, portanto, que é preciso ainda fomentar o debate acerca dessa temática, na busca de melhores condições para o devido acolhimento e inserção plena dos imigrantes nas sociedades de destino, de modo a não somente aceitá-lo, mas que ele possa desenvolver, de fato, o protagonismo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos migratórios sempre fizeram parte da história da humanidade, no entanto percebe-se mais notoriamente que, com a globalização, se tornaram crescentes nas últimas décadas, fomentando, também, os debates acerca do tema. Conforme Hartog (2006), embora o século XX tenha sido o que mais se preocupou com futuro, ainda constitui o que mais construiu e massacrou em seu nome e, ao mesmo tempo, especialmente a partir da segunda metade, se descobriu inquieto em busca de suas raízes. A diáspora haitiana observada para diversas partes do mundo é apenas um dos exemplos dessa mobilidade humana através dos anos. Vitimado por duros golpes políticos e econômicos, durante toda a sua história de colonização e independência, agravados por catástrofes naturais, viu sua população obrigada a deixar o país em busca de melhores condições de sobrevivência.

Vários fatores contribuíram para que o Brasil fosse escolhido como um dos principais destinos do fluxo migratório haitiano: Missões de Paz, acordos de política externa, facilidades na obtenção de vistos e entrada nas fronteiras e, principalmente, a imagem divulgada de um país receptivo aos imigrantes, com farta oferta de emprego. Ocorre, na realidade – e isso não classifica as afirmações positivas como inverdades – que o Brasil, tanto o governo, quanto a sociedade em geral, não esperavam, nem estavam preparados para um contingente demasiado numeroso a ser acolhido e atendido, nas mínimas condições de infraestrutura e atenção básica à saúde e à educação. Tal fato acarretou que as cidades e as comunidades precisaram se adaptar e amparar esse fluxo migratório da forma que lhes foi possível, com os recursos de que dispunham.

Através deste estudo, buscou-se levantar dados e informações sobre a migração haitiana para o município de Marau/RS, para melhor compreender as causas e as circunstâncias em que ela aconteceu, fato este que ocasionou a matrícula de vários alunos – crianças e adolescentes – no espaço público e escolar. Logo, como consequência, a busca por parte das instituições e dos docentes da melhor maneira de recebê-los, por vezes não alfabetizados, tampouco capazes de se comunicar, devido à barreira linguística, proporcionando-lhes a devida aprendizagem.

Não obstante, pretendeu-se, com o presente trabalho, investigar como se dá a apropriação e o sincretismo cultural, bem como a consequente reconstrução da identidade e do pertencimento em ambas as partes envolvidas no processo, tanto em quem chega como em quem recebe, uma vez que as transformações nas sociedades ao longo do tempo vão produzindo também efeitos nos modos de pensar dos homens e, conseqüentemente, afetam os próprios modos de agir e de

viver. Essa afirmação é muito mais evidente no século XX e início do século XXI, onde a sociedade moderna é caracterizada pelo hibridismo cultural. De acordo com Burke (2010), não existe uma fronteira cultural entre os grupos, é impossível dizer onde termina um e outro começa. Dessa forma, pode-se afirmar que os sujeitos modernos se constituem por esse hibridismo, essa mistura de culturas, ocasionando assim, uma cada vez maior dedicação e atenção por parte dos historiadores “aos processos de encontro, contato, trocas e hibridização cultural” (BURKE, 2010, p. 16).

Investigar e estudar o processo das formações culturais serve para conhecer formas de situar-se e entender como se produzem as hibridações, uma vez que o pós-modernismo contempla vários estilos e traços de culturas distintas. Os cruzamentos constantes das identidades e as relações materiais e simbólicas entre os grupos produzem encontros, acréscimos e, por vezes, diminuições de traços de determinada cultura em favor de outra. Como já afirmado, todas as sociedades modernas são frutos desses intercâmbios entre culturas, trocas e assimilações, ocorridos em algum momento de sua constituição.

Segundo Tedesco (2010b, p. 14), “os imigrantes são mais do que simples vítimas dos processos de globalização: lutam pela inclusão, pela inserção nos espaços de maneira menos traumática, enfrentam legislações restritivas, encurtam distâncias e amenizam estigmas”. Além disso, os cruzamentos e a confluência das tradições podem ser também fontes de preconceitos e estranhamentos. Assim, acredita-se que, através das questões levantadas e pontuadas a partir deste estudo, pode-se contribuir para o entendimento das migrações, não somente como uma consequência da globalização, mas como um fato inerente à própria constituição da humanidade, que em toda a sua histó-

ria lutou pela sua sobrevivência. Ademais, as sociedades onde os imigrantes se fazem presentes tendem a serem enriquecidas culturalmente, uma vez que as migrações representam um fenômeno social totalizante de experiências humanas e sociais, em ambas as sociedades envolvidas (TEDESCO, 2010b).

Considerando tais questões e analisando os relatos, gentilmente, feitos para essa pesquisa, constata-se que as imigrações para o município de Marau, especialmente observando os alunos inseridos na escola em análise, são uma adaptação, incorporando partes em uma estrutura tradicional. Em outras palavras, os imigrantes são incluídos na cultura já existente e partes de sua cultura acabam por ser ressignificadas, logo incorporadas às tradições locais. Esse processo de troca cultural foi denominado por Lévi-Strauss de “bricolagem” (BURKE, 2010, p. 91). Assim, pode ser definida como um movimento duplo de descontextualização e recontextualização, ou em outras palavras, desconstrução e reconstrução, sendo aplicado às tradições e aos costumes, como também às relações identitárias. Através da reconstrução da identidade do eu, o sujeito acaba copiando traços da cultura dominante, para adaptar-se à realidade local. Produzir cultura não é difundir uma doutrina, mas sim desencadear nas pessoas um processo de auto identificação histórica. Nessesentido, acredita-se que a escola básica deve preconizar a cultura do conhecimento e organização da própria personalidade, através da consciência do local a que pertence, assim como sua origem, compreendendo seu próprio valor histórico, direitos e deveres.

De acordo com Bhabha (1998), a articulação das diferenças culturais, os entre-lugares produzidos, fornecem o terreno para a elaboração de estratégias que dão origem a novos signos de identidade, contribuindo na colaboração e na contes-

tação no ato de definir a própria ideia de sociedade. A escola desenvolve uma função prioritária não só no crescimento cognitivo da criança, mas também pela noção da dimensão social, histórica e cultural que propicia e pela correlação entre desenvolvimento psicológico, socialização e formação cultural. É no espaço escolar que se possibilita a convivência com as diferenças, conseqüentemente se manifestam as tensões e, justamente por isso, se desenvolve o exercício da alteridade e, através dele, do pertencimento e da construção da consciência coletiva.

Conforme Sayad (1998), à medida em que as relações interpessoais dos imigrantes nas sociedades de destino se prolongam, se ampliam ou intensificam, ou seja, à medida em que os imigrantes saem das restrições tradicionais impostas pelas sociedades e vão conquistando novos espaços, modificando a definição dominante que se dá dele e da imigração; a representação que a sociedade tem dele e ele de si próprio, bem como o tratamento social e científico ganham em extensão e compreensão. Em outras palavras, a partir do momento em que a sociedade autóctone passa a conhecer verdadeiramente o ser imigrante, para além da mera aceitação, compreendendo e o reconhecendo como sujeito de direitos e potenciais, pode enriquecer culturalmente e ele, o imigrante, almejar o seu protagonismo. “O importante não é educá-los, mas levar o negro a não ser mais escravo de seus arquétipos” (FANON, 2008, p. 47).

Por todos os aspectos mencionados e abordados no presente trabalho, conclui-se que, através do conhecimento do outro e da aceitação do novo, pode-se desenvolver uma relação recíproca de respeito e valorização. A sociedade do município em estudo, assim como em algumas outras localidades, comprovado pelas pesquisas científicas que embasaram este estudo, ainda é permeada por valores culturais conservadores, os

quais, por vezes, podem acarretar situações de preconceito ou discriminação, embora de forma inexplicita. Marau é uma cidade de descendência predominantemente italiana, o que faz com que o estranhamento seja intrínseco à comunidade, mesmo que de forma velada. A escola, por sua vez, reproduz em seu interior os conflitos da sociedade.

Todavia, mediante o estudo *in loco* referido na pesquisa, ainda se conclui que, por se tratar de um município de pequeno porte e, conseqüentemente, de escolas menores, onde a relação escola-aluno-família-comunidade pode se construir de forma mais intimista e estreita, é possível abrandar as situações adversas, por assim dizer, mas inerentes aos processos de reconstituição social da modernidade, os quais são baseados nas relações interétnicas e multiculturais. Com empenho e esforço de todas as partes envolvidas nos processos migratórios – autoridades, gestores, educadores, autóctones e imigrantes – pode-se mudar o paradigma do preconceito e da rejeição e, de fato, mudar as relações sociais da modernidade, a partir da educação, do espaço escolar e de ações na comunidade, ressignificando e reconstruindo as relações identitárias da sociedade.

Faz-se necessário e urgente desarraigar a visão da sociedade em relação ao imigrante – não só para com os haitianos mencionados nesse estudo, mas com os estrangeiros de modo geral – qualificando-os uniformemente como provenientes de países pobres, onde passavam fome e esse motivo, exclusivamente, os fez buscar uma nova pátria. Evidentemente, tal fato exerceu grande influência nas migrações; mas além dele, outros fatores também devem ser considerados, como a determinação na busca pelo aprimoramento dos estudos, pelo trabalho mais rentável e por melhores condições de vida. É preciso desmistificar a alegoria de vítima comumente atribuída ao imigrante,

bem como aquele que vem para roubar o emprego dos autóctones, para, efetivamente, reconhecê-lo como um agente ativo no processo de construção das sociedades modernas e autor de sua própria história. Adquire, dessa forma, igual importância fomentar nas crianças imigrantes nas escolas, bem como nos adultos na sociedade, o sentimento de orgulho de sua origem e capacidade de buscar o melhor.

Os estudos referentes aos processos migratórios permanecem em constante debate. Alguns aspectos, especialmente a partir das manifestações orais e relatos - tanto dos imigrantes quanto da sociedade receptora - novas e diferentes abordagens, entrevistas e registros podem ser feitos e aprofundados, os quais, devido à situação pandêmica que se instalou mundialmente no período de desenvolvimento da presente pesquisa, não foram possíveis de serem realizados. Acredita-se que essa temática ultrapassa o campo histórico ou educacional, configurando um importante aspecto da constituição das sociedades modernas, o qual não pode mais ser desconsiderado nos estudos que têm por referência a observação e a análise das relações interpessoais e sociais.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKEIMER, Max. *A dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

AGÊNCIA BRASIL. *ONU encerra missão no Haiti comandada pelo Brasil*. 2017. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-10/onu-encerra-missao-no-haiti-comandada-pelo-brasil>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

ALBERTI, Verena. *Ouvir Contar: Textos em história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALEXANDRE, Ivone J. *A presença das crianças migrantes haitianas nas escolas de Sinop/MT: o que elas visibilizam da escola?* 2019. 211f. Tese (Doutorado em Sociologia) –Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11681>>. Acesso em: 02 set. 2020.

ALPHONSE, Fritznel. *História, migração, racismo e xenofobia brasileira: diálogo sobre os haitianos no Brasil desde 2010*. VI Seminário Discente, Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS, 2018. Disponível em: <https://www.academia.edu/37816709/HIST%C3%93RIA_MIGRA%C3%87%C3%83O_RA_CISMO_E_XENOFOBIA_BRASILEIRA_DI%C3%81LOGO_SOBRE_OS_HAITIANOS_NO_BRASIL_DESDE_2010>. Acesso em: 07 set. 2020.

ANDRADE, Everaldo de O. *A primeira ocupação militar dos EUA no Haiti e as origens do totalitarismo haitiano*. Revista eletrônica da ANPHLAC, São Paulo, n. 20, jan./jul. 2016, p. 173-196, 2016. Disponível em: <<http://revistas.fflch.usp.br/anphlac/article/view/2492/2248>>. Acesso em: 21 set. 2020.

ANTOINE, Dominique; AMARAL, Wagner R. *Política Social e Acesso*

ao Ensino Fundamental no Haiti em Debate. *XVII Sedu - Semana da Educação*. I Congresso Internacional de Educação Contextos Educacionais: Formação, Linguagens e Desafios. Londrina/PR, 2019. Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivos/Anais/2019/EIXO%208/25.%20POLITICA%20SOCIAL%20E%20ACESSO%20AO%20ENSINO%20FUNDAMENTAL%20NO%20HAITI%20EM%20DEBATE%20art.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2020.

ARAÚJO, Dina et al. Notas Metodológicas. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). *A Imigração Haitiana no Brasil: características sócio demográficas e laborais na Região Sul e no Distrito Federal*, v. 3, 2019, p. 10-22. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/publicacoes/A_imigra%C3%A7%C3%A3o_Haitiana_no_Brasil_Caracter%C3%ADsticas_Demogr%C3%A1ficas_na_regi%C3%A3o_Sul_e_no_Distrito_Federal.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

ARQUIDIOCESE JUIZ DE FORA. *Missão Haiti*: parte 2. 2017. Disponível em: <<https://arquidiocesejuizdefora.org.br/missao-haiti-parte-2/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

BAGGIO, Roberta C.; NASCIMENTO, Daniel B. Do Estatuto do Estrangeiro à nova Lei de Migração no Brasil: breves apontamentos. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). *Migrações e Direitos Humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2018.

BARROS, Carolyne R. *Trabalho e território de haitianos na região metropolitana de Belo Horizonte: Precariedade e Resistência*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2017.

BBC News. *A multa astronômica que um dos países mais pobres do mundo teve que pagar por sua independência*. 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46721129>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

BBC News. *Jovenel Moïse: 4 incógnitas sobre o assassinato do presidente do Haiti*. 2021. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57875162>>. Acesso em: 07 out. 2021.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução*. São Paulo: Abril Cultural, 1975.

BHABHA, Hommi. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, 1989.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A Reprodução*. Trad. De Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1975.

BRASIL. *Epidemia de cólera no Haiti leva ONU ao banco dos réus*. 2020. Disponível em: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=3729636&_101_type=content&_101_groupId=18107&_101_urlTitle=epidemia-de-co-lera-no-haiti-leva-onu-ao-banco-dos-reus&inheritRedirect=true#.Xp4SWf1KjIU>. Acesso em: 01 out. 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Conare*. Disponível em: <<https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Portal de imigração: informações gerais*. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/informacoes-gerais-2>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. Exército Brasileiro. *Comando de operações terrestres: missão de paz individual*. 2020. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/missao-individual-divmispaz>>. Acesso em: 05 fev. 2020.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *República do Haiti*. 2020. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/5221-republica-do-haiti>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

_____. Polícia Federal. *Portaria Interministerial nº 12*, de 13 de junho de 2018. 2018. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/cedula-de-identidade-de-estrangeiro/documentos-necessarios-para-registro/reuniao-familiar/Residencia%20com%20base%20em%20reuniao%20familiar>>. Acesso em: 16 jun. 2020.

_____. Presidência da República. *Lei nº 13.445*, 24 de maio de 2017a. Lei da Migração. 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm>. Acesso em: 14 maio 2020.

_____. Polícia Federal. *Dados 2017*. 2017b. Disponível em: <<http://>>

www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/sincre_2017.xlsx/view>. Acesso em: 11 fev. 2020.

_____. *Resolução Normativa CNIg nº 97*, de 12/01/2012. 2012. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.340*, de 07 de agosto de 2006. Lei Maria daPenha. 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em: 07 set. 2020.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*: LDB. 9394/1996. São Paulo:Saraiva, 1996.

_____. Constituição (1988). *Constituição Federativa do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 ago.2020.

_____. Presidência da República. *Lei nº .6815*, de 19 de agosto de 1980. Estatuto do Estrangeiro. 1980. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6815.htm#:~:text=Define%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADdica%20do,o%20Conselho%20Nacional%20de%20Imigra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 07 ago. 2020.

_____. Presidência da República. *Decreto nº 19.841*, de 22 de outubro de 1945. 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 24 jan. 2020.

BRITANNICA ESCOLA. *Introdução*. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/Toussaint-Louverture/482697>>. Acesso em: 24 jan.2020.

_____. *Mapa do Haiti*. 2020. Disponível em: < <https://cdn.britannica.com/25/62425-073-7A52FA2C.gif> >. Acesso em: 30 nov. 2020.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2010.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MARAU. *Mapa da localização do município de Marau no RS*. Disponível em: <<http://www.portalnet.com.br/jardel/camara/institucional.php>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

_____. *Anais das sessões ordinárias*. Disponível em <<http://www.cvmarau.com.br/em-pauta/anais-do-legislativo>>. Acesso em Acesso

em 16 mar. 2021.

CANCLINI, Nestor G. *Culturas híbridas – estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pereira Cintrão. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

_____. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Trad. Ana Regina Lessa e Heloísa Pereira Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2019.

CARVALHO, Francismar. A. L. de. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. *Diálogos*, Maringá, v. 9, n. 1, 2005, p. 143-165.

CAVALCANTI, Leonardo et al. *A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região e no Distrito Federal*. V. 3. 2019. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/publicacoes-obmigra/Livro_V3_sumario_atualizado.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

_____. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2017*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2017. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/dados_anuais/RELATORIO_FINAL_PDF_CR GD.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio T.; MÂCEDO, Marília (Org.). Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2020*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2020. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/dados/relatorio-anual/2020/OBMigra_RELAT%C3%93RIO_ANUAL_2020.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

_____. Imigração e Refúgio no Brasil. *Relatório Anual 2019*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília: OBMigra, 2019. Disponível em: <<https://portaldeimigracao.mj.gov.br/imagens/relatorio-anual/RELAT%C3%93RIO%20ANUAL%20OBMigra%202019.pdf>>. Acesso em: 26 dez. 2020.

_____. Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. *Relatório Anual 2018*. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2018. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_aneais/RELATORIO_ANUAL_2018.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio T.; ARAÚJO, Dina. A inserção dos imigrantes no mercado de trabalho brasileiro. *Relatório Anual 2016*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília: OBMigra, 2016. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/dados_aneais/RelatorioCompleto_v8_0512_pagespilhada_comcapa.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2020.

CENTRAL DE INTELIGÊNCIA AMERICANA. *Biblioteca*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ha.html>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. _____. *A invenção do cotidiano I*. Artes de Fazer. 2. ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHAVES JÚNIOR, Eliseu de O. *Um olhar sobre o Haiti - refúgio e migração como parte da história*. Brasília: LGE Editora, 2008.

CHERY, Genevieve. *Políticas Públicas Educacionais no sul do Haiti: Processo de Construção de Desigualdades Sociais numa regionalidade periférica*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL – CBF. *Conteúdo*. 2004a. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/thumbs/910x455/201510/20151009095811_4.jpeg>. Acesso em: 08 fev. 2020.

_____. *Conteúdo*. 2004b. Disponível em: <https://conteudo.cbf.com.br/cdn/thumbs/910x455/201510/20151009095728_9.jpeg>. Acesso em: 08 fev. 2020.

CORBELLINI, Mariana D. *Haiti: Da crise à MINUSTAH*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

CORREIO DO POVO. *Após 7 anos, Haiti ainda tenta se recuperar de terremoto*. 2017. Disponível em: <<https://www.correiodopovo.com>>.

br/not%C3%ADcias/mundo/ap%C3%B3s-7-anos-haiti-ainda-tenta-se-recuperar-de-terremoto-1.221392>. Acesso em: 30 out. 2020.

COSTA, Marli M. M. da; SCHWINN, Simone A. A discriminação múltipla sobre as mulheres migrantes. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). *Migrações e Direitos Humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2018. p. 197-207.

COTINGUIBA, Geraldo C. *Aletranje: a pertinência da família na ampliação do espaço social transnacional haitiano – o Brasil como uma nova baz*. Porto Velho: Fundação Universidade Federal de Rondônia, 2019.

COTINGUIBA, Marília L. P.; COTINGUIBA, Geraldo C. Imigração Haitiana Para o Brasil: os desafios no caminho da educação escolar. *Revista Pedagógica*, Chapecó/SC, v. 17, n. 33, p.61-87, jul./dez. 2014. Disponível em: <<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/2843/0>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

DECLARAÇÃO DE CARTAGENA. 1984. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

DEMARTINI, Zeila de B. F. Infância e imigração: questões para a pesquisa. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006, p. 113-153.

DINIZ, Ariosvaldo da S. A iconografia do medo. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e Memória: ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 113-150.

EDUCAÇÃO UOL. *Imigração – italianos, alemães e japoneses substituem o trabalho escravo*. 2012. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/imigracao-italianos-alemaes-e-japoneses-substituem-trabalho-escravo.htm>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

ELHAJJI, Mohammed. Migrantes, uma minoria transnacional em busca de cidadania universal. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). *Migrações e Direitos Humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2018. p. 89-102.

EXAME. *10 anos após terremoto no Haiti, cidade de sobreviventes está esquecida*. 2020. Disponível em <<https://exame.com/mundo/10-anos-apos-terremoto-no-haiti-cidade-de-sobreviventes-esta-esquecida/>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

_____. *ONU conclui missão no Haiti preocupada com a crise do país*. 2019. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/onu-conclui-missao-de-paz-no-haiti-preocupada-com-a-crise-no-pais/>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Cláudio. *Imperialismo*. 2020. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/imperialismo.htm>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

FERREIRA, Gustavo H. G. Eleições – Haiti. In: SOUTO, Bruna Carolina da Silva et al. *Retrospectiva da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH)*. Grupo de Estudos de Defesa e Forças Armadas (GEDES). Observatório Sul-Americano de Defesa e Forças Armadas, 2017. Disponível em: <https://www.unesp.br/ge-des/produtos/arquivos/m4_u18_14112017-10-17-45.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2020.

FOLHA REGIONAL. *Oficina de língua portuguesa visa dar autonomia a imigrantes em Marau*. Ano XXIV, edição 1239, página 23. Marau, 9 de junho de 2021.

FREITAS, Marcos C.; KUHLMANN, Moisés Jr. (orgs). *Os intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

FREUD, Sigmund. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1997. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GLOBO.COM. *Forte furacão atinge o Haiti e obriga moradores do litoral a buscar abrigo*. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/chegada-do-furacao-matthew-provoca-fuga-de-haitianos.html>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

_____. *Veja fotos do Haiti logo após o tremor de 2010 e três anos após o desastre*. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/01/veja-fotos-do-haiti-logo-apos-o-tremor-de-2010-e-tres-anos-apos-o-desastre.html>>. Acesso em: 06 jan. 2020.

GOLIN, Tau. Uma cultura que mata os avós. In: *I Encontro de Nós Outros Gaúchos*, Porto Alegre, UFRGS, campus central, maio/2015.

_____. *A Fronteira*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GRANADA, Daniel; PINHEIRO, Fernanda S. Migrações contemporâ-

neas: relações de trabalho e direitos humanos no caso dos haitianos no sul do Brasil. In: MEJÍA, Margarita Rosa Gaviria (Org.). *Migrações e Direitos Humanos – Problemática Socioambiental*. Lajeado: Editora da Univates, 2018. p. 149-156.

GRECO, Musso. “Os Espelhos de Lacan”. *Opção Lacaniana Online*. Nova série. Ano II. Novembro/2011. Disponível em:

<<http://www.opcaolacanianana.com.br/nranterior/numero6/texto9.html>>. Acesso em: 13 jul.2020.

GUIA GEO. *Mapa América Central*. 2020. Disponível em:

<<https://www.guiageo.com/pictures/mapa-america-central.jpg>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p.261-273, jul./dez. 2006.

HEGEL, Georg W. F. *Textos Escolhidos*. Org. Roland Corbisier. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

IHU ON-LINE. *Brasil e os desafios da lei de migrações: entrevista especial com Rosita Milesi*. 2012. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/505828-entrevista-especial-com-rosita-milesi>>. Acesso em: 11 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Países*. Disponível em: <<https://pais.es.ibge.gov.br/#/dados/haiti>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

INSTITUTO CRISTÃO DE PESQUISA. *Defesas da Fé: Vodou*. 2019. Disponível em: <<https://www.icp.com.br/df68materia1.asp>>. Acesso em: 05 fev. 2019.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. *Migração haitiana para o Brasil*. 2012. Disponível em: <<https://www.migrante.org.br/migracoes/migracao-haitiana/migracao-haitiana-para-o-brasil/>>. Acesso em: 04 fev. 2020.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

KOURY, Mauro G. P. Você fotografa os seus mortos? In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e Memória: ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 51-94.

LE NOUVELLISTE. *Lumane Casimir Village*. 2020. Disponível em: <<https://images.lenouvelliste.com/articles/2020-01-17/QEQoL-S9EYUSRHXL.PNG>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

_____. *Lumane Casimir Village*: nas pegadas de uma ilusão. 2020. Disponível em: <<https://lenouvelliste.com/article/211108/village-lumane-casimir-sur-les-pas-dune-illusion>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

_____. *Lumane Casimir Village*. 2020. Disponível em: <<https://images.lenouvelliste.com/articles/2020-01-17/Juf6SjPFVmCro3h.jpg>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

LEE, Sabine; BARTELS, Susan. Os filhos abandonados da ONU no Haiti. *El País*, 2019. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2019-12-27/os-filhos-abandonados-da-onu-no-haiti.html>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

LOUIDOR, Wooldy E. A Solidariedade com os haitianos em Tabatinga, Amazonas Faz História. *Revista Missões*, 2012. Disponível em: <<http://www.revistamissoes.org.br/2012/08/a-solidariedade-com-os-haitianos-em-tabatinga-amazonas-faz-historia/>>. Acesso em: 14 maio 2020.

MACÊDO, Marília F. R. de. *A influência da política externa brasileira na atração de migrantes haitianos*. Brasília: Universidade de Brasília, 2019.

MACIEL, Camila. Cadastro vai permitir que imigrantes recebam Bolsa Família e outros benefícios. *Agência Brasil*, 2014. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2014-12/cadastro-vai-permitir-que-imigrantes-accessem-bolsa-familia-e-ou-tros>>. Acesso em: 17 maio 2020.

MÉDICOS SEM FRONTEIRAS. *Cólera*. 2018. Disponível em: <<https://www.msf.org.br/o-que-fazemos/atividades-medicas/colera>>. Acesso em: 12 jan. 2020.

MINCHOLA, Luís A. B. Que Lei de Migração é Essa? In: REDIN, Giuliana (Org.). *Migrações Internacionais (recurso eletrônico) – Experiências e Desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020. p. 63-85.

MIRANDA, Suelen C. de. *A imigração haitiana para o Brasil: um olhar a partir do sintagma identidade-metamorfose-emancipação*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, PUC-SP, 2017.

MISSÃO DE TRANSIÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI. Dispo-

nível em: <<https://peacekeeping.un.org/mission/past/untmih.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MISSÃO DA POLÍCIA CIVIL DAS NAÇÕES UNIDAS NO HAITI. Disponível em: <<https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/miponuh.htm>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

MOLAR, Jonathan de O. A alteridade na educação: noção em construção. *Revista NUPEM*, v.3, n. 5, 2011. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/59>>. Acesso em: 01 ago. 2020.

MORAES, Ana L. Z. de. A formação da política imigratória brasileira: da Colonização ao Estado Novo. *Revista da Faculdade de Direito: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre*, volume especial, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revfacdir/article/view/70460>>. Acesso em: 05 set. 2020.

MORAES, Isaias A. de; ANDRADE, Carlos A. A. de; MATTOS, Beatriz R. B. A Imigração Haitiana para o Brasil: causas e desafios. *Conjuntura Austral*, Porto Alegre, v. 4, n. 20, p. 95-114, out./nov. 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/35798/27329>>. Acesso em: 22 jun.2020.

MORAIS, Maurício. Denúncias de Abuso Sexual podem prejudicar missão no Haiti, diz ONU. *BBC News*, 2011. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/09/110905_haiti_minus-tah_sexual_mm>. Acesso em: 24 jan. 2020.

MORALES, Ofelia. W. La migración de las mujeres: un proyecto individual o familiar? *REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XV, n. 29, 2007. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/56/48>>. Acesso em: 07 set. 2020.

MOREIRA, Dom Gil A. Missão Haiti (Parte 2). *Arquidiocese de Juiz de Fora*, 2017. Disponível em: <<https://arquidiocesējuizdefora.org.br/missao-haiti-parte-2/>>. Acesso em: 10 set. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. *Missões de Paz*. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu- conta-a-historia-missoes-de-manutencao-de-paz-que-completa-68-anos-de-existencia>>. Acesso em: 24 jan. 2020.

OLIVEIRA, Gabriela C. de. A Segunda Geração de Latino-Americanos na Cidade de São Paulo: A Questão do Idioma. *REHMU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, ano XXII, n. 42, 2014. Disponível em: <<http://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/>>

view/420>. Acesso em: 07 dez. 2020.

ONU. Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados. *Série Tratados da ONU*, v. 189, n. 2545. Disponível em: <https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ONU NEWS. *No Conselho de Segurança, ONU anuncia nova orientação de apoio ao Haiti*. 2018. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2018/04/1616931>>. Acesso em: 28 fev. 2020.

PACHI, Priscilla. A imigração haitiana e as mudanças no espaço urbano da cidade de São Paulo. *Ideias*, Campinas, v. 11, 2020, p. 1-29.

PETRY, Roberta M.; SOUZA, Jéssica C. de. Rodas de Conversa: a língua para o acolhimento do sujeito migrante. In: REDIN, Giuliana (Org.). *Migrações Internacionais (recurso eletrônico) – Experiências e Desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020. p. 86-102.

PEUSNER, Pablo. Acerca de la entrada del término “immixtion” en la obra de Jacques Lacan. Nota filológica. *ACHERONTA - Revista de Psicanálise e Cultura*, n. 14, dez. 2001. Disponível em: <<https://www.acheronta.org/acheronta14/immixtion.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2020.

QUINET, Antônio. A heteridade de Lacan. In: *ANTROPOPOSMODERNO.COM*. 2013. Disponível em: <http://antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=728>. Acesso em: 13 jul. 2020. _____ . *Os outros em Lacan*. São Paulo: Editora Schwarcz - Companhia das Letras, 2012.

REDIN, Giuliana; BERTOLDO, Jaqueline. Lei de Migração e o Novo Marco Legal: entre a proteção, a discricionariedade e a exclusão. In: REDIN, Giuliana (Org.). *Migrações Internacionais (recurso eletrônico) – Experiências e Desafios para a proteção e promoção de direitos humanos no Brasil*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2020. p. 41-62.

RIBEIRO, Carolina da F. B. *Migração Haitiana para o Brasil – processo de fixação e adaptação: uma questão de gênero (2013-2014)*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2015.

_____; FERNANDES, Duval; MOTA-SANTOS, Carolina. Inserção no Mercado de Trabalho Brasileiro por Haitianos: Uma Perspectiva de Gênero. *Revista Latino Americana de Geografia e Gênero*, v. 10, n. 1, p. 126-145, 2019.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa* – Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.

ROCHA, Ana L. C. da; ECKERT, Cornelia. Imagens do Tempo nos Meandros da Memória. In: KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro (org.). *Imagem e Memória: ensaios em antropologia visual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001, p. 19-40.

SÁ, Patrícia R. C. de; SILVA, Filipe R. *Desafios à Inclusão dos Imigrantes Haitianos na Sociedade Brasileira*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2016.

SÁNCHEZ, María E. Acordo entre Chávez e caribenhos cria a Petrocaribe. *BBC Brasil*, 2005. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2005/06/050630_chavezcg>. Acesso em: 08 fev. 2020.

SAYAD, Abdelmalek. *A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SEITENFUS, Ricardo. O buraco negro da consciência ocidental. *Letras de Hoje*, Santa Maria, v. 50, n. 5, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1984-7726.2015.s.23140>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

_____. *Haiti: dilemas e fracassos internacionais*. Ijuí: Editora UNI-JUÍ, 2014.

SILVA, Adriel F. de A. *Brasil, ONU e Haiti: imagens sobre a crise haitiana entre 2004 e 2014*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2016.

SILVA, Sidney A. da. Imigração e redes de acolhimento: o caso dos haitianos no Brasil.

Revista Brasileira de Estudos de População, v. 34, n. 1, p. 99-117, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0009>>. Acesso em: 30 out. 2020.

SUGIMOTO, Luiz. O dramático vai e vem dos haitianos. *Jornal da Unicamp*, 2017. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/08/16/o-dramatico-vai-e-vem-dos-haitianos>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

TEDESCO, João C. Interculturalidade e Inserção Laboral: estratégias e contraposições da presença de senegaleses no centro-norte do Rio Grande do Sul. In: TEDESCO, João C. (org.). *Imigração Senegalesa: Múltiplas Dimensões*. Vol. II. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

_____. *Passado e presente em interfaces: introdução a uma análise*

sócio-histórica da memória. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Xanxerê: Ed. Universidade do Oeste de Santa Catarina; Porto Alegre: Suliani Letra&Vida, 2011.

_____. O gênero na imigração: redefinições de papéis e dinâmicas étnicas. *Fazendo Gênero 9 - Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010a. Disponível em: <http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1274892674_ARQUIVO_artigofazendogenero.pdf>. Acesso em: 08 set. 2020.

_____. *Estrangeiros, extracomunitários e transnacionais: paradoxos da alteridade nas migrações internacionais*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Porto Alegre: Ed. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Chapecó: Argos, 2010b.

TODO ESTUDO. *Mapa América Latina*. 2020. Disponível em: <<https://www.todoestudo.com.br/wp-content/uploads/2015/03/mapa-america-latina-948x1024.jpg>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

TONHATI, Tânia; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio T. de. Os Imigrantes Haitianos no Brasil: Formas de entrada, permanência e registros. In: CAVALCANTI, Leonardo et al. (Org.). *A imigração haitiana no Brasil: características sócio-demográficas e laborais na região e no distrito federal*. V. 3. 2019. p. 24-39. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/publicacoes/A_imigracao%20A7%20A3o_Haitiana_no_Brasil_Characteristicas_Demograficas_Demograficas_na_regiao_Sul_e_no_Distrito_Federal.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

VALLER FILHO, Wladimir. *O Brasil e a crise haitiana: a cooperação técnica como instrumento de solidariedade e de ação diplomática*. Brasília: FUNAG, 2007.

Anexo A: Parecer consubstanciado do Comitê de ética em pesquisa

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO/
VICE-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A DISCIPLINA DE ARTE NO ENSINO FUNDAMENTAL II: ENVOLVENDO ALUNOS IMIGRANTES NA (RE)CONSTRUÇÃO DA CULTURA E DA CONSCIÊNCIA DE PERTENCIMENTO

Pesquisador: NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 39278820.1.0000.5342

Instituição Proponente: Universidade de Passo Fundo/Vice-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.479.121

Apresentação do Projeto:

A presente pesquisa busca contextualizar historicamente o fluxo migratório do Haiti para o Brasil, especialmente a partir de 2010 e na região sul, bem como conhecer suas razões, manifestações culturais e representações, e a forma com que esses imigrantes estão se adaptando à sociedade de destino, contemplando especialmente as crianças e adolescentes da segunda geração de imigrantes, os quais estão inseridos no espaço escolar.

Objetivo da Pesquisa:

Compreender as razões e consequências dos fluxos migratórios haitianos observados no Brasil no início do século XXI e promover reflexões que auxiliem na (re)construção da cultura e consciência de pertencimento, assim como auxiliar na construção de uma sociedade baseada em princípios de respeito e alteridade.

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José CEP: 99.052-900
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 E-mail: cep@upf.br

Continuação do Parecer: 4.479.121

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O maior risco presente nessa pesquisa é o fato de esse público ser, por vezes, itinerante e dessa forma, ter dificultado o contato com as mesmas pessoas.

O benefício mais evidente é a contribuição na construção das identidades, tanto dos imigrantes quanto da sociedade em geral, a partir de valores como respeito e alteridade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Define-se como tema desta pesquisa a reconstrução da identidade e a consciência de pertencimento a uma nova concepção de sociedade, baseada na miscigenação e diversidade cultural. É notável, no período mais recente, o aumento da inserção de estudantes imigrantes escolas públicas, fazendo com que os educadores necessitem encontrar meios para contemplar essa nova cultura, visando o desenvolvimento integral dos estudantes, colaborando com a reconstrução de uma nova identidade da sociedade em geral.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide conclusões e pendências

Recomendações:

Após o término da pesquisa, o CEP UPF solicita: a) A devolução dos resultados do estudo aos sujeitos da pesquisa ou a instituição que forneceu os dados; b) Enviar o relatório final da pesquisa, pela plataforma, utilizando a opção, no final da página "Enviar Notificação" + relatório final.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto, este Comitê, de acordo com as atribuições definidas na Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional da Saúde, Ministério da Saúde, Brasil, manifesta-se pela aprovação do projeto de pesquisa na forma como foi proposto.

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José CEP: 99.052-900
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-3157 E-mail: cep@upf.br

**UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF**



Continuação do Parecer: 4.478.121

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1641651.pdf	17/12/2020 15:47:29		Aceito
Parecer Anterior	PB_PARECER_CONSUBSTANCIADO_CEP_4366674.pdf	17/12/2020 15:45:50	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado_Natalia_projeto_de_pesquisa.doc	17/12/2020 15:44:44	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_EscarecidoTCLE_menores.doc	17/12/2020 14:31:41	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
Outros	Autorizacao_SME_1.pdf	09/10/2020 22:06:07	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
Outros	Autorizacao_SME_2.pdf	09/10/2020 22:05:34	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
Outros	Declaracao_de_pesquisa_ nao_iniciada.pdf	09/10/2020 22:04:45	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	09/10/2020 21:55:44	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_Consentimento_Livre_e_EscarecidoTCLE.doc	01/10/2020 20:25:22	NATALIA FIORAVANSO VIEIRA BRIZOLA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

PASSO FUNDO, 21 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Felipe Cittolin Abal
(Coordenador(a))

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar

Bairro: São José CEP: 99.052-900

UF: RS Município: PASSO FUNDO

Telefone: (54)3318-8157

E-mail: cep@upf.br

UNIVERSIDADE DE PASSO
FUNDO/ VICE-REITORIA DE
PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO - VRPPG/ UPF



Continuação do Parecer: 4.479.121

Endereço: BR 285- Km 292 Campus I - Centro Administrativo/Reitoria 4 andar
Bairro: São José CEP: 99.052-900
UF: RS Município: PASSO FUNDO
Telefone: (54)3316-8157 E-mail: oep@upf.br

Página 04 de 04

APÊNDICE A:

Roteiro de entrevista com a Pastoral da Acolhida, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação e Conselho Tutelar

Responsável pelo fornecimento dos dados:

Cargo:

Entidade:

1. Qual é o número de haitianos residentes em Marau? Em que ano chegaram? Quantos frequentam os encontros da Pastoral?
2. Qual o gênero e as faixas etárias predominantes?
3. Em que atividades econômicas estão envolvidos?
4. Quando a Pastoral iniciou suas atividades?
5. Como foi a inserção/adaptação dos imigrantes com a nova cultura?
6. Quais as dificuldades encontradas pela Pastoral/Secretaria/Conselho Tutelar em relação a eles?
7. Como a sociedade marauense tem reagido com a presença do imigrante?
8. Quando e como se reúnem? O que eles fazem?
9. Em qual região do município estão em maior concentração?
10. Em termos educacionais, como é a sua escolaridade?
11. Como as crianças estão sendo adaptadas nas escolas?
12. Quais políticas públicas municipais são voltadas a atender essa demanda da população?
13. Qual a sua opinião sobre esse fluxo migratório e receptividade da sociedade?
14. Algum fato/acontecimento ou lembrança que tenha marcado a sua experiência pessoal com os imigrantes que gostaria de compartilhar?

APÊNDICE B:

Roteiro de entrevista (imigrantes adultos)

1. Qual seu nome e idade?
2. Até que nível frequentou a escola?
3. Quando chegaram ao Brasil?
4. Como era a vida no Haiti?
5. Como eram as escolas/educação haitianas?
6. Por que aconteceu a decisão de migrar?
7. Como foi o percurso até chegar em Marau?
8. Como foi à chegada ao Brasil e em Marau?
9. Principais dificuldades encontradas?
10. Como foi a aprendizagem da língua?
11. Como é a relação com a escola/professores/gestores e outros pais?
12. Qual a expectativa em relação ao futuro dos filhos no Brasil?
13. Está realizando alguma atividade laboral? Qual?
14. Como é a relação com o trabalho, patrão e colegas?
15. Mantém contato com os parentes no Haiti?
16. Pretende retornar ao seu país?

APÊNDICE C:

Roteiro de entrevista (Crianças/Adolescentes)

1. Nome e idade:
2. Como era sua vida no Haiti?
3. E como eram a escola e os professores no Haiti?
4. Qual é a disciplina de que mais gostava lá? Por quê?
5. Como é a vida e a escola em Marau?
6. Qual a disciplina que mais gosta agora? Por quê?
7. Como são as tarefas escolares no Brasil? O que vocês fazem quando encontram dificuldades?
8. Como é a convivência com os colegas?
9. O que mais gosta de fazer quando não está na escola?
10. E o que fazia quando estava no Haiti?
11. O que pretende fazer quando terminar de estudar?

APÊNDICE D:

Roteiro de entrevista (Professores/Diretores)

Dados pessoais

1. Nome e área de atuação (opcional):
2. Escola:
3. Formação:

Primeiras impressões:

1. Como soube que teria um aluno haitiano?
2. Qual o preparo/embasamento oferecido ou buscado para melhor atender esse(s) aluno(s)?
3. O que sabe sobre o Haiti?
4. Como eles são na sala de aula?

Aprendizagem e relações interpessoais com os imigrantes:

1. Qual o nível de aprendizagem observado na criança imigrante quando da sua chegada? (Alfabetizado ou não, conhecimento de quais línguas, compreensões básicas)
2. Como se deu a aprendizagem na escola brasileira?
3. Como faz avaliação dos alunos haitianos?
4. Tem contato com os familiares da criança? O que sabe sobre sua família?
5. Como é o relacionamento dos alunos haitianos na escola?
6. Já percebeu alguma forma de discriminação/preconceito na sala, por parte dos colegas ou deles próprios?
7. Em sua opinião, qual o impacto da presença dos alunos haitianos na escola?



Natalia Fioravanso Vieira Brizola

É graduada em Artes Plásticas pela Universidade de Passo Fundo e mestra em História pela mesma instituição. Há mais de 20 anos trabalha no serviço público, sendo 15 destes dedicados à educação, especificamente nos anos finais do ensino fundamental, em escolas públicas do município de Marau-RS.

É preciso estudar a sociedade pelos homens e os homens pela sociedade. Analisar os processos de inserção de alunos imigrantes nas escolas ou mesmo de imigrantes adultos na sociedade contempla considerar os impactos decorrentes em ambas as partes envolvidas. A sociedade receptora se modifica com a presença dos imigrantes; no entanto, aceitar o outro vai além de simplesmente conhecer a sua origem ou a história de seu país. É fundamental saber ouvi-lo, compreendê-lo, desconstruir a imagem negativa acerca do imigrante em solo brasileiro: Imigrante não vem roubar emprego de brasileiro, vem em busca de construir o seu próprio espaço, melhorar as suas condições de vida. A maneira mais eficiente de se promover uma mudança nos paradigmas preconceituosos e discriminatórios da sociedade é através da educação. Todas as formações sociais e encontros culturais perpassam, em algum momento, por um espaço educativo, seja uma escola pública, privada ou de ensino superior. Nesses espaços pode-se considerar, de fato, o local onde as diferenças se evidenciam, mas é neles, também, onde se constroem as bases dos relacionamentos interpessoais e multiculturais. A partir da construção de novos valores na escola, pode-se ambicionar por uma sociedade mais justa, igualitária e humanizada num futuro não muito distante.

